

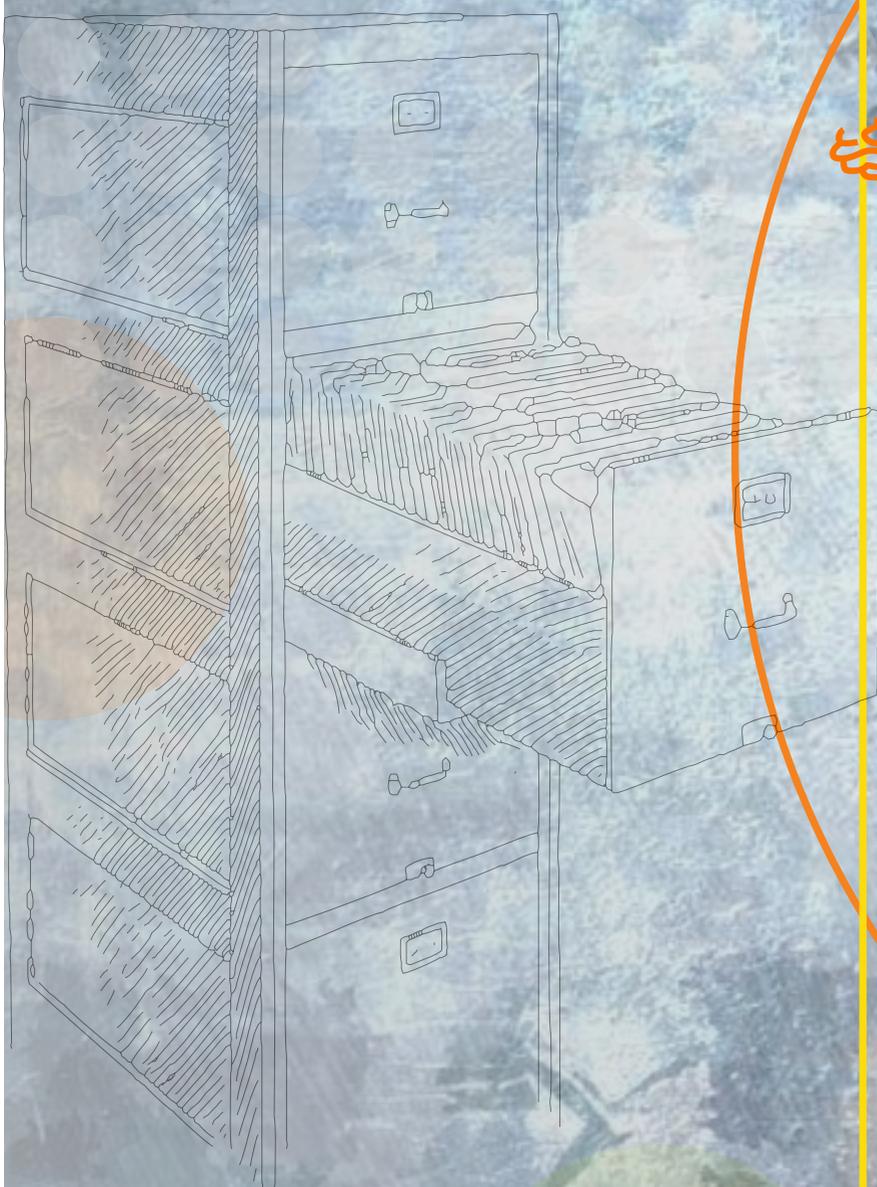
V.9 n. 2 (2021)

ISSN 2318-6186

ARCHEION

Revista de Arquivologia da UFPB

LINE



EDITORIAL

A revista *Archeion Online* está no ar e com ela o seu último número de 2021. Uffaaa!!! Não foi fácil para ninguém.

Trabalhar com editoria de uma revista científica é uma tarefa árdua, contudo gratificante, porque além de termos acesso às pesquisas que estão sendo desenvolvidas na área em primeira mão, criamos uma *network* acadêmica, seja com as autoras e os autores, seja com os avaliadores da revista.

As pesquisas desenvolvidas em formato de artigos, após a publicação, se tornam objetos públicos e perpétuos da revista e como tal devem ser preservados.

Quando se assume o papel de editoria tem-se pela frente o gerenciamento do periódico no todo: o sistema de submissão; os *templates*, os *e-mails* dos autores com dúvidas sempre constantes, os cronogramas de avaliação, e tantos outros detalhes, ou seja, uma infraestrutura tecnológica complexa, mas que ao final do processo nos traz grande alegria.

É com entusiasmo que apresentamos até vocês leitores da *Archeion Online* os pesquisadores da Arquivologia e seus trabalhos que engrandecem a área.

Na seção **Artigo Original** temos dois trabalhos: o primeiro da autora Ivana Bittencourt dos Santos Severino e a pesquisa 'Arquivos Pessoais e Processos de Criação: a dança em cena'. O artigo trabalha as escolhas metodológicas para a organização do arquivo pessoal da dançarina Lia Robatto, tendo a identificação arquivística como ponto de partida para a investigação da gênese documental; o segundo artigo dos autores Bernardina Maria Juvenal Freire Oliveira e Uthant Saturnino Silva intitulado 'Desenhando e Conquistando Espaços: o arquivo do núcleo de medicina legal do Estado da Paraíba' que aborda o fluxo e a tipologia documental do arquivo do Núcleo de Medicina Legal e sua importância administrativa, jurídica e social para preservar a memória, com vistas a atender às necessidades futuras de seus usuários.

Na seção **Artigo de Revisão** temos duas pesquisas: Organização da Informação: ontologias unificando prontuários eletrônicos do paciente (PEP) para compartilhar na distributed ledger technology (DLT) dos autores Rosângela da Silva Queiroz e Cláudio Gottschalg Duque, mostrando a visão geral do estado da arte sobre ontologias como instrumento de organização da informação. E Temos o trabalho de Mabel Meira Mota 'Arquivos Pessoais de Escritores: notas de pesquisa', a autora nos mostra que os arquivos de pessoas são construídos a partir de estratégias de produção e acumulação documental das quais emanam complexos atos biográficos.

Em **Relatos de Pesquisa** Walmor Martins Pamplona e a pesquisa: 'Década de 1980: os primeiros anos de atuação da Seção de Filmes do Arquivo Nacional', o objeto de estudo é

a seção de filmes do Arquivo Nacional e o tratamento dos fundos e coleções audiovisuais sob a sua guarda. No relato seguinte temos a pesquisa intitulada 'A rede social *Instagram* de arquivos públicos como um canal de comunicação entre os arquivos e os usuários dos serviços de informação' os autores Alexandre da Silva Conceição, Germana Gonçalves de Araújo e Pablo Boaventura Sales Paixão analisam a interação dos perfis oficiais da rede social *Instagram* dos Arquivos Públicos dos Estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe.

Na última seção, **Relatos de Experiência** fechamos com dois relatos: o primeiro 'Arquivo Pessoal Átila Almeida: organização e preservação de acervo permanente pelas lentes da Arquivologia' de Larissa Fernandes Silva. A pesquisa destaca os métodos de organização, preservação e conservação do arquivo pessoal. O segundo relato, dos autores Danielle Alves e Ronieli Victor da Silva, intitulado 'Estratégias para a Preservação e Conservação de Acervos Pessoais', norteiam quais ações que devem ser aplicadas ao acervo de acordo com suas especificidades, no intuito de prolongar a durabilidade dos suportes e das informações que estes carregam.

Finalmente queremos deixar registrado o nosso agradecimento aos avaliadores e companheiros acadêmicos desse número, distribuídos pelas Universidades Federais da Bahia, Cariri, Maranhão, Pará, Paraíba, Sergipe e da Universidade Estadual de São Paulo, nosso muito obrigada!!!

Posto Isto, sejam muito bem-vindas e bem-vindo a revista *Archeion Online*.

Patrícia Silva
Editora

Marcílio Herculano
Editor de Publicação

ARQUIVOS PESSOAIS E PROCESSOS DE CRIAÇÃO: a dança em cena

Ivana Bittencourt dos Santos Severino¹

RESUMO

O presente artigo aborda as escolhas metodológicas para a organização do arquivo pessoal da dançarina Lia Robatto, tendo a identificação arquivística como ponto de partida para a investigação da gênese documental. Trata-se de estudo de caso, no contexto de uma pesquisa empírica descritiva, pautada na análise qualitativa dos dados, tendo como categorias de análise os elementos pertinentes à identificação dos tipos documentais mais recorrentes na área de Dança. Apresenta o diálogo transcrito entre a Diplomática Contemporânea e a Crítica Genética para o estudo dos tipos documentais. Como resultado, apresenta a classificação das séries documentais, considerando os documentos de processo como norteadores para esta organização. Do ponto de vista histórico e de preservação da memória da Dança, os documentos de processo são indispensáveis, pois dizem respeito aos aspectos estéticos e formais experimentados durante a criação de uma coreografia e/ou espetáculo.

Palavras-chave: Arquivo pessoal; Tipos documentais; Documentos de processo.

PERSONAL FILES AND CREATION PROCESSES: *the dance on stage*

ABSTRACT

This article approaches the methodological choices for organizing the personal archive of dancer Lia Robatto, having the archival identification as a starting point for the investigation of the documentary genesis. It presents the dialogue between Contemporary Diplomatic and Genetic Criticism for the study of the most recurrent types of documents in the field of Dance. As a result, it presents the classification of document series, considering the process documents as guidelines for this organization. From a historical point of view and the preservation of Dance's memory, the process documents are indispensable, as they relate to the aesthetic and formal aspects experienced during the creation of a choreography and/or show.

Keywords: Personal archive; Document types; Process documents.

1 INTRODUÇÃO

Empoderando Arquivos, tema da quinta edição da Semana Nacional de Arquivos trouxe, entre tantas questões, a preocupação em garantir aos cidadãos a proteção de seus

¹ Doutoranda | UFBA | ivana@casaberta.com.br

direitos não só no que diz respeito ao acesso à informação, mas ao direito de ver representada, na teoria e na prática arquivística, diferentes narrativas e histórias que compõem nossa memória enquanto sociedade. Pensar as instituições arquivísticas, os centros de documentação, os centros de memória, assim como os demais equipamentos culturais e informacionais como espaços de inclusão e diversidade, respeitando diferentes vozes, contribui não só para empoderar os arquivos, mas toda uma sociedade.

Nessa perspectiva, discorrer sobre o arquivo pessoal da dançarina Lia Robatto ultrapassa o limite de uma apresentação acadêmica para se tornar um ato político de empoderamento dos arquivos pessoais no processo de construção social da memória, e do empoderamento da Dança como uma das vozes a serem representadas neste multiverso arquivístico.

Como aponta Terry Cook (1998, p. 143), ao falar da experiência canadense, os arquivos pessoais devem ser entendidos como complemento dos fundos de arquivos oficiais ou públicos de uma sociedade.

[...] a tradição dos *arquivos totais* canadenses está mais voltada para os arquivos de governança que para os arquivos de governo. Arquivos de governança incluem os documentos que refletem a interação dos cidadãos com o Estado, o impacto do Estado sobre a sociedade e as funções ou atividades da própria sociedade, tanto como incluem os documentos das estruturas do governo e de seus burocratas voltadas para dentro (grifo nosso).

A expressão *totais* é utilizado pelo autor não no sentido de termos a totalidade de tudo o que é produzido por um grupo ou uma sociedade, mas de ter diferentes setores e segmentos sociais representados em seus repositórios ou depósitos, no caso desse estudo, a Dança. Nesse contexto, Gomides e Silva (2009, p. 178) definem como governança, ou seja, “a capacidade das sociedades humanas se dotarem de sistemas de representação, de instituições e processos, de corpos sociais para elas mesmas se gerirem, [...]”. É nessa pluralidade que uma sociedade será reconhecida, e esse deve ser este o compromisso social das instituições de guarda de documentos e dos profissionais arquivistas para garantia de uma cidadania plena e representativa. Assim,

o reconhecimento dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa para identidade de uma sociedade para estudos antropológicos, historiográficos, culturais e até mesmo como fonte para análise

comparativa em relação ao que é preservado como resultado de gestão pública implica o arquivista no processo de modo muito particular (OLIVEIRA, 2010, p. 40).

Partindo dessas reflexões iniciais, gostaria de pontuar que na fala, durante o evento on-line, foi apresentado um pouco do plano de trabalho para organização do arquivo pessoal da dançarina Lia Robatto, do qual faziam parte as atividades de: Identificação geral do local e do acervo; Higienização e restauro; Identificação dos documentos; Quadro de classificação; Separação e ordenação dos documentos; Descrição dos documentos; Elaboração do instrumento de pesquisa; Disponibilização para acesso. Mas, estas atividades estão descritas em outros trabalhos já publicados². Portanto, nesse artigo o exposto será nos documentos relativos ao processo criativo da artista, muitos deles desvinculadas dos padrões e protocolos administrativos já reconhecidos. O nosso esforço foi pensar numa classificação que melhor representasse e dessa visibilidade aos processos de criação da artista e que contribuísse para a pesquisa em Dança.

O projeto de organização do arquivo pessoal de Lia Robatto, iniciado em 2014 e finalizado em 2016, realizou o tratamento documental de aproximadamente dez mil itens documentais, reunidos ao longo de mais de 50 anos de trajetória profissional. Após finalizada a organização e digitalização o acervo Lia Robatto foi doado para o Centro de Memória da Bahia – BACMB, unidade integrante da Fundação Pedro Calmon, vinculada à Secretaria da Cultura do Estado da Bahia (SECULT). Além da custódia o BACMB está responsável em recolher e proceder o tratamento documental dos novos documentos a serem incorporados ao espólio de Lia Robatto, já que se trata de um fundo aberto.

2 ARQUIVANDO A DANÇARINA

Figura de destaque na história da Dança na Bahia, em especial da Dança Experimental, Lia Robatto nasceu em 6 de janeiro de 1940, na cidade de São Paulo, porém foi condecorada com o título de cidadã soteropolitano³ em 2009. A intensa e longeva atividade artística está registrada de modo singular em seu arquivo pessoal, revelando muito mais que a vida privada da titular. Nas palavras de Artières (1998, p. 11), “o

² Severino (2015). Freixo; Severino; Guimarães (2016). Severino; Freixo (2017).

³ Gentílico para quem nasce em Salvador/Bahia.

arquivamento do eu é uma prática de construção de si e de resistência”. Ao estudar o contexto de produção no qual o arquivo foi se constituindo é possível traçar um panorama da trajetória de Lia Robatto e da Dança Moderna na Bahia e no Brasil, assim como, encontrar pistas da conjuntura social, política, econômica, afetiva na qual se ambientou a sua trajetória artística.

Lia Robatto foi aluna, assistente e seguidora da polonesa Yanka Rudzka - uma das pioneiras da Dança Moderna no Brasil – contribuindo para o desenvolvimento e consolidação da Dança na Bahia. Graduada no curso de Dançarino Profissional (1962) e no curso de Magistério Superior (1963) – atual Licenciatura em Dança –, atuou como bailarina profissional dos 16 aos 36 anos de idade. Em 2021, continua trilhando novos passos e lugares para Dança e é convidada a integrar a Academia de Letras da Bahia (ALB), ocupando a cadeira de número 15.

A documentação que compõe o Arquivo Lia Robatto retrata as atividades desempenhadas ao longo de sua carreira profissional como intérprete, coreógrafa, atriz, professora, gestora, pesquisadora em Dança, assim como, demais atividades que arquivou sobre si. São documentos em diferentes suportes e que representam a vida da artista, suas redes de relacionamento pessoal e profissional, suas obras e sua atuação na sociedade. Foram identificados estudos do processo de criação, notações coreográficas, programas de espetáculos, textos referência, esboços de cenários e figurinos, estudos musicais, folders, cartazes, provas fotográficas, registros da imprensa, artigos, material bibliográfico, entre outros.

Esta liberdade de acumulação, organização e seleção dado por Lia Robatto para seu arquivo pessoal revela muito da Lia intérprete e coreógrafa. Portanto, nossa preocupação foi respeitar não só a ordem original dada pela titular como também retratar, no arranjo, aquilo que ela priorizou como sendo “testemunho de si” (MCKEMMISH, 2013). Segunda a titular, a formação de dossiês por processos criativos é fundamental, pois

os estudos feitos durante todo o percurso de criação cênica são tão importantes quanto o espetáculo, por isso tive o cuidado em guardar esses registros. A dança é uma arte efêmera, só o público que estava presente naquele momento pode ter acesso a ela. Já os registros desse processo ficam como a memória dessa dança e como referência para os estudos em Dança (ROBATTO, 2017).

Os vínculos que unem os documentos entre si e estes às atividades que lhe deram origem estavam, dessa forma, facilmente identificados no acervo da dançarina. O vínculo orgânico destes documentos, independentemente da linguagem⁴ utilizada, do formato e do suporte, revelou a sua proveniência e organicidade. A metodologia de Identificação Arquivística utilizada possibilitou a identificação da proveniência e a vinculação dos documentos às atividades do produtor. Ou seja, permitiu “um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental” (RODRIGUES, 2008, p. 22).

Diferentemente dos arquivos institucionais, os arquivos pessoais não seguem nenhuma regra ou organização pré-estabelecida. Sendo assim, não nascem para cumprir uma finalidade histórica e cultural, o que pode vir a ocorrer, mas sim, com uma funcionalidade, resultado das atividades desenvolvidas pela pessoa que os acumula. Portanto, são conjuntos orgânicos e autênticos (CAMARGO, 2009, p. 28).

Desse modo, norteados pelo princípio da proveniência e aplicando a metodologia de identificação arquivística percorremos as etapas de estudo do produtor e estudo dos tipos documentais. A identificação tipológica, como etapa preliminar e fundamental para a organização arquivística, está ligada diretamente a compreensão do contexto de produção e acumulação do acervo. Como se trata de um arquivo que dialoga com as artes performativas conciliamos os métodos e procedimentos da Diplomática Contemporânea – que irá possibilitar que se identifique o contexto arquivístico e o contexto sociocultural – e o da Crítica Genética⁵, para compreender a dinâmica da criação coreográfica e, assim, identificar e nomear os tipos documentais representativos dessa atividade.

Do ponto de vista histórico e de preservação da memória da Dança, os documentos de processo são indispensáveis, pois dizem respeito aos aspectos estéticos e formais experimentados durante a criação de uma coreografia e/ou espetáculo. Além disso, tanto público como os pesquisadores, só terão acesso a essas informações se salvaguarda desses documentos estiver garantida. Por isso, a importância de identificar e nomear

⁴ Para comunicar uma informação podemos utilizar diferentes linguagens – audiovisual, iconográfica, sonora –, que necessitam, por conta de sua linguagem, de processamento técnico específico para análise e representação de sua informação, e por conta de seu suporte, de procedimentos técnicos diferenciados de preservação e acesso, mas é o conteúdo registrado que norteará o processo de identificação e classificação (SOTUYO BLANCO; SIQUEIRA; VIEIRA, 2016).

⁵ “Trata-se de uma investigação que indaga a obra de arte a partir de sua fabricação. [...] analisa os documentos dos processos criativos para compreender, no próprio movimento da criação, os procedimentos de produção [...]” (SALLES, 2008, p.28).

estas fontes informacionais: planos de iluminação, estudos de figurino, roteiros de cenário, notação de movimento, ritmo e espaço, etc.

A partir dessas escolhas metodológicas e do diálogo constante com a titular o quadro de arranjo foi definido levando em consideração a ordem original de acumulação, dando visibilidade aos documentos do processo criativo da artista. A obra de arte – e, nesse caso específico, a dança – não pode ser dissociada do seu processo de criação. “Os rastros deixados pelo artista de seu percurso criador são a concretização desse processo.” (SALLES, 2008, p. 25).

Desse modo, o acervo foi organizado em oito séries, assim dispostas: 1) Criação artística; 2) Gestão cultural; 3) Atuação na área de formação artística e acadêmica; 4) Publicações; 5) Títulos, prêmios e homenagens; 6) Formação da artista; 7) Afetos; e 8) Outros⁶.

A série Criação Artística abriga todos os “documentos de processo”⁷, organizados em dossiês por espetáculos, subdividida em sete subséries: 1) Espetáculos e coreografias; 2) Criações para teatro, música e outras artes; 3) Esboços de espetáculos não realizados; 4) Intérprete/dança; 5) Intérprete/atriz); 6) Figurinos; e 7) Estudos para pesquisa artística. E é sobre os documentos desta série que falaremos a seguir.

3 DOCUMENTOS DE PROCESSO

De acordo com Trindade e Do Valle (2007, p. 202), a sobrevivência de todo o trabalho da dança vai depender do que está sendo preservado pela tradição oral ou nos registros guardados de determinado espetáculo ou coreografia. Por esta razão, os métodos de registro da dança e os documentos de processo são imprescindíveis para a preservação de sua história.

Os documentos de processo retratam diferentes linguagens. Enquanto tipos documentais não são estáveis, podendo desaparecer e evoluir frente às transformações

⁶ Esta série recebeu este nome provisoriamente, depois passou a se chamar DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR. Comporta os documentos relativos ao Projeto de organização do acervo Lia Robatto, como os contratos, relatórios de campo; projeto Acervo Memória da Dança, entre outras atividades relacionadas ao arquivo.

⁷ Termo definido pela Crítica Genética para lidar como os documentos de diferentes manifestações artísticas, ampliando o conceito inicial de manuscrito e respeitando, desse modo, a diversidade das linguagens literárias e artísticas (SALLES, 2008, p. 38).

sociais e tecnológicas, contudo não podemos perder de vista os primeiros nomes reconhecidos, considerando que, como tal, deverão ser atualizados a cada novo arquivo organizado (HEREDIA HERRERA, 2007). Sendo assim, buscamos estudar as técnicas de registro utilizados por Lia, já que “[...] cada coreógrafo desenvolve o seu método de trabalho” (ROBATTO, 1994, p. 28), não havendo uma preocupação, ainda segundo ela, em nomear estes documentos de processo dentro de um sistema de controle de vocabulário⁸. Nesse contexto, Robatto (1994, p. 28-29) destaca:

Nós, profissionais da Dança Moderna vivemos adotando termos provisórios para designar os detalhes técnicos de cada trabalho específico; termos que se restringem a atender às necessidades de grupos fechados, mas que estão longe de absorver todo o universo da dança [...].

Assim como relato por Robatto, outras dançarinas entrevistadas ao longo da nossa pesquisa com acervos em Dança também afirmaram que a linguagem da Dança Moderna dificulta a denominação de movimentos e de composições coreográficas. Porém, ao perguntarmos sobre as etapas do processo criativo foi possível identificar um roteiro de execução, e foi a partir daí que passamos a estruturar algumas categorias documentais que nos ajudassem a mapear os tipos documentais produzidos nessa sistemática de criação e de produção. Essas categorias documentais levaram em consideração a dinâmica particular da produção documental na atividade artística da Dança, estando, até momento⁹, assim definidas: processo de criação, ação cênica, divulgação, repercussão, estudos e pesquisas, produção executiva.

Paralelamente ao estudo dessas categorias passamos a pesquisar as etapas do processo criativo, definidos por Lia Robatto (1994) como fundamentais na criação de uma obra: 1- escolha do conteúdo temático e abordagem cênica, que irá determinar todo o conceito da obra; 2 - definição da concepção estética, ou seja, a pesquisa do conteúdo temático ou das técnicas de linguagem; 3- “vigília criativa”, ou seja, um estado permanente

⁸ “O vocabulário controlado é um arranjo organizado de palavras e frases usado para indexar e/ou recuperar conteúdo por meio de navegação ou busca. Geralmente ele inclui termos preferidos e variantes e possui um escopo definido ou descreve um domínio específico.” (HARPRING, 2016, p. 37). Para o arquivo de Lia Robatto construímos um glossário de espécies e tipos documentais para poder nomear e descrever os documentos de processo. Consideramos o glossário como instrumento de trabalho e não como um documento concluído, já que estamos desenvolvendo estudos a respeito dessas terminologias em outros acervos de Dança.

⁹ Esse quadro de categorias continua em estudo.

de sensibilidade e criação; 4- escolha da equipe de artistas, estudo da proposta, troca de ideias; 5- ensaios práticos com os dançarinos, “talvez o momento mais excitante do trabalho”.

Importante perceber que cada etapa do processo criativo apontado por Lia compreende a produção de um número infinito de tipos documentais. Na análise de Salles (2008, p. 38), “são retratos temporais de uma gênese que agem como índices do percurso criativo. [...]. Em termo gerais, esses documentos desempenham dois papéis ao longo do processo criador: armazenamento e experimentação”. O armazenamento atua como auxiliar no percurso de concretização da obra, sendo que aquilo que é guardado, e como é registrado varia de um processo para outro, de um artista para outro. Ainda, segundo Salles (2008, p. 39), a partir desses documentos é possível fazer o acompanhamento metalinguístico do processo.

Quanto aos documentos de experimentação, mencionados por Salles (2008, p. 40), são os que deixam transparecer a “natureza indutiva da criação”. São hipóteses testadas, possibilidades de obras. E o arquivo de Lia Robatto está repleto desses registros de experimentação e de armazenamento.

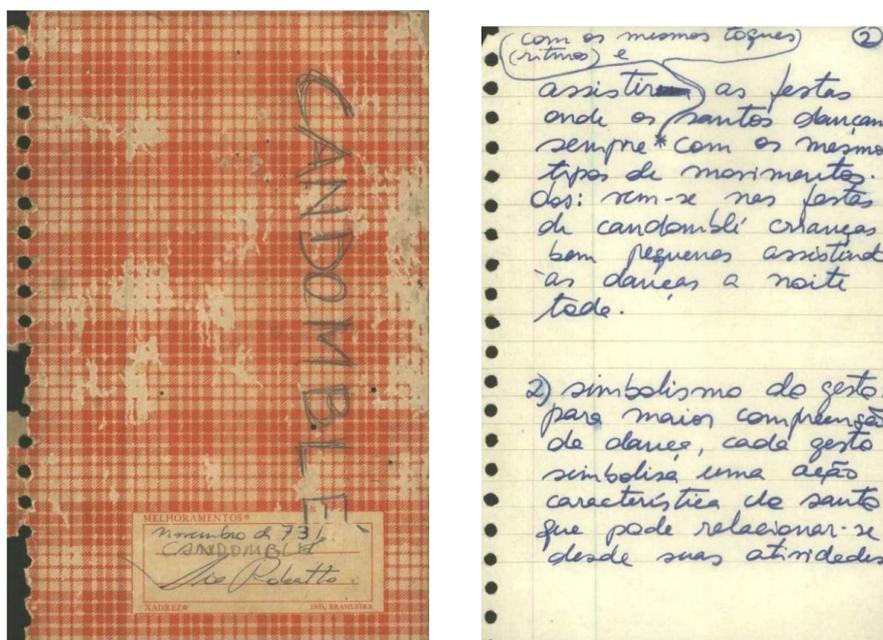
No processo criativo da autoexpressão, cada coreógrafo, ao iniciar a montagem de um trabalho, decidirá qual será o tratamento que irá imprimir à sua dança. Decidirá se irá seguir normas estéticas preestabelecidas de palco, se vai seguir gêneros e ou estilos determinados de dança, ou se buscará desenvolver novas linguagens do movimento. Essas tentativas de exploração de novos recursos coreográficos poderão incluir experiências quanto à interpretação dos dançarinos, novas técnicas corporais ou a integração com outros meios de expressão, como o cinema, por exemplo, novas linguagens de movimento, novos espaços cênicos, novas relações com o público, enfim, experiências de qualquer natureza cênica. [...] (ROBATTO, 1993, p.4).

O complexo processo de criação empreendido pelo produtor, explicita não apenas a mobilização de diferentes espécies para os registros desses processos, mas a materialização de diferentes estados documentais. Diferentemente do âmbito da Diplomática aplicada aos documentos expedidos e acumulados no exercício de funções administrativas ou jurídicas – em que o “grau de ingenuidade documental” (BELLOTTO, 2008, p. 87) é facilitada pela observância da presença de todos os sinais de validação que caracterizam o documento como pronto, perfeito – na atividade artística as formas documentais produzidas nos bastidores da criação estão em constante processo de

inacabamento. São diferentes versões de processos ainda em estudo, documentos que representam diferentes estágios da criação.

Na Figura 1 apresentamos fragmentos de um caderno de estudos sobre o Candomblé. No caderno estão descritas visitas a alguns terreiros, entrevistas com o povo de santo, anotações sobre as danças, as e indumentárias, desenhos, “rabiscos” e ideias para um novo espetáculo.

Figura 1: Estudos sobre o Candomblé para espetáculo ainda sem nome (1973)



Fonte: Acervo Lia Robatto

Estes estudos ajudarão a construir o conceito cênico da obra, a pensar o figurino, a escolher o repertório musical e demais elementos para que o espetáculo aconteça.

Na Figura 2 temos um estudo empreendido pela artista para construção do conceito cênico para o espetáculo Dona Cláudia. O nome do espetáculo foi inspirado na revista Cláudia¹⁰, que se destinava ao público feminino e dizia trazer em sua linha

¹⁰ Revista publicada pela Editora Abril, em circulação desde outubro de 1961. O primeiro número, com tiragem de 150 mil exemplares, inovava em relação a outras revistas femininas do Brasil por trazer uma proposta feminista. Sob o título Não, isto não tolero! aconselhava a leitora a reagir "com firmeza, mas com doçura" aos defeitos do marido. A partir de 1963, passou a publicar a coluna A arte de ser mulher, assinada por Carmem da Silva. A partir da década de 1980, entretanto, a revista abandona essa linha editorial e passa a se concentrar em temas "que dizem respeito à mulher: profissão, vida em família, casa, moda e cozinha", conforme anunciava seu site.

editorial uma proposta feminista. Nesse estudo, ela levantou algumas frases/jargões que eram comuns para a representação social da mulher naquela década, como pode ser lido no documento a seguir.

Figura 2: Estudo do conceito cênico para espetáculo Dona Cláudia (1979)

D. Cláudia Grupo Experimental de Dança - EMAC - UFPA

Sexta 20 Sábado 21 38.ª Semana 1974 SETEMBRO

A MULHER

conceito (o que se espera dela):

9 "VIRGEM E CASA" "Uma santa"

10 "MÃE E MARIA" "Mãe e filha por fora do conceito"

11 "ESPOSA FIEL" "O AMANTE/SSIMA"

12 "DONA NA SOCIEDADE E PUTA NA CASA"

"RAINHA DO LAR"

13 "MÃE DE MAIS FILHOS"

"BURRA E BELA"

14 etc, etc etc - 13

15 Jazares os 10 mandamentos da mãe: 14

16

17

18

19

Agosto 1974				Setembro 1974				Outubro 1974								
S	5	12	19	26	S	2	9	16	23	30	S	7	14	21	28	
T	6	13	20	27	T	3	10	17	24	T	8	15	22	29		
Q	7	14	21	28	Q	4	11	18	25	Q	9	16	23	30		
Q	1	8	15	22	29	Q	5	12	19	26	Q	3	10	17	24	31
S	2	9	16	23	30	S	6	13	20	27	S	4	11	18	25	
S	3	10	17	24	31	S	7	14	21	28	S	5	12	19	26	
D	4	11	18	25	D	1	8	15	22	29	D	6	13	20	27	

Notas:

maio de 79 - "Mulher - objeto de cama e mesa"

(refres) "High-mobif"?

repetidamente aparece e se transforma cada vez numa cena com significados diferentes

(1) cenas curtas e significativas - (Imagens) - paralelas e simultâneas - em sequência fora da lógica convencional - relações comparativas

O CONCEITUAL - cenas-comentários

crítica através da SATIRA

(2) coreografia - ambiente de boutique enorme guarda-roupa - milhões de vestidos pendurados - O TEMPO TODO AS MULHERES TROCANDO DE ROUPA - inclusive interrompendo uma Ação

(3) SALA DE EXPOSIÇÕES: 16.9.-22.9. em pedestais, estátuas alfabéticas das virtudes da mulher (paciência, coragem, etc)

Fonte: Acervo Lia Robatto

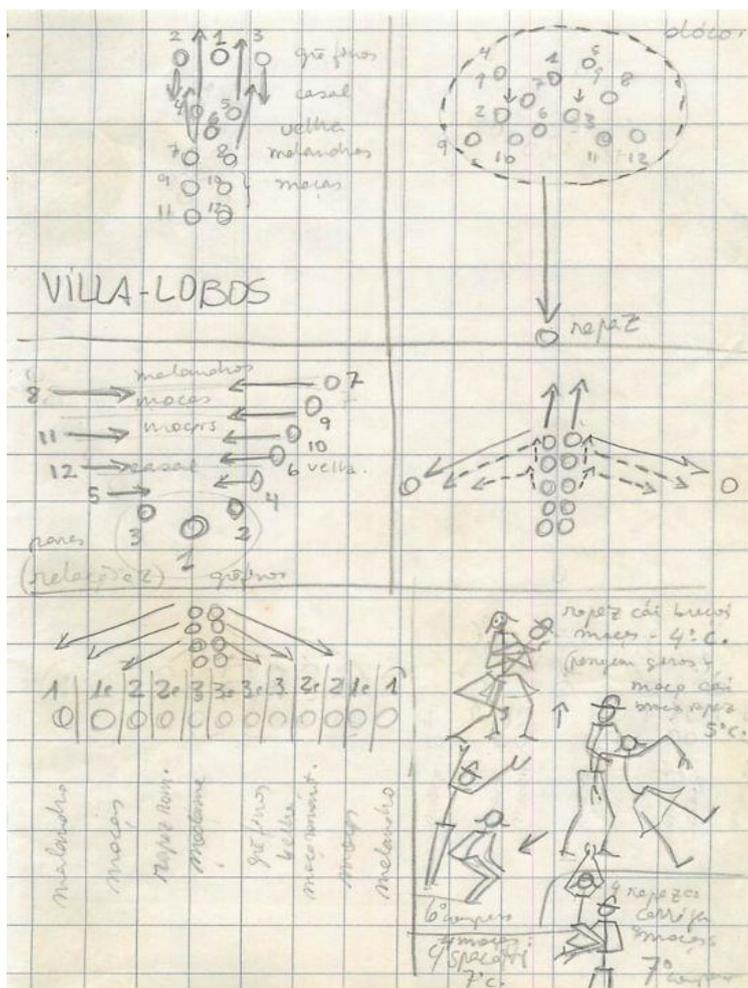
Segundo Robatto (1993, p.4), alguns coreógrafos consideravam o “tratamento da linguagem cênica imutável e a abordagem do conteúdo temático secundária, sendo que a ênfase do trabalho está na perfeição de forma” – o que ela discordava, pois para ela “a natureza mais

específica da linguagem da dança não é a representação de um enredo, e sim o de expressar, ou a si mesmo, ou expressar o indizível, através de símbolos subjetivos, estabelecendo uma conexão com o expectador, estética e intuitiva”.

Lia Robatto, durante nossas conversas no processo de organização do acervo, dizia da preocupação que tinha com as adaptações cênicas de elementos da cultura popular, com medo de cair em “folclorismos”. Por isso, estudava muito sobre os assuntos que iria abordar (candomblé, sertanejos, feminismo), além de exaustivo trabalho de campo.

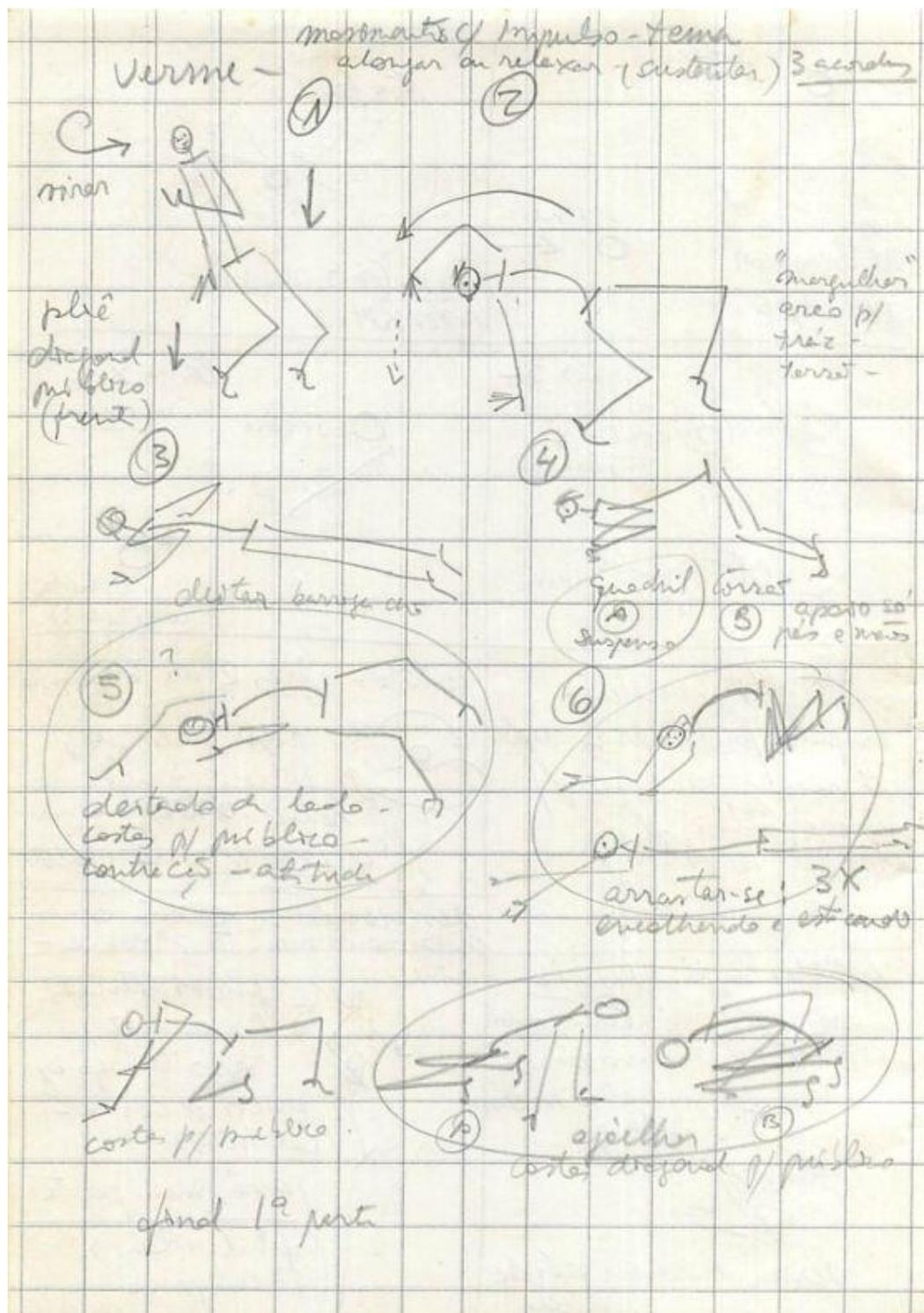
Também são extensos e preciosos os estudos de iluminação, de ritmo, de espaço cênico, de figurino etc. que realizava para as construções coreográficas, conforme apresentamos nas Figuras 3 e 4:

Figura 3: Estudo de movimento do espaço cênico para o espetáculo O universo imaginário de Villa-Lobôs (1987)



Fonte: Acervo Lia Robatto

Figura 4: Estudo de movimento corporal para o espetáculo O universo imaginário de Villa-Lobôs (1987)



Fonte: Acervo Lia Robatto

Cada um desse documentos fornece informações sobre a obra e sobre os diferentes momentos do processo criativo. Identificar e nomear esses documentos foi parte significativa da metodologia adotada, contribuindo não só para a organização, descrição e acesso a essas fontes informacionais como para o registro da obra, como materialidade daquilo que se diz efêmero. Para Salles (2008, p. 109), “não se perde, assim, nem a radicação da obra, nem o movimento dialógico contínuo entre as raízes e o desenvolvimento da obra por meio de suas futuras interpretações, [...]”.

Este estudo de caso se deu no contexto de uma pesquisa empírica descritiva, pautada na análise qualitativa dos dados, tendo como categorias de análise os elementos pertinentes à identificação dos tipos documentais mais recorrentes na área de Dança. Como resultado apresentou a elaboração de um glossário de espécies e tipos documentais específicos para o campo da Dança que nortearam a organização, do arquivo pessoal de Lia Robatto.

4 CONCLUSÃO

No trabalho de organização do arquivo pessoal de Lia Robatto e o estudo dos documentos de processo nos levaram ao entendimento de que a melhor forma de organizar foi respeitando os dossiês genéticos pré-estabelecidos pela titular. Nos acervos de artistas a melhor forma de representar as informações, independente dos suportes, é respeitando o lugar do artista na criação da obra, dando visibilidade a todo processo, da criação à produção.

Outro ponto importante é o entendimento de que em um arquivo pessoal as informações representam tanto a memória individual como a memória coletiva, já que o titular sempre vai pertencer a um grupo político, artístico, funcional. Tendo recebido contribuições ou contribuindo com saberes e discursos produzidos em uma determinada época.

A aplicabilidade da metodologia de identificação arquivística, nos parâmetros da Diplomática Contemporânea, em diálogo com a Crítica Genética mostrou-se pertinente no estudo dos tipos documentais do acervo de Lia Robatto. Diante da materialidade apresentada, o pesquisador pode olhar/ler o arquivo, seguindo os rastros deixados pelo artista, colocando-o em ação novamente, reativando a sua memória.

E, por fim, dizer que a partir do compartilhamento dessas informações levantadas na pesquisa, espera-se fomentar outros estudos científicos dessa natureza e, assim, contribuir para a organização, a disseminação e a preservação de acervos de dança.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2009.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.

FREIXO, Aurora L.; SEVERINO, Ivana B. S.; GUIMARÃES, Maria Sofia VB. Acervo Lia Robatto: memória e dança na Bahia. In: OLIVEIRA, Lúcia M. V.; PANISSET, Bianca T. C.; OLIVEIRA, Isabel C. B. **Arquivos pessoais e cultura**: o direito à memória e à intimidade. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. 348p.

GOMIDES, José Eduardo e SILVA, Andrea Candida. O surgimento da expressão *governance*, *governança* e *governança ambiental*: um resgate teórico. **Revista de Ciências Gerenciais**, vol. XIII, nº 18, 2009.

HARPRING, Patricia. **Introdução aos vocabulários controlados**: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado: Pinacoteca de São Paulo: ACAM Portinari, 2016. 288 p. (Gestão e documentação de acervos: textos de referência; v.4).

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**, v. 6, n. 2, jul./dez. p. 25-50, 2007.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim: novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Jölle; HEYMANN, Luciana (Orgs.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia M. V. de. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 188p. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

USP/FFLCH: São Paulo, 2010.

ROBATTO, Lia. A aventura coreográfica. **A Tarde**, Salvador, 2 de jan. 1993. Seção Cultural, p.4.

ROBATTO, Lia. **Entrevista** concedida em 12 de setembro de 2017. Salvador.

ROBATTO, Lia. **Dança em processo**: a linguagem do indizível. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

SALLES, Cecilia Almeida. **Crítica genética**: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística. São Paulo: EDUC, 2008. (Série Trilhas).

SEVERINO, Ivana Bittencourt dos Santos. **O arquivo pessoal de Lia Robatto**: a dança em processo. 59 f. 2015.2 TCC (Graduação) - Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2015.

SEVERINO, Ivana B. S.; FREIXO, Aurora L. **A dança em cena**: procedimentos metodológicos para a classificação de um acervo pessoal à luz da crítica genética. Manuscrita, São Paulo, v.32, p. 39-47, 2017.

SOTUYO BLANCO, Pablo; SIQUEIRA, Marcelo N. de; VIEIRA, Thiago de O (Orgs.). **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais**. Salvador: EDUFBA, 2016.

TRINDADE, Ana Lúcia; DO VALLE, Flavia Pilla. **A escrita da dança**: um histórico da notação do movimento. *Movimento*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 201-223, set. 2007.

DESENHANDO E CONQUISTANDO ESPAÇOS:
o arquivo do núcleo de medicina legal do Estado da Paraíba

Bernardina Maria Juvenal Freire Oliveira¹
Uthant Saturnino Silva²

RESUMO

A temática aborda o fluxo e a tipologia documental do arquivo do Núcleo de Medicina Legal e sua importância administrativa, jurídica e social para preservar a memória, com vistas a atender às necessidades futuras de seus usuários, tanto do público interno quanto do externo, considerando, em sua organização, os princípios classificatórios dos documentos sob guarda permanente como matéria-prima disseminadora de informações que vão subsidiar tomadas de decisões em instituições judiciais, já que cada documento arquivado, principalmente o laudo tanatoscópico, desde o local do crime até a causa da morte anexado ao inquérito policial, é documento de prova testemunhal. Nesse aspecto, há que se considerar a necessidade de especialização por parte do profissional arquivista conhecendo não apenas a importância jurídica, mais a importância social e histórica desses conjuntos documentais. Metodologicamente, o artigo pauta-se em um processo dialógico entre teoria e prática.

Palavras-chave: Arquivo; Medicina Legal; Tipologias documentais; Fluxo documental.

DRAWING AND CONQUERING SPACES:
the archive of the legal medicine nucleus of paraíba state

ABSTRACT

The theme approaches typology and document flux of the archive of the Legal Medicine Nucleus and its administrative, juridical and social importance to preserve memory, aiming to meet future needs of its users, both internal public as external one, considering in its organization the classificatory principles of documents under permanent guard as raw material disseminator of information which are going to subside decision-making in judiciary institutions, once each archived document, especially autopsy report, from the crime scene until cause of death indexed to police investigation is a document of testimonial evidence. In this aspect, there is to be considered the need for specialization by the archivist professional, knowing not only the juridical importance but also the social and historical importance of these document sets. Methodologically, the paper is guided on a dialogic process between theory and practice.

Keywords: Archive; Legal Medicine; Document typology; Document flux.

¹ Doutora | UFPB | bernardinafreire@gmail.com

² Doutorando | UFPB | uthant-@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O arquivo, como espaço de memória, é também um espaço de esperança no preenchimento do vazio da alma (OLIVEIRA, B.M.J.F de, 2020).

Com o surgimento de novas tecnologias no campo das investigações, como exames de DNA, fichas datiloscópicas, entre outros documentos, que, produzidos, formam os arquivos de Medicina Legal, associado aos documentos que integram a ocorrência dos fatos, a exemplo de documentos quase sempre incomum, aos arquivos mais tradicionais e ao próprio conceito de documento, quando pensado sob a ótica dos arquivos administrativos. Esses documentos, sobretudo os que derivam das gestões de cadáver (MORGAN; TIDBALL-BINZ; ALPHEN, 2009), compõem acervos que se caracterizam como arquivos especiais e especializados, o que exige que o profissional arquivista busque aprimorar conhecimentos tanto em relação à produção quanto ao armazenamento, ao registro, ao acondicionamento, ao controle, à conservação e à disseminação da informação.

Assim, considerando as características documentais que compõem o arquivo médico-legal, enquadrado na categoria de arquivos especiais, Paes (2004, p.147), em razão de suas tipologias documentais, entende que eles se configuram

[...] como os que têm sob sua guarda documentos em diferentes tipos de suportes e que, por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, registro, acondicionamento, controle e conservação.

Ainda sobre os arquivos especializados, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística os define como “[...] um acervo que tem uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividade da entidade produtora, entidade produtora tipo, conteúdo, suporte ou suporte data dos documentos, entre documentos outras” (BRASIL, 2005, p. 30).

Nesse caso, podemos afirmar que o Arquivo de Medicina Legal é composto de documentos especiais. Apesar das peculiaridades da composição intrínseca e extrínseca dos documentos, os arquivos existem com a finalidade de servir, em primeira instância, à administração e, com o decorrer do tempo, constituem a base do conhecimento da

história. Sua função básica é de disponibilizar as informações contidas no acervo documental sob sua guarda, dentro dos limites legais, para todos os que a buscam. Os arquivos de Medicina Legal guardam informações ditas sensíveis que, de acordo com a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada de Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), alterada pela Lei 13.853, de 8 de julho de 2019, dispõe sobre a proteção de dados de pessoais, entre outras prerrogativas, e inclui nessa categoria as informações ou dados sensíveis relacionados às origens éticas ou raciais, religiosas, genéticas, biométricas, entre outras. No arquivo de Medicina Legal, a maioria dos documentos se origina da investigação forense de vítimas, independentemente da causa *mortis*.

Este texto traz uma abordagem sobre a tipologia documental utilizada no arquivo especial do Núcleo de Odontologia e Medicina Legal (NUMOL), em seu mais variado suporte, que de modo objetivo vai desde um identificador em formato de pulseira que contém um número, chamado de Número de Identificação Criminal (NIC), que traz em seu anexo o Boletim de Informação Criminal (BIC), com dados proeminentes de cadáveres procedentes de local de morte, até um breve relato sobre o arquivamento de ficha individual dactiloscópica no método Juan Vucetich, que é usado em arquivos criminais, laudo de DNA, laudo toxicólogo, fotografias e objetos pessoais de corpos reconhecidos e não reconhecidos.

Vale ressaltar que, no âmbito dos arquivos, em especial, dos Arquivos de Medicina Legal, a remota ideia de arquivos apenas com documentos em papel foi superada com o aparecimento de novos suportes, o que exigiu da Arquivologia e da Diplomática novas possibilidades de tratamento, estrutura, análise e técnicas diferenciadas para guardá-los e conservá-los.

Nesse aspecto, como o Arquivo de Medicina Legal atua constantemente no âmbito das informações sensíveis, obrigatoriamente, em sua funcionalidade, age de acordo com o Código de Processo Penal datado de 1941, especificamente em seus artigos 158 a 184, e determina que perícias ou diligência médico-legal são operações de suma importância a serem realizadas por profissionais médicos em que são dadas explicações à Justiça e à sociedade em geral, sobretudo quando se trata de análise ou de perícias realizadas em pessoas (vivas) para determinar a identidade ou lesão corporal e podem ser realizadas

em cadáveres acometidos de morte violenta, para diagnosticar a realidade da morte, a data e a causa.

De acordo com Gomes (1969, p. 8),

a Medicina Legal tem grande importância para a sociedade, pois é chamada para deliberar questões que afetam o indivíduo desde a sua existência no ventre materno, até determinado tempo depois de sua morte. Fala sua responsabilidade, dos defeitos do seu depoimento, da sua identificação, do suicídio, do homicídio da morte acidental.

Essencialmente, a prática da Medicina Legal tem sido exercida com base nos conhecimentos médicos e jurídicos. Na contemporaneidade, há países que já incluem outros profissionais, como os de Enfermagem, com especialidade em Enfermagem Forense, uma atividade comum nos Estados Unidos e em outros países, como Canadá, China, Itália, Inglaterra. “A prática de Enfermagem forense não se limita somente a exames de perícia em vítimas de abuso sexual e estupro: estende-se a outros campos da ciência forense, como a investigação de morte (SILVA; SILVA, 2009, p. 566).

Ao tratar da prática forense e, conseqüentemente, dos documentos que derivam dessa prática e originam os Arquivos de Medicina Legal, é necessário capacitar o profissional arquivista para atuar nesse arquivo e suas várias tipologias documentais.

2 ARQUIVO DO NUMOL: tipologia documental em foco

O arquivo no qual pautaremos nossa discussão é o *Arquivo do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal*, que faz parte do *Instituto de Polícia Científica do Estado da Paraíba*, localizado em João Pessoa/PB e subordinado à Secretaria da Segurança Pública do Estado da Paraíba. O arquivo funciona desde 1954 e recebe, diariamente, uma tipologia documental chamada de laudos, cujos exames oficialmente produzidos nos setores de perícia do NUMOL passam, a partir de então, a fazer parte de seu acervo. De acordo com Paes (2004, p. 20), arquivo é o conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por ela e seus sucessores para efeitos futuros.

Considerando o aspecto conceitual do arquivo, em especial, dos Arquivos de Medicina Legal, é necessário tratar com mais profundidade dos documentos que se

derivam das investigações e das análises forenses. Nesse sentido, a título de exemplo, partimos do Arquivo da Gerência de Medicina e Odontologia Legal da cidade de João Pessoa, cujo procedimento é adotado nos outros quatro núcleos que compõem o Estado da Paraíba. Os documentos que compõem esse arquivo são:

- a) Lesão corporal (traumatológicos);
- b) Estimativa de idade;
- c) Ossadas (Antropológicos);
- d) Cadavéricos (Tanatológicos/caso exista, objetos pessoais de cadáver ignorados e outros que auxiliem a Justiça como prova);
- e) Sanidade (complementar);
- f) Embriaguez;
- g) Exumações;
- h) Sexológico.

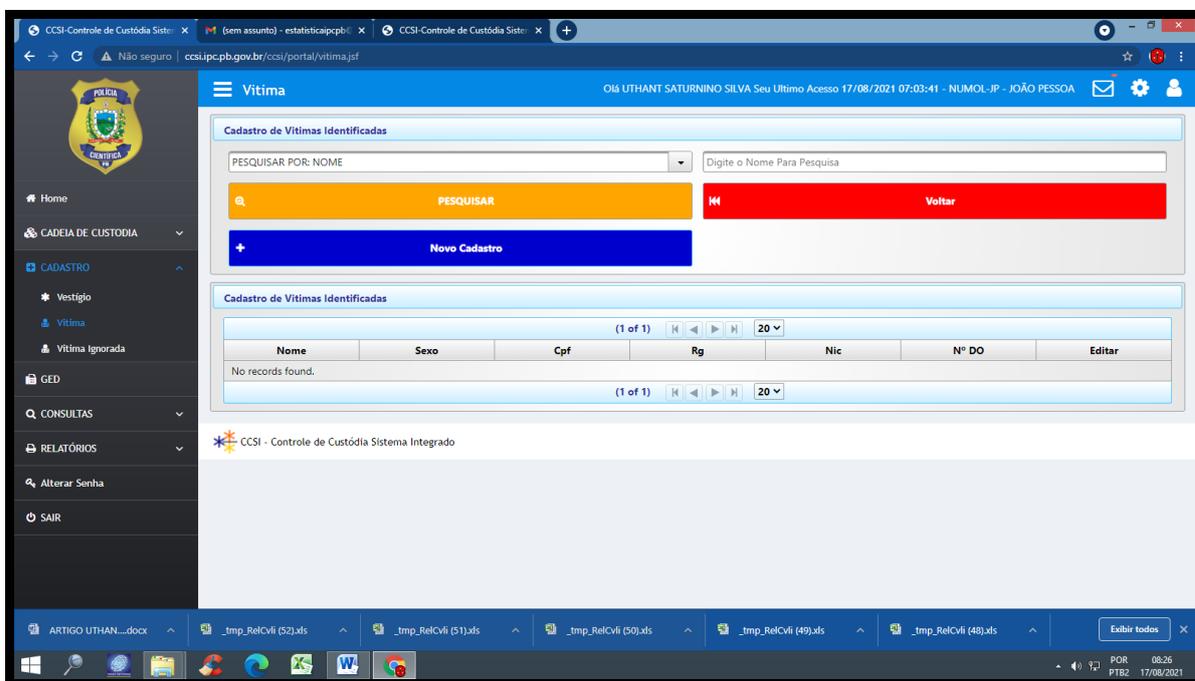
O andamento de formação dos laudos segue uma sequência pré-estabelecida. Depois de feita a perícia, o documento físico, inicialmente, dá entrada formal no Setor de Permanência e recebe um número de classificação composto pelo número do laudo, mês e ano, segue para o setor de digitalização e fica armazenado em um banco de dados específico. Produzem-se, então, duas vias digitalizadas: uma segue para a autoridade solicitante que faz parte do inquérito policial, e a outra é remetida para o arquivo e, mais uma vez, o número de registro passa para o banco de dados do arquivo com a finalidade de facilitar a busca e a recuperação. Em seguida, o documento físico é arquivado em ordem cronológica, numérica e de classificação. Esse fluxo não deve ser alterado, mas rigorosamente seguido.

O arquivo do NUMOL segue todas as normas da administração pública, e seu objetivo é de prestar serviços à Justiça, porque seus documentos servem de prova para auxiliar o Judiciário e outros órgãos a identificarem e /ou elucidarem crimes. Também servem a pessoas físicas para identificar entes ou outros interesses, desde que determinados judicialmente.

Em 2003, o arquivo do NUMOL foi informatizado, exigindo-se, a partir de então, que todos os laudos já existentes e os recém-elaborados sejam digitalizados e diariamente alimenta-se uma planilha de dados com vistas a viabilizar o acesso por parte do corpo técnico e controle interno de dados. Após esse procedimento, os

documentos são arquivados seguindo a tipologia documental específica e sua classificação. Recentemente, em 2019, foi criado o Controle de Custódia de Sistema Integrado (CCSI), em substituição ao sistema anterior, em que todos os documentos oriundos dos cinco núcleos do estado da Paraíba são cadastrados. O código de classificação segue a sequência explicada na **figura 3 e no quadro 1**. Logo que o laudo é concluído, uma cópia vai eletronicamente para a delegacia, e o documento físico vai para o arquivo, conforme a sequência explicada na **figura 5**, caso exista projetis de arma de fogo, este passou a ser arquivado no Centro de Custódia, também recentemente criado.

Figura 1: Sistema de Cadastro de Laudos



Fonte: NUMOL - 2021

O acervo do arquivo do NUMOL encontra-se armazenado em caixa-arquivo tipo box modelo *Polionda*, em que são colocados os espelhos que identificam e organizam espacialmente por assunto, por ano e tipologia, como demonstrado na **figura 1**. Quanto às formas de indexação e arranjo de seu acervo, são arquivadas de acordo com o assunto, seguindo a sequência numérica dos referidos laudos.

Nos espelhos das caixas, existe uma numeração que identifica os laudos que estão localizados seguindo a sequência cronológica. Por exemplo, uma caixa que registra os

números 10400 a 10450 comporta 50 laudos, e todos devem estar organizados em sua sequência numérica. A busca pode ser feita em livros de registros e no sistema de dados automatizados e atualizados diariamente.

Figura 2: Frente de caixa cadavérico - Junho de 2020

CADAVÉRICO		
JUNHO		
DE 10400		J
S		O
E		A
D		O
S		P
ATÉ 10450		E
CAIXA	ANO	S
1	2020	O
		A
ARQUIVO - NUMOL		

Fonte: NUMOL - 2020

O processo de recebimento, digitalização e arquivamento parece rotineiro, todavia, esse fluxo se configura como gerenciamento de processos e se coloca como uma ação estratégica do Gerência Executiva de Medicina e Odontologia Lega (GEMOL), um dos subórgãos de perícias oficiais que reflete diretamente no NUMOL. De acordo com a concepção de Bueno e Rodrigues (2016, p. 18), esse procedimento é voltado para a gestão de documentos, que é

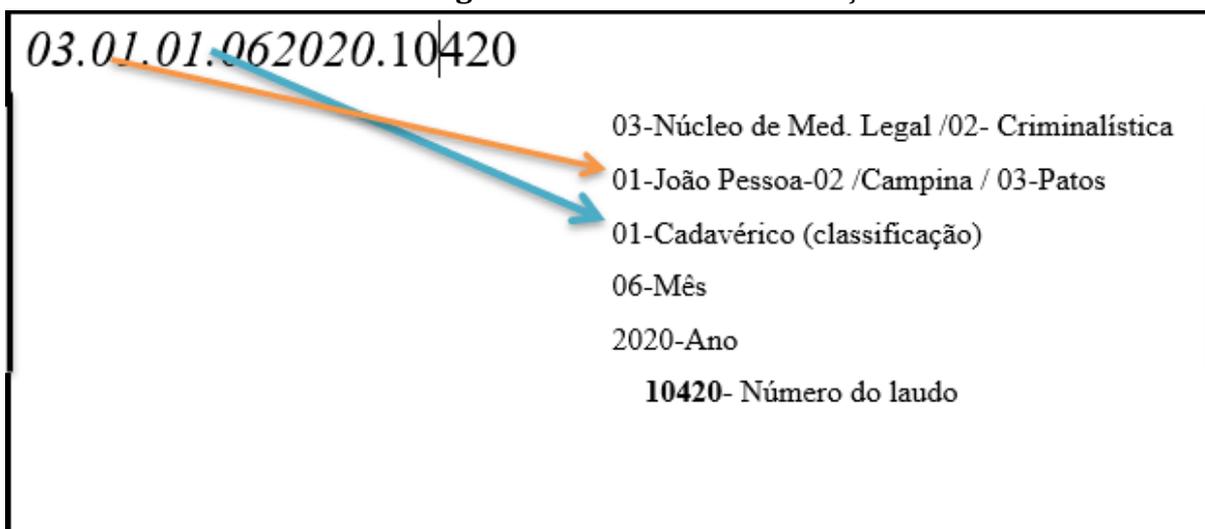
[...] um conjunto de procedimentos e operações técnicas aplicados para a racionalização e eficiência da produção, tramitação, uso, classificação, avaliação e arquivamento dos documentos, independente do seu suporte, com o máximo de segurança e de acordo com critérios e políticas normativas consistentes, levando em consideração o aspecto jurídico-administrativo da organização.

Os autores acrescentam que, no contexto compreensivo da gestão de documentos, o fluxo documental é inerente às suas funções e é entendido como “[...] o caminho que o documento percorre durante sua tramitação, que é regulado por uma norma de procedimento administrativo” (BUENO; RODRIGUES, 2016, p. 18). No caso em tela, o percurso é determinado administrativamente, em razão não só dos aspectos internos, mas também jurídicos, que balizam o cotidiano de arquivos dessa natureza que, além de servir à administração, tem como princípio fundante subsidiar processos judiciais em sua pluralidade. Nesse aspecto, o fluxo não pode ser interrompido e, muito menos, alterado, exceto se houver uma análise de identificação arquivística, o que é pouco provável, porquanto as ações administrativas do órgão em pauta, O GEMOL, e suas funções são muito bem definidas. Nesse caso especial, conhecem-se as funções e as atuações do órgão e, por conseguinte, os documentos que ele gera. Por essa razão, o fluxo é rigorosamente obedecido, embora seu funcionamento não escape de análises periódicas, o que reflete a estrutura, as funções e as atividades organizacionais. Com base nessas considerações, é condição *sine qua non* seguir todos os procedimentos normativos que regulam os tipos documentais, seus fluxos e seu arquivamento.

2.1 Métodos para localização de documentos

No campo dos Arquivos, tomamos como exemplo um laudo *cadavérico* do ano de 2020, cuja classificação é 03.01.01.062020.10420, em que destacamos os números que servirão como base para o futuro arquivamento. Esse laudo terá como destino a caixa localizada na estante de laudos cadavéricos de junho de 2020, seguindo o sistema de classificação, conforme mostra a **Figura 3**:

Figura 3: Sistema de classificação



Fonte: Elaborado pelos autores - 2021

A busca pode ser realizada seguindo o sistema de classificação dos laudos adotado pelo arquivo. A tipologia documental prevalente no arquivo se constitui de oito laudos e segue, obrigatoriamente, a sequência numérica representada no **Quadro 1**.

Quadro 1: Acervo documental do NUMOL e sua classificação

ORDEM	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	CLASSIFICAÇÃO
1	TRAUMATOLÓGICO	
	SEM LESÃO	004
	LESÃO LEVE	005
	LESÃO GRAVE	006
2	EMBRIAGUEZ	009
3	EXUMAÇÕES	002
4	SEXOLÓGICO	008
5	ESTIMATIVA DE IDADE	010
6	COMPLEMENTAR	007
7	ANTROPOLÓGICO	003
8	CADAVÉRICO	001

Fonte: NUMOL - 2021

Essas categorias numéricas não são modificáveis. Partem de uma determinação interna voltada para a atuação específica dos procedimentos de elaboração dos laudos técnicos. Ou seja, cada profissional responsável pela elaboração dos laudos sabe a que categoria tipológica corresponde a respectiva classificação. Outro fator a ser

considerado é que uma análise das classificações poderá indicar, estatisticamente, o número de ocorrências por tipologia e suas implicações. Por exemplo, o quantitativo de laudo cadavérico.

2.2 Tramitação: sequência obrigatória

Cada laudo só poderá ser definitivamente arquivado depois que o inquérito judicial for concluído. Nesse sentido, percorrem seu próprio caminho, considerando as peculiaridades que possam surgir como dados novos em meio à investigação. Os laudos são arquivados depois do cumprimento de seu destino judicial (primeira via), a partir de então o número de registro, que é o mesmo da recepção, conforme já mencionado. A entrada já se dá em registro específico, tanto em livro de registro próprio bem como a partir do número de classificação recebido no Setor de Permanência, ou seja, o número de classificação e registrado na Base de Dados. A segunda via original é a que deve ser arquivada, com todos os anexos (requisição da autoridade competente, atestados, encaminhamento hospitalar, termo de recebimento, cópia de RG, laudo toxicológico, DNA e outros) vai fazer parte do acervo com guarda permanente. Se houver outros suportes de informação expostos (objetos pessoais de cadáveres ignorados), também recebem números de registro e são arquivados em caixas separadas, isso em razão dos cuidados e das recomendações no campo da preservação inerente a cada tipologia específica, como mencionado anteriormente os projetis de arma de fogo ficarão arquivados na Central de Custódia.

Ressalte-se, todavia, que, embora estejam arquivados separadamente, todos integram a mesma peça processual, entendida como um conjunto de documentos que servem de provas e correspondem ao mesmo fato jurídico que, apesar das divergências teóricas e doutrinárias, adotamos esta concepção de Ruggiero (1934, p. 240): “[...] aqueles aos quais o ordenamento atribue a virtude de produzir efeitos de direito, ou seja, eventualidades, capazes de provocar a aquisição, a perda e a modificação de um direito”.

2.3 Acesso aos documentos

O acesso aos documentos do arquivo do NUMOL ocorre, em especial, para pesquisadores internos peritos. No que diz respeito aos pesquisadores externos, a busca é feita, sobretudo, por estudantes dos cursos de diversas áreas do conhecimento, visando elaborar trabalhos acadêmicos. Contudo o acesso só é autorizado depois da entrega de um ofício em que se explica o motivo da pesquisa. Já delegados, juízes, promotores e outros, por meio de ofício, quando familiares necessitam de segundas vias, por meio de requerimentos.

2.4 Características dos documentos de arquivo forense

Ao discutir sobre as características dos documentos forenses que integram o arquivo de Medicina Legal, é mister assinalar que as ciências Diplomática e Forense são campos importantes não apenas para identificar, comprovar, validar e autenticar documentos, mas também para definir a estrutura dos documentos nos ambientes institucionais, sobretudo os que abrangem os documentos comprobatórios resultantes do exercício e das práticas forenses (MONTROYA-MOGOLLÓN; RODRÍGUEZ, 2019). Discorreremos sobre alguns deles nos itens que seguem e, mais detalhadamente, na dissertação de autoria de Silva (2017).

2.4.1 *Laudo sexológico*

O laudo sexológico é um documento oficial que só pode ser feito por peritos médicos oficiais. No estudo da Medicina Legal, insere-se na perícia da Sexologia Forense. Gomes (1969, p. 12 *apud* SILVA, 2017, p. 73) assevera que esse tipo de laudo integra a categoria de documentos que constituem o campo pericial da Sexologia Forense e descrevem e estudam a sexualidade normal e os crimes sexuais. Também chamado de laudo de conjunção carnal, o laudo sexológico contém o brasão da instituição, a data do exame, o padrão de descrição das lesões, os esquemas de lesões, a assinatura dos peritos, as respostas dos quesitos e documentos em anexo (quando houver): ofício da

autoridade policial, fotos, documentos da vítima, declaração e atestados médicos. Com relação aos quesitos oficiais, observa-se a ocorrência de

- conjunção carnal que possa ser relacionada ao delito?
- ato libidinoso que possa ser relacionado ao delito?
- violência para essa prática?
- Qual é o meio dessa violência?
- Se da violência resultou para a vítima incapacidade para ocupações habituais por mais de trinta dias, perigo de vida, debilidade permanente, perda ou inutilização de membro sentido ou função, ou deformidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, deformidade permanente, aceleração do parto ou aborto.
- Se a vítima é alienada ou débil mental.
- causa diversa de idade não maior de quatorze anos, alienação ou debilidade mental que a impossibilitasse de oferecer resistência.

2.4.2 Laudo antropológico

Também chamado de laudo de ossada, o laudo antropológico é produzido pelos peritos oficiais no setor de Antropologia Forense. É um processo de identificação bastante complicado para saber a identidade do corpo ignorado. O laudo de ossada é uma espécie documental especializada do laudo tanatoscópico, ou seja, é o registro feito em restos humanos esqueletizados. Para identificá-los, em alguns casos, os peritos podem determinar sexo, altura, lesões em partes dos membros e ficará arquivado o documento produzido, como fotos, objetos pessoais que, às vezes, são encontrados, acompanhados aos ossos (FANCISCO *et al*, 2009). Esse laudo possibilita a descoberta de características intrínsecas do investigado, tornando possíveis as particularizações.

2.4.3 Laudo odontolegal

Esse tipo de laudo é feito pelo perito oficial odontolegal, que realiza o exame e faz uma análise detalhada dos remanescentes dentários e da região bucomaxilofacial do cadáver, para constatar se há algum tipo de restauração atual, cáries, próteses superior ou inferior, ausências, dentre outros. Depois que o exame é concluído, o laudo odontolegal fica arquivado para posterior confronto com fichas clínicas, radiografias e prontuários e exames realizados em vida que vão complementar o exame tanatoscópico ou antropológico. Esse laudo integra uma das competências da Odontologia Legal, um ramo que compreende perícias em pessoas vivas ou mortas, em ossadas, em fragmentos, em trabalhos odontológicos e, até mesmo, em peças dentais isoladas e/ou vestígios lesionais (ALMEIDA; SILVA; PARANHOS, 2010).

2.4.4 Laudo de lesão corporal

Também chamado de laudo e exame de corpo de delito ou traumatológico, esse exame visa comprovar, por meio de perícia, o episódio causado pela conduta delituosa, ou seja, do resultado de que depende a existência de determinado crime. Arquivado pela classificação nas infrações que não deixam vestígios materiais ou estes não são encontrados, lesão de natureza leve e lesão grave respectivamente, 004,005 e 006 no arquivo da Medicina Legal, existem quesitos oficiais a serem respondidos.

2.4.5 Laudo complementar

Quando o crime de lesão corporal, disposto no art. 168 do CPP, em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial não for acabado, proceder-se-á a exame complementar (ou sanidade) por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício ou a agenciamento do Ministério Público, do ofendido, do acusado ou de seu causídico, no arquivo da Medicina Legal segue o código de classificação 007, existem quesitos oficiais a serem respondidos.

2.4.6 Laudo de estimativa de idade

Laudos odontolegais na área criminal para identificação no vivo da idade não comprovada, os dentes são uma ferramenta importante para estimar a idade. Esse laudo é feito pelo perito odontólogo, segue o código de classificação 010, existem quesitos oficiais a serem respondidos.

2.4.7 Laudo de embriaguez

É um laudo produzido pelo médico para verificar se houve influência do álcool. É elaborado e encaminhado para a Delegacia de Trânsito em sua localidade e arquivado com o código de classificação 009. Existem quesitos oficiais a serem respondidos.

2.4.8 Ficha dactiloscópica

O documento a ser arquivado nasce das impressões coletadas pelo perito papiloscopista que são dispostas em uma ficha específica que contém, em um dos lados, dez campos na sequência polegar, indicador, médio, anular e mínimo, sendo os cinco da mão direita em cima e os cinco da mão esquerda. No verso da ficha, coloca-se a qualificação do identificado, ou seja, nome, filiação, data de nascimento etc.

Figura 4: Ficha dactiloscópica/foto, p&p. 10cm x 7cm

Ficha de identificação de necropsiado com impressões digitais. O formulário contém os seguintes campos preenchidos:

- NOME: Igmonado (Masc.)
- PAI: _____
- MÃE: _____
- Data Nas: _____
- RG, CNP: _____
- Vítima de: Igmonado
- Data e local da ocorrência: _____
- Data da necropsia: 01.06.2020
- Perito ASS: _____
- Necropsista ASS: _____
- Exp. técnica papilo dactiloscópica ASS: _____

Na parte inferior da ficha, há dez campos para as impressões digitais, com as impressões da mão direita no topo e da mão esquerda na base.

Fonte: NUMOL - 2021

2.4.9 Número de identificação de cadáver (NIC)

O número de identificação de cadáver (NIC) é um número serial de sete dígitos, usado individualmente para cada cadáver. O NIC contido no suporte de material plástico em forma de pulseira - chamada de pulseira de identificação criminal ou de cadáveres (PIC) - é colocado, de preferência, em um dos membros superiores do corpo, que, ao chegar ao NUMOL, é cadastrado e anexo ao boletim de identificação de cadáver (BIC), seguido de três formulários nas cores branca, amarela e azul, respectivamente, da autoridade policial, local de crime, laudo cadavérico setor de controle do arquivo. No arquivo do NUMOL, logo depois que o laudo é concluído, o NIC é peça do laudo tanatológico na qual é cadastrado no sistema informatizado que contém dados sobre o corpo periciado, como nome, sexo, local de ocorrência, causa da morte, dia, mês ano, tipo de ação, declaração de óbito, dados sobre o receptor do cadáver e outros.

Figura 5: NIC/foto



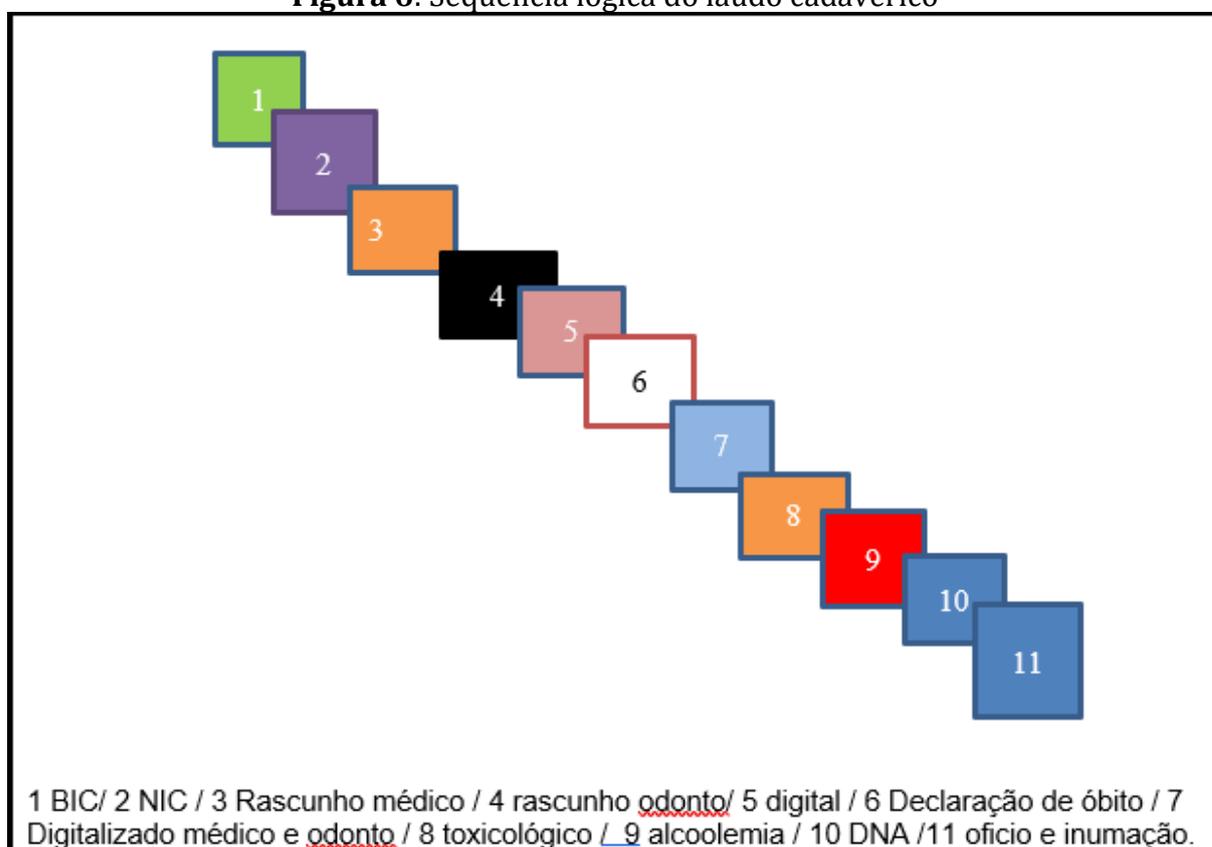
Fonte: NUMOL - 2021

2.4.10 Laudo tanatológico

O laudo tanatológico é um documento gerado pelo perito médico, em que são descritos todos os achados macroscópicos de caráter externo e interno. No arquivo do

NUMOL, esse laudo é considerado de suma importância, pois descreve todas as características do externo corpo e todas as informações internas indispensáveis no inquérito policial. Forma uma espécie de dossiê dos cadáveres periciados no exame tanatológico, tanto de corpos identificados quanto não identificados. Em relação aos corpos ignorados, neste ano deu-se início ao Programa Nacional de banco de dados, coleta de material de DNA de familiares para confronto genético com os laudos arquivados onde consta dados do corpo necropsiado, inclusive material genético coletado durante a necropsia. Segue uma sequência lógica. **A Figura 6**, mostra todo o procedimento da confecção do laudo desde o local de crime até a inumação.

Figura 6: Sequência lógica do laudo cadavérico



Fonte: Elaborado pelos autores - 2021

Ao chegar ao arquivo, o primeiro procedimento é observar a sequência supracitada, pois cada documento anexo ao laudo é peça importante no reconhecimento de corpos. O processo é finalizado com o ofício de inumação, que é feita quando o corpo, depois de trinta dias aproximadamente, permanece no NUMOL sem reclamação de

parentes. Mensalmente, é contabilizado o número de laudos, e no final do ano, todos são arquivados, tomamos como base o ano de 2019, constante do quadro 2. O arquivo também fornece dados para estatísticas da Secretaria da Segurança e Defesa Social também poderá fazer estudos sobre a violência no estado. Os dados são enviados pelos cinco núcleos do IPC.

Quadro 2: Acervo documental do NUMOL arquivado em 2019

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA										NUMOL																	
 SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL										João Pessoa																	
														RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 2019										DIVERSOS + CADAVERÍCO			
														Tipo de Perícia	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Exame de C.delito(PRESOS)	254	307	304	280	376	262	368	354	295	308	345	266	3719														
Exame C. delito(LEVE)	217	209	16	153	190	172	186	166	177	168	178	196	2028														
Exame C.delito(DPVAT+GRAVE)	20	21	26	23	38	17	36	31	23	21	26	20	302														
Exame C.delito indireto					4		1	2	1				8														
Cadavérico	143	132	131	125	109	131	139	128	138	107	135	124	1542														
Exame sexológico	23	25	28	27	36	30	22	34	31	20	29	31	336														
Exame complementar	7	7	4	5	2	5	5	7	1	8	4	1	56														
Exame de C. del. (EXTERNO)	37	39	30	37	17	27	39	29	22	24	29	21	351														
Estimativa de Idade	3	2		6	5		2	6	5	5	2	5	41														
Embriaguez				1	1								2														
Antropologia(OSSADA)											1	2	3														
Exumação													0														
TOTAL	704	742	539	657	778	644	798	757	693	661	749	666	8388														

Fonte: NUMOL – 2021

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando o tema dos Arquivos de Medicina Legal como objeto analítico, em especial fluxo documentais e suas peculiaridades tipológicas impulsionado pelo avanço da tecnologia e seus usos nesses espaços percebe-se que a Arquivística está sempre a exigir uma renovação constante de seus conhecimentos e o aparecimento de novos procedimentos para facilitar a recuperação da informação e para que as instituições administrativas e seus usuários possam ter acesso a esses novos suportes. O NIC, como uma possibilidade tecnológica, possibilita não só vislumbrar a eficiência e a eficácia do

acesso, como também preservar e controlar esse conjunto de informações sensíveis, que dizem respeito a pessoas e, em especial, a todo tipo de análise que possa libertar ou não os sujeitos. Além disso, pode subsidiar as autoridades judiciárias ou grupos familiares a acessar informações que contribuem para desvendar ou identificar corpos.

Nesse aspecto, reitera-se que o arquivo de Medicina Legal tem a responsabilidade não só de receber, tratar e preservar a informação, como também, sobretudo, de recuperá-la, em benefício da divulgação científica, social e cultural e do testemunho jurídico e histórico. Nesse contexto, sua tipologia documental específica se caracteriza pela memória individual e a coletiva. Portanto é necessário preservar seus acervos possibilitando a longevidade, funcionalidade e conservação, por guarda permanente.

A guarda e a conservação de sistemas atualizados são de suma importância para a gestão arquivística. Nesse sentido, o uso de novos suportes para adequar uma nova realidade aos arquivos especializados com documentos especiais deve facilitar o acesso mais rápido à informação. Sabemos que essa é uma realidade que peregrina em passos lentos, porque, nessas instituições, não existem profissionais arquivistas. Contudo o arquivo desenhado ao longo do tema abordado busca cumprir seu papel judicial e social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.A; SILVA, R. H. A; PARANHOS, L. R. A importância da Odontologia na identificação post-mortem. **Odontologia e Sociedade**. São Paulo, v. 12, n. 2, 2010, p. 7-13. Disponível em:
http://www.ricardohenrique.com.br/artigos/artigo_importancia_odont_ident.pdf. Acesso em: 10 de fev. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – Referências. Elaboração. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação - Apresentação de citações. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 11515**: informação e documentação - Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação - Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL - **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232p.

BUENO, D. A.; RODRIGUES, A. C. Mapeamento de fluxos documentais como elemento de identificação arquivística em ambientes empresariais. **Prisma.Com**, v.32, 2016, p. 16-45. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/issue/view/173>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

GOMES, H. **Medicina Legal**. Rio de Janeiro. ed. Freitas Bastos S.A 1969.

MONTOYA-MOGOLLÓN, J. B.; RODRÍGUEZ, S. M. T. Diplomática Forense: revisão histórica para a abordagem do documento nato digital de arquivo. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, V.33, N.78, 2019, p. 47- 62. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2019.78.57928>. Acesso em: 11 de fev. 2021.

MORGAN, O.; TIDBALL-BINZ, M.; ALPHEN, D. V. **Gestão de cadáveres após desastres naturais**: manual para as equipes de primeira resposta no terreno. Washington D.C: OPAS, 2006. 66 p.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro. FGV, 2004.
PERÍCIA CRIMINAL NUMOL **Público eletrônica**. Disponível em: <http://pericia.criminalalagoana.blogspot.com.br>. Acesso em 01 de junho, 2020.

SILVA, K. B.; SILVA, R. de C. ENFERMAGEM FORENSE: UMA ESPECIALIDADE A CONHECER. **Cogitare Enfermagem**, v. 14, n. 3, sep. 2009. ISSN 2176-9133. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/16191/10709>. Acesso em: 28 Sep. 2020.

SILVA, U. S. **Arquivo de Medicina Legal como guardião da memória individual e coletiva**: espaço de identificação do aparente não identificável. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. 107f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9713/2/ArquivoTotal.pdf>. Acesso em: 01 de fev. 2021.

RUGGIERO, R. **Instituições de Direito Civil**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1934. V. 1.

ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ontologias unificando prontuários eletrônicos do paciente (PEP) para compartilhar na *distributed ledger technology* (DLT)

Rosângela da Silva Queiroz¹
Cláudio Gottschalg Duque²

RESUMO

Este artigo apresenta uma visão geral do estado da arte na temática ontologia como instrumento de organização da informação do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) a ser disponibilizado na *Distributed Ledger Technology*. Em um contexto de crescente e variado volume de informação da saúde das pessoas, é um desafio o Prontuário Eletrônico do Paciente acompanhar o paciente por onde ele for. O objetivo geral do estudo é obter o panorama de pesquisas realizadas sobre ontologias para organizar a informação do Prontuário Eletrônico do Paciente a ser disponibilizado na *Distributed Ledger Technology*, sob a ótica da Ciência da Informação e suas relações interdisciplinares com áreas da Saúde e da Ciência da Computação. Como trajetória metodológica utilizou-se de uma revisão de literatura nas três áreas do conhecimento, seguido de uma pesquisa quantitativa e exploratória de dissertações, teses e artigos indexados e recuperados em *sites* de buscas nacionais e internacionais, totalizando sete, para o período de 2015 a 2020. Os resultados obtidos com as estratégias de busca apontam pouca exploração das ontologias para organização da informação dos inúmeros e diversificados Prontuários Eletrônicos dos Pacientes para serem compartilhados no novo ambiente informacional digital, na *Distributed Ledger Technology*. Conclui-se a necessidade de mais estudos para articular, de maneira interdisciplinar, a interoperabilidade dos sistemas clínicos por meio da ontologia para posterior utilização da *Distributed Ledger Technology* na disponibilização da informação de saúde do paciente.

Palavras-chave: Organização da Informação; Ontologias; *Distributed Ledger Technology*; Prontuário Eletrônico do Paciente.

ORGANIZATION OF INFORMATION: ontologies unifying electronic health records(EHR) to share in distributed ledger technology (DLT)

ABSTRACT

This article presents an overview of the state of the art in the thematic ontology as an information tool for the Electronic Patient Record (EHR) to be made available at Distributed Ledger Technology. In a growing context and varied volume of information on people's health, it is a challenge for the Electronic Patient Record to follow the patient wherever he goes. The general objective of the study is to obtain an overview of research carried out on ontologies to organize the information in the Electronic Patient Record to be made available at Distributed Ledger Technology, from the perspective of Information Science and its interdisciplinary relations with areas of Health and Science of Computing. The methodological trajectory uses a literature review in the three areas of knowledge, followed by a quantitative and exploratory research of dissertations, theses and articles indexed and retrieved from national and international search engines, totaling seven, for the period from 2015 to 2020. The results obtained with the search

¹ Mestranda | UNB | rosangeladsq@gmail.com

² Doutor | UNB | klaus@unb.br

strategies indicate little exploration of ontologies to organize the information of the countless and diversified Electronic Patient Records to be shared in the new digital informational environment, at Distributed Ledger Technology. It is concluded that there is a need for more studies to articulate, in an interdisciplinary way, the interoperability of clinical systems through ontology for later use of Distributed Ledger Technology in the provision of patient health information.

Keywords: Information Organization; Ontologies; Distributed Ledger Technology; Electronic Health Record.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a sociedade passa a valorizar a informação em diversos segmentos, setores, áreas, entre outros, passando a ser denominada como Sociedade da Informação sociedade. Devido a diversificação de formas de lidar com a informação evidencia-se uma tendência a um trabalho interdisciplinar para gerir, tratar e disponibilizar a informação nas redes, aponta Cunha (2000). A autora previa que profissionais necessitariam trabalhar com variadas fontes de informação, mas não antevia que tais redes seriam baseadas em tecnologias de razão distribuída, denominadas de *Distributed Ledger Technology* (DLT) ou Tecnologia de Registros Distribuídos. Mas, assertivamente, considerou a Ciência da Informação (CI) integrante da nova sociedade apta a “[...] revolucionar os meios de busca, processamento e difusão da informação.” (CUNHA, 2000, p. 186).

O papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no contexto da saúde é destacada pela Organização Mundial da Saúde (OMS)³ por fortalecer os serviços de saúde e o avanço de pesquisas. A OMS declarou que as TIC proporcionam inovações aos prontuários dos pacientes na forma eletrônica.

O Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), ou Registro Eletrônico de Saúde (RES) ou ainda *Electronic Health Record* (EHR) informa e comunica a saúde da pessoa. Com o uso da DLT o PEP acompanhará o paciente por onde ele for. Roger e Gaunt (1994, p. 194), definem o prontuário do paciente como a “uma memória escrita das informações clínicas, biológicas, diagnósticos e terapêuticas de uma pessoa, às vezes individual e coletiva, constantemente atualizado”. Khan (2015) define o PEP como a verdadeira possibilidade para o profissional de saúde ter uma visão integrada do histórico da saúde e dos cuidados de saúde do paciente.

³ OMS, disponível em <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a4/Uncharter.pdf>.

O Conselho Federal de Medicina (CFM)⁴ possui resoluções e portarias sobre a temporalidade, a regularização do uso de sistemas informatizados e o manuseio de prontuários. A CFM atua para garantir autenticidade, integridade, privacidade e monitoramento das informações dos pacientes. O acesso aos inúmeros PEPs com o uso de ontologias na para posterior disponibilização na DLT possibilitará o profissional de saúde diagnosticar e tratar potencializando as chances de cura mais rápida ao paciente.

Rauchs *et al.* (2018) propõem que a interoperabilidade dos sistemas legados, e respectivos bancos de dados, no ecossistema DLT, promoverão a unificação e o compartilhamento das informações dos PEPs. A ontologia contribui para uma terminologia consistente, padronizada e de acordo com Rauchs *et al.* (2018), pode viabilizar a integração de PEPs advindos de estruturas volumosas e diversificadas de informação da saúde das pessoas.

O objetivo geral é apresentar o panorama de pesquisas realizadas sobre o uso das ontologias para organizar a informação do PEP a ser disponibilizado na DLT, sob a ótica da CI, e nas suas relações interdisciplinares com as áreas da Saúde e CC e que se desdobrando nos objetivos específicos:

- 1) quantificar a produção científica, sobre o tema na CI, na área da Saúde e na CC;
- 2) apresentar a relação do termo ontologia e DLT nas três áreas;
- 3) identificar o conhecimento com as palavras-chave, no âmbito da referida temática, desenvolvido nos estudos das áreas supracitadas.

A interoperabilidade proposta pela nova tecnologia DLT, com apoio das ontologias, garante às instituições de saúde tratar a informação (coleta, processamento, compartilhamento, retenção e eliminação) com segurança e confiabilidade. Diante desse contexto, os objetivos específicos desta pesquisa abarcam um amplo referencial teórico acerca das palavras-chave utilizadas na CI, na área da Saúde e na CC.

A relevância do estudo é evidenciar que o acesso ao histórico de saúde de um paciente decorre de uma Arquitetura da Informação (AI) subsidiada por modelos ontológicos, como forma de organização da informação para serem acessíveis na DLT.

⁴ CFM disponível em <https://portal.cfm.org.br/institucional/>.

2 A DLT E A DINAMICIDADE DO PROTUÁRIO ELETRÔNICO DO PACIENTE

As pessoas têm os seus dados armazenados em repositórios de propriedade de outras pessoas, nos inúmeros bancos de dados de diferentes prestadores de serviços de saúde (TAPSCOTT, D.; TAPSCOTT, A., 2020). Mas os pacientes não têm acesso a qualquer tempo, pois as suas informações de saúde são mantidas, mesmo que em tradicionais bancos de dados distribuídos, nas instituições de saúde. As informações provenientes do corpo do paciente devem ser salvaguardadas bem como a identidade e suas credenciais (TAPSCOTT, D.; TAPSCOTT, A., 2020). De acordo com Tapscott (2020) é preciso usufruir das tecnologias para gerenciar esses dados. E como previsto por Kirkland e Tapscott (2016), a tecnologia é nova e é preciso evoluir a governança de dados na DLT para garantir a segurança e a confiança. A DLT (Figura 1) é entendida como um termo abrangente que inclui, entre outros, o *Blockchain* e sistemas diversificados, em um ambiente sem operador central ou autoridade (RAUSCH et al., 2018). *Blockchain* é um tipo de DLT, que mantém registros de transações imutáveis (validados e confirmados) mantidos em blocos (LEMIEUX, 2017). A DLT contém “recursos enraizados de *designs* capazes de suportar dados e manter integridade dos mesmos em um ambiente adversário – composto por atores de interesses divergentes” (RAUSCH et al, 2018, p.22).

Saracevic (1995) discorre sobre o contexto social e os problemas tratados pela CI e o seu avanço dependente dos métodos utilizados que consideram três aspectos para resolvê-los: a interdisciplinaridade por natureza; ser inseparável da tecnologia; e a primazia dimensão social e humana. Desta forma, o papel do arquiteto da informação segundo Wurman (1989) inclui arquitetar a informação utilizando a tecnologia desde que o resultado faça sentido para o usuário. Os estudos que focam na aplicação das tecnologias da informação, segundo Marteleto (1992), a consideram a informação-como-coisa, informação registrada em vários formatos, descrita ou representada de alguma forma física (dados e documentos). Michael Buckland reflete sobre as limitações da linguagem ao expressar o termo informação (1991, p. 2) “[...] não dispensar o termo informação-como-coisa”. Nesse contexto, a informação é como objeto armazenados, representada nos ambientes digitais, sendo debatida recorrentemente e estimula novas pesquisas quanto a organização da informação na perspectiva e termos da CI (AUTOR, 2008).

O conceito do PEP é amplificado pela autora Pinto (2006), considerando ele um documento multimídia (texto, sons-batidas do coração, imagens e símbolos). Portanto, o PEP tem uma linguagem técnica, dita “especializada”, que para Sales (2007) otimiza a comunicação entre os especialistas e auxilia o processo de tratamento da informação, em especial a Recuperação da Informação (RI).

3 PERSPECTIVAS LEGAIS DO PEP

Marteletto (1987) e González de Gómez (1996) consideram a informação como elemento constituinte dos fenômenos sociais, participante de embates e negociações pelos atores sociais. A Constituição Federal⁵ assegura inviolabilidade da intimidade da vida privada, da imagem das pessoas, já no Código de Ética Médica⁶, o artigo 102, se refere a obrigação da preservação de sigilo, cita uma exceção quanto à exposição quando “por justa causa, dever legal ou autorização expressa do paciente” (MOTTA, 2003, p. 1). O Brasil (2018) com a lei do prontuário eletrônico⁷, acelerou as mudanças nas instituições de saúde e o PEP equivale ao original, quando assinado via Certificado Digital.

Sabbatini (1999) estudou sobre a urgência da informatização dos consultórios e clínicas, da adaptação do profissional da saúde às tecnologias da época e as vantagens das tecnologias. O autor salienta, na ótica médica que “[...]os prontuários médicos dos pacientes disponibilizados, com imagens e tudo, na WWW (*World Wide Web*), para acesso de qualquer parte do mundo.” (SABBATINI, 1999, p. 01).

Para a integração dos dados da saúde, Hartz e Contandriopoulos (2004) consideram a complexidade desse “sistema sem muros” uma síntese conceitual das diversas linguagens e proporções da integração de serviços no campo da saúde. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)⁸ afirma que é responsabilidade das instituições de saúde a completude e a confiabilidade dos dados do atendimento prestado ao paciente.

⁵ Constituição Federal/1988 art. 5º, X, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

⁶ Código de Ética Médica, artigo 102, disponível em <https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf>.

⁷ Lei do Prontuário Eletrônico (Lei nº 13.787/2018) é a legislação responsável por regular a digitalização e a utilização de sistemas informatizados de prontuário de paciente <https://portal.cfm.org.br/institucional/>

⁸ Resolução - RDC nº 63/2011 - Dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde. [Brasília], 25 nov. 2011. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/rdc0063_25_11_2011.pdf/94c25b42-4a66-4162-ae9bbf2b71337664. Acesso em: 15 out. 2019.

A qualidade das informações registradas no PEP influenciará em toda e qualquer tecnologia adotada. Massad *et al* (2003) afirmam que riscos à saúde do paciente são evitados com acesso a história do paciente e garantido o seu cuidado com ética e legalidade. Ao tratar de qualidade das informações, Ackoff (1989) se anteviu diferenciando dados, informação, conhecimento e sabedoria. O autor reflete que “[...] os dados são símbolos que representam as propriedades de objetos e eventos. Informação consiste dos dados processados, o tratamento dirigido para aumentar a sua utilidade. Conhecimento é o que possibilita a transformação da informação em instruções. E a sabedoria é a capacidade de aumentar a eficácia.” (ACKOFF, 1989, p. 3-4).

Lemieux (2017) sugere que a adoção da tecnologia *Blockchain* diminua as imperícias de processamento de informações, bem como a gestão de acessos aos dados das pessoas. A seguir um infográfico (Figura 1) que elucida a questão do que é DLT, os tipos existentes associados as plataformas disponíveis:



Fonte: Comunidade de prática 101 *Blockchain*. Disponível em: <https://101blockchains.com/pt/distributed-ledger-technology-dlt-guia/#prettyPhoto>. Adaptado pela autora. Acessado em: 26 jun. 2021.

Conforme a nova tecnologia vai sendo desmistificada, estudada e utilizada em diversas áreas, mais pessoas conectam ao “novo modo de colaboração” (GUPTA, 2017, p. 4). Os autores Lemieux e Feng (2021) obtiveram respostas para utilização da DLT numa perspectiva multidisciplinar: “[...] para evitar as armadilhas do pensamento isolado que

pode levar a resultados negativos não intencionais e consequências indesejadas às vezes associadas à introdução de tecnologias emergentes.” (LEMIEUX; FENG, 2021, p. 5). Lemieux e Feng (2021) frisam que a utilização de quaisquer tipos de DLT não deve preceder as discussões sob os impactos nas dimensões sociais dos dados/registros e dependem de uma colaboração multidisciplinar.

4 OS PEPs NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE: as tradicionais bases de dados distribuídas

O PEP é um documento constituído de um conjunto de informações, de sinais e de imagens geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros de uma equipe multiprofissional (CFM, 2002). Júnior (2003) atenta que as instituições de saúde alegam que seu PEP é centrado no paciente, que utilizam bases de dados tradicionais distribuídas, isso significa que os sistemas de informações delas detêm os dados do atendimento feito por elas. Contudo, o paciente, ao longo da vida, não é tratado e atendido somente em uma única instituição de saúde. Por isso, o autor acredita que é uma tendência o PEP ser global.

A mudança de paradigma quanto ao usuário sentir-se “dono de fato das suas informações de saúde” (MOURA JR., 2003, p. 175) é lenta, além de mobilizar pacientes e empresas numa expectativa de que o PEP tenha característica multi-institucional.

4.1 Organização da informação: Ontologia e ontologias

Guarino, Oberle e Staab (2009) ao resgatarem a definição original da palavra ontologia, fazem um paralelo entre o uso da palavra pela filosofia e a CC. Ciente dos diferentes significados e uso do termo em diferentes contextos, os autores consideram a Ontologia (letra “O” maiúscula) referindo à disciplina filosófica “[...] que lida com a natureza e a estrutura da realidade” (GUARINO; OBERLE; STAAB, 2009, p. 1) independente de sua existência. E quando ontologia (letra “o” minúscula) ser um objeto de informação ou artefato computacional.

Gruber (1994) concebe a ontologia como uma especificação formal e explícita de uma conceitualização, o que existe é aquilo que pode ser representado. Enquanto para Café,

Santos e Barros (2015, p. 2), as ontologias são especialmente estudadas pela CI e CC “[...] no campo da organização da informação e como instrumento de representação do conhecimento”. Pacheco e Kern (2001) entendem como ontologia, a gramática e o vocabulário comuns.

Vickery (1997) identifica semelhanças e diferenças quanto a ontologias para CC e para CI, ele acredita que a CI utiliza as abordagens ontológicas com denominações diversas. Mas que o termo já vinha sendo usado na CC e, em 1997, afirmou que os profissionais da CC se deparam com as questões que há tempos profissionais da informação experimentam. Além das conexões das áreas quanto ao uso do termo, com uma ótica interdisciplinar, a CI “[...] investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso.” (BORKO, 1968, p. 3)

A interoperabilidade conceituada por Cunha (2008) como a capacidade de diferentes computadores intercambiarem informações considera as diferentes plataformas de hardware e de software, e os diferentes paradigmas de programação e de modelos de dados. Uma das barreiras à interoperabilidade é a “[...] incompatibilidade dos modelos de dados subjacentes às aplicações” (PACHECO; KERN, 2001, p. 57). Os pesquisadores acreditam que se os sistemas com tecnologias tradicionais, aqueles não distribuídos chamados comumente de legados, compartilharem dados com as novas tecnologias, isso diminuiria o risco advindo da mudança abrupta de tecnologia e seria vantajoso usá-los, pois atendem às necessidades.

Staab e Maedche (2000) e Gruber (1994) comentam sobre o desenvolvimento de novas ontologias para compartilhar e reutilizar conhecimento. Os autores esclarecem que as áreas possuem diversificados termos com o mesmo significado ou não, mas que têm relações uns com os outros, ao utilizarem as ontologias teriam uma organização da informação e uma representação comum e integradora. Munn e Smith (2008) afirmam que os cientistas da informação criam representações de estruturas automatizadas alinhadas com o objetivo da ontologia, representar como tudo é categorizado e como as categorias se relacionam para gerir informações. Os projetos podem ser estruturados para serem acessíveis além daqueles que os criaram.

Na área da saúde, Andrade (2013) frisa que para usar tecnologias é premissa na representação ontológica de dados do prontuário para gerar padrões de interoperabilidade

das informações médicas. A integração de sistemas de informação clínicos, conforme Teixeira e Almeida (2019) garantirá o atendimento continuado de qualidade baseado em princípios ontológicos para organização e integração dos PEPs.

Khan (2015), bem como Kalra (2006), abordaram, sob a ótica da CC, a necessidade de reconciliação semântica para interoperabilidade de dados entre sistemas heterogêneos de cuidados à saúde. O conceito de interoperabilidade, de acordo com Martínez e Lara (2006), Cafezeiro e Haeusler (2007), é a capacidade de diferentes sistemas informatizados de se comunicarem e compartilharem seus dados. As informações do PEP com o apoio das ontologias possibilitam a comunicação entre profissionais de saúde com uma linguagem mais próxima da usual.

4.2 PEP único: ontologias promovendo a interoperabilidade dos sistemas legados à DLT

A importância da segurança das informações do paciente para garantir assistência ao indivíduo, mesmo que cada instituição de saúde tenha os seus prontuários guardados, organizados, controlados e seguindo as regras do CFM 2.727/202 (trata das diretrizes de temporalidade e a destinação do PEP) alinhados com Código de Ética Médica, o paciente ainda não tem livre acesso as suas informações. Considerando que o indivíduo tem vários registros de prontuários, nas inúmeras instituições de saúde que frequentou ao longo da sua vida, Júnior (2003) afirma que os prontuários estão isolados em suas respectivas instituições.

Júnior (2003, p. 178) afirma que o “Impacto do PEP no Mercado de Saúde” se atribui a não difusão do PEP, tanto nos meios públicos quanto nos privados e ao alto grau de complexidade da área da saúde. O autor considera que as informações do prontuário médico são diversificadas e mínimas quanto a padronização. O PEP resulta em “[...]uma coleção não-estruturada de documentos não estruturados.” (JUNIOR, 2003, p. 179). Os sistemas de informações médicas, de acordo com área da CC, têm seu conteúdo clínico armazenado no formato digital em diferentes plataformas de hardware e software. Esse contexto conflituoso, para o autor é superado com a alta conectividade e o compartilhamento da volumosa informação em benefício do paciente. A proposta da DLT atende os quesitos éticos, legais⁹ brasileiros, de sigilo, de confidencialidade.

⁹ Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

Liu e White (2001) definiram o PEP como um conjunto de informações do paciente guardadas no formato digital com o propósito de assistência médica em lugares e cenários distintos e garantindo qualidade do atendimento. Os autores acreditam que a superação da “linguagem técnica” de saúde isolada atenderá a expectativa de interoperabilidade entre os sistemas das instituições de saúde por intermédio das ontologias que organiza e representa da informação.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo possui uma abordagem quantitativa, a fim de realizar uma análise exploratória de artigos, dissertações e teses que tratam da organização da informação dos PEPs, advindos dos sistemas legados, com aporte das ontologias para termos, que mantidos e disponibilizado na DLT localizem PEPs.

O objetivo do trabalho é obter o estado da arte sobre a organização da informação de PEPs, utilizando ontologias para uso da DLT. Lopes (2002) propõe uma estratégia de busca em sistemas de recuperação (motores de busca) para alcançar a qualidade na recuperação de publicações. Para o autor, uma pesquisa é um reflexo do planejamento de estratégias de busca para cada base de dados. A precursora Bates (1987, 1988 *apud* LOPES, 2002, p. 62) conceituou a estratégia de busca como o “estudo da teoria, princípios e prática de planejar e executar táticas e estratégias de busca”.

O levantamento bibliográfico possibilitou a formação do *corpus* da pesquisa. As publicações foram recuperadas a partir da utilização de sete bases. Dentre as nacionais, foram utilizadas: a base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)¹⁰ e a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)¹¹. Internacionalmente, foram utilizadas as seguintes bases de dados: *Library and Information Science Abstracts* (LISA)¹²; a *Web of Science* (WOS)¹³; a *Library*,

¹⁰ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). 2002. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/history>. Acesso em: 29 mar. 2021.

¹¹ Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em CI (BRAPCI). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/about>. Acesso em: 29 mar. 2021.

¹² *Library and Information Science Abstracts* (LISA). Disponível por email juliana.silva@proquest.com. Acesso em 14 mai. 2021.

¹³ *Web of Science* (WOS). Disponível em: https://apps-woffknowledge.ez54.periodicos.capes.gov.br/WOS.GeneralSearch.input.do?product=WOS&search_mode=GeneralSearch&SID=6EFt2cONcfTsNRouxRI&preferencesSaved=. Acesso em: 29 mar. 2021.

Information Science & Technology Abstracts (LISTA)¹⁴ e a PubMed (motor de busca de livre acesso à base de dados MEDLINE)¹⁵. Em todas as bases de dados a maioria das publicações utilizam termo *Blockchain* como DLT. O critério para recorte temporal adotado, a partir de 2015, se deve ao registro encontrado da primeira publicação sobre a tecnologia *Blockchain*, nas bases de dados, direcionada ao público principal de Bibliotecários e profissionais da informação. A LISA, dentre as bases de dados utilizadas no estudo, foi a primeira a apresentar uma publicação sobre a temática. Então buscou-se o termo *Blockchain* para o período de 2015 a 2020.

A BDTD permitiu a visualização do panorama das pesquisas brasileiras - nas áreas da CI, da Saúde e da CC - quanto ao uso de ontologias na integração de informações de PEP compartilhados na DLT. A BRAPCI alcançou as publicações nacionais da área da CI quanto ao tema. O motor de busca LISA retornou publicações mundiais sobre *Blockchain* nas áreas da Biblioteconomia e CI. O motor de busca WOS elucidou a produção de artigos, mundialmente, sobre *Blockchain* na CI e na CC. A base de dados WOS abarca disciplinas acadêmicas diferentes, e sua maioria na língua inglesa e, por isso, mantida nas buscas. O motor de busca LISTA armazena publicações de biblioteconomia, CI e tecnologia. Na área da saúde, a base de dados PubMed possibilitou observar a produção científica sobre o uso das tecnologias na Saúde. A base de dados IEEE disponibiliza publicações, na área da CC, sobre a DLT, o emprego do termo ontologias e sobre a implementação na saúde.

A estratégia de busca utilizou os termos: ontologia; Prontuário Eletrônico do Paciente ou *Electronic Health Record* combinados com os termos *Distributed Ledger Technology* ou *Blockchain*. Em todas as bases de dados acima citadas buscou-se o termo *Blockchain* para o período de 2015 a 2020, e obteve um *corpus* com 10.988 documentos. O processo de investigação apoiou-se na exportação dos resultados no formato CSV (Valores Separados por Vírgula) e uso de aplicativo comum estatístico matemático para estruturar a coleta de informação em unidades de registros.

¹⁴Library, *Information Science & Technology Abstracts* (LISTA). Disponível em: <http://web-a-ebSCOhost.ez54.periodicos.capes.gov.br/ehost/search/basic?vid=0&sid=6ecab2f8-986f-4ec5-a3fe-ead93f2a1b1a%40sdc-v-sessmgr03>. Acesso em: 29 mar. 2021.

¹⁵ PubMed mantido pelo *National Center for Biotechnology Information* (NCBI) Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/advanced/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

5.1 Coleta e análise dos dados

A primeira coleta dos dados foi na BDTD (2002) para verificar o volume de estudos sobre ontologias para construção de PEP único e uso da DLT. Na BDTD, as instituições de ensino brasileiras são provedoras de dados e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) coletam os metadados das teses e dissertações para o fornecimento de serviços de informação sobre eles.

Quanto à área da CI, as publicações foram coletadas no motor de busca BRAPCI, identificando nos títulos dos periódicos da área e seus artigos, os termos organização da informação, ontologias e variantes, DLT/*Blockchain* e PEP.

A coleta de dados das publicações na área CC, na base de dados do IEEE, inclui os cientistas da computação, os desenvolvedores de *software*, os profissionais de tecnologia da informação que mesmo fundada com esse nome completo (engenharia elétrica e eletrônica físicos) estende aos que estudam o avanço tecnológico da eletricidade e da informação.

O motor de busca PubMed apoia a pesquisa e a recuperação de artigos das áreas de biomedicina e saúde, e disciplinas relacionadas, como ciências da vida, ciências do comportamento, ciências químicas e bioengenharia.

Os estudos coletados na BDTD e nos sete motores de busca BRAPCI, PubMed e IEEE, WOS, LISA e LISTA, entre os dias 15 e 20 de março de 2021, ampliaram as percepções da evolução dos estudos nas três áreas, quanto às ontologias, ao PEP e a DLT respondendo a investigação (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Tabela 1: Publicações que utilizam o termo *Blockchain*

Ano	BDTD	Brapci	PubMed	IEEE	WOS	LISA	LISTA
2020	18	5	276	3021	1410	173	71
2019	26	5	136	2455	710	127	107
2018	15	5	80	1408	224	85	67
2017	1	1	21	327	58	18	22
2016	2	0	7	59	14	8	11
2015	0	0	1	14	0	1	0
Total	61	16	521	7284	2416	412	278

Fonte: Elaborado pela autora nas bases de dados em 15 Mar. 2021

Na busca avançada da BDTD, pesquisou a palavra *Blockchain*, para todos os tipos de documentos no idioma português e inglês, na ocasião foram encontrados 61 estudos. O termo *Blockchain* foi utilizado, ao invés de *Distributed Ledger Technology*, e na maioria dos estudos pertencem as seguintes áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra (CC), com 11 trabalhos; Ciências Sociais Aplicadas (Direito e Administração), com 10 trabalhos; as Engenharias com dois trabalhos; e Ciências Sociais Aplicadas (CI e Comunicação), com três trabalhos. Todos os trabalhos recuperados na BDTD são da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Nessa primeira amostra da BDTD, dentre os 29 programas de pós-graduação, os que mais tiveram publicações sobre *Blockchain* foram na área denominada como Computação Aplicada com quatro trabalhos; seguidos pelo Direito e Engenharia Elétrica com três, e os programas de Administração de Empresas, Tecnologia da Inteligência e Design Digital com dois trabalhos cada. A palavra *Blockchain* associada a palavras de PEP (e suas variações) recuperou dois trabalhos de 2020: um pela Universidade Federal de Goiás (UFG) outro da UNISINOS, ambos na área de conhecimento Ciências Exatas e da Terra, CC. Para 2019, uma tese da UNISINOS e uma dissertação da URGs (Universidade do Rio Grande do Sul) na área das Ciências da Saúde. Buscou as palavras *Blockchain* e ontologia, foram obtidas duas teses do ano 2019. Um dos trabalhos é da área Ciências Exatas (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE) e outro da Computação Aplicada (UNISINOS). Sendo que o trabalho da Computação Aplicada trata da “Informática na Saúde, processamento de linguagem natural bem interoperabilidade semântica”. Buscou as palavras *Blockchain* e *Distributed Ledger Technology* obteve um registro, sendo uma tese da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do ano 2018. Uma busca associando *Blockchain*, *Distributed Ledger Technology* e ontologia resultou em único registro, sendo uma dissertação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) da Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico estudando as inovações tecnológicas no mercado financeiro.

Na BRAPCI, o termo *Blockchain* apareceu em 16 documentos, dentre eles cinco trabalhos no ano 2020 e outros cinco para o ano 2019, cinco em 2018 e um único trabalho em 2017. Os trabalhos estudam a nova tecnologia *Blockchain* na Biblioteca, Arquivologia, Ciência Aberta, Voto eletrônico e Sistema Registral e Notarial. Para o termo *Distributed Ledger Technology* não se obteve registros. Ao associar os termos PEP, ontologia e *Blockchain* recuperou três estudos sobre terminologias clínicas e interoperabilidade, no

ano de 2019 e 2020. Na BRAPCI, combinando as palavras *Blockchain*, *Distributed Ledger Technology* e não se obteve registros.

A base de dados PubMed teve, em 2015, os primeiros trabalhos mencionando *Blockchain*, com 199 publicações. O crescimento do volume de publicações desde 2015 a de 2020 foi em média 63% a cada novo ano. Ao combinar as palavras-chave *Blockchain* e *Personal Health Records (PHRs)* resultaram 13 documentos. Combinando os termos *Blockchain* ou *Distributed Ledger Technology*, *Personal Health Records* e *ontology* não obteve resultados.

A base de dados do IEEE é mantida por uma organização mundial que se empenha na divulgação de pesquisas sobre avanço tecnológico da eletricidade e da informação e manuseia somente documentos na língua inglesa. Os filtros foram aplicados para pesquisas publicadas em *Conferences*, *Journals* e *Magazines* e no mesmo período utilizado nos outros motores de busca. Os registros obtidos para a combinação dos termos *Blockchain* e *Personal Health Records*, 36 no total, foram oriundos de *Conferences* (27 documentos) e *Journals* (nove documentos), sendo que os primeiros trabalhos surgiram no ano de 2017 e somente nove publicações são de acesso aberto. Os termos *Blockchain*, *Personal Health Records* e *ontology*, quando associados, não se obteve resultados. Os termos *Blockchain* e *ontology* articulados, obteve-se 32 trabalhos, sendo 11 trabalhos no ano de 2020, nove em 2019, oito publicações em 2018 e quatro em 2017. O resultado da busca pelo termo *Distributed Ledger Technology* e o resultou 295 registros para o período. Os três termos articulados, o *Personal Health Records*, o *Distributed Ledger Technology* e o *Blockchain*, não se obteve retorno na busca. Ao combinar os termos *Distributed Ledger Technology*, *Blockchain* e *ontologia* - e suas variações -, a busca retornou um registro do ano 2019. Os três termos *Electronic Health Record*, *Blockchain* e *Distributed Ledger Technology*, associados, obteve dois trabalhos, um do ano 2019 e outro de 2020. A busca com termo *Electronic Health Record* combinado aos termos *Blockchain* e *Distributed Ledger Technology*, obteve-se 34 registros entre os anos de 2018 e 2020, destes resultados, 30 registros advém de *Conferences*. Os termos *Blockchain*, *Electronic Health Record* ou *Personal Health Records* combinados, encontrou-se 41 registros onde somente cinco são de acesso aberto. Os termos *ontologia* e *EHR*, ou *PHR (PEP)* combinados na busca resultou em 32 registros.

A base de dados LISA teve um crescimento médio anual de 82,4% de publicações com termo *Blockchain* por pesquisadores da Biblioteconomia e CI. A base de dados LISTA

que abarcar também publicações da área de tecnologia, estava em quatro com um crescimento médio de 49,25% ao ano e teve em 2020 uma diminuição de 37,38% de publicações com termo *Blockchain* em 2020.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar buscas com os termos *Distributed Ledger Technology*, *Blockchain*, ontologia e PEP, nas bases de dados para as áreas da CI, CC e Saúde, o termo *Blockchain* predomina em detrimento a *Distributed Ledger Technology* na BDTD, BRAPCI, PubMed, LISA, LISTA. O termo DLT é mais utilizado nas bases IEEE e WOS. Não se pode comparar a produtividade de trabalhos das áreas, por exemplo, a literatura especializada em tecnologia da área CC, diferencia os termos *Blockchain* e *Distributed Ledger Technology*, mas existe uma predominância da utilização do termo *Blockchain* na CI e na Saúde.

Os motores de busca, aqui no estudo utilizados, nacionais e internacionais, são métodos importantes no mapeamento da produção científica e valiosos na percepção do processo de adaptação das pessoas e máquinas no uso de novas tecnologias. Pela quantidade de pesquisa com associação dos termos, demonstra um empenho dos pesquisadores em colaborar no esclarecimento da melhor forma de utilizar a tecnologia *Blockchain* para usufruir dos benefícios advindos com o uso, e não mais discutirem simplesmente em adotá-los ou não.

O volume de publicações refletida na base de dados IEEE, que realizam estudos na área da CC aplicada à saúde, foi progressiva em seis anos numa média simples de 1.214 publicações por ano com o termo *Blockchain*. Os documentos oriundos de conferências são considerados pela área tecnológica, sendo o evento que ocorre com uma frequência maior do que nas outras duas áreas. Mesmo que as publicações na área da saúde considerem o estudo de caso como um artigo científico, a média da própria área da saúde foi de 86,83 publicações por ano. A CI, juntamente com a Biblioteconomia, quanto aos termos supracitados e considerando base de dados nacionais e internacionais têm evoluído a quantidade de publicações ao longo dos seis anos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal dessa pesquisa foi apresentar o estado da arte nas áreas da CI, da CC e da Saúde quanto as novas tecnologias distribuídas, por intermédio do uso dos termos *Distributed Ledger Technology*, *Blockchain*, ontologia e PEP nas respectivas bases de dados nacionais BDTD, BRAPCI; e internacionais PubMed, IEEE, WOS, LISA e LISTA.

Além do referencial teórico que abarca as três áreas do conhecimento, foi evidenciado que existe um número crescente de publicações para esclarecer o uso de novas tecnologias pelas áreas CI, Saúde e CC. Entretanto, muitos trabalhos consideram o termo *Blockchain* sinônimo a DLT e devido a isso, pouco explorado os demais tipos de DLT que podem atender o compartilhamento de informação na área da saúde. O panorama de pesquisas realizadas evidencia a necessidade de mais estudos quanto as possibilidades do uso das ontologias em organizar termos, metadados que localizem e promovam o acesso, por meio de quaisquer tipos de DLT, aos PEPs.

A geração de identificadores de PEP disponibilizados na DLT com o apoio das ontologias, possibilita a utilização das informações pelos profissionais e pacientes, que diante da real propriedade dos dados ainda não são acessados diretamente e ainda é pouco estudado na CI. Os pesquisadores, ao expandirem os seus estudos sobre a utilização das novas tecnologias, poderiam investigar as ontologias associadas aos demais tipos de DLT, além do *Blockchain*, no compartilhamento de informação, nas variadas áreas de conhecimento e seus respectivos termos técnicos. As vantagens verificadas nos estudos, focados em um tipo específico de DLT, no caso *Blockchain*, que é aplicado na área financeira, pode não ser o mais adequado para o contexto da saúde, especificamente para o PEP que revela o histórico de saúde da pessoa.

Nesse contexto de alternativas de armazenamento e recuperação da informação proporcionada pelos demais tipos de DLT permanecem em voga (DEL RIO, 2017) as questões de velocidade, do custo de processamento, de segurança, de transparência e privacidade, de legalidade e de escalabilidade. Em relação a palavra-chave *Blockchain*, os altos custos do uso da tecnologia, em detrimento aos benefícios oferecidos, foram muito discutidos nas três áreas, e acredita-se que poderá ser aperfeiçoada caso ocorram acordos globais para compartilhem informação quer sejam elas os PEPs.

Os pesquisadores da CI publicaram pesquisas voltados para AI, para organização da informação com ontologias e a interação do usuário-paciente no novo espaço informacional digital associando ao termo *Blockchain*. Devido ao diminuto uso do termo DLT nas pesquisas da CI, entende-se pouca exploração quanto a associação das ontologias aos demais tipos DLT, além do *Blockchain*.

Ainda há muito a ser pesquisado quanto a Arquitetura da Informação (AI) e a organização da informação para o uso da DLT, abarcando às questões humanizadas das interações homem-máquina na recuperação informação. O profissional da informação contribui quanto ao uso de ontologias para tratar a informação de saúde, bem como a interoperabilidade dos sistemas com a utilização de alguma DLT. As possibilidades de pesquisas futuras ancoram na construção e ampliação de ontologia de PEP, composta de termos brasileiros, advindas dos sistemas de informação existentes no cotidiano das instituições de saúde e utilizados pelos profissionais da saúde. O profissional da informação integrando equipe multidisciplinar, com profissionais da Saúde e da CC, em um trabalho colaborativo no uso de ontologias garantiriam continuidade da informação clínica do paciente, compartilhada e acessível, com o uso da DLT, aos profissionais de saúde para cuidados assertivos em seus atendimentos.

REFERÊNCIAS

ACKOFF, R. L. From Data to Wisdom. **Journal of Applied Systems Analysis**, Lancaster, v. 16, p. 3-9, 1989. Disponível em: <http://www-public.imtbs-tsp.eu/~gibson/Teaching/Teaching-ReadingMaterial/Ackoff89.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

ANDRADE, A. Q. de. A linguagem médica utilizada em prontuários e suas representações em Sistemas de Informação: as ontologias e os modelos de informação. Orientador: Maurício Barcellos Almeida. 2013. 210 f. Tese (Doutorado) –Escola de Ciência da Informação, UFMG-BH, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9HHGLS>. Acesso em: 13 mar. 2021.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199106%2942%3A5%3C351%3A%3AAID-ASI5%3E3.0.CO%3B2-3>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CAFÉ, L. M. A.; SANTOS, R. N. M.; BARROS, C. M. Os estudos de Gruber e Guarino sobre ontologias na Ciência da Informação e nas Ciências da Computação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, p. 1-10, jun. 2015. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/50749>. Acesso em: 06 abr. 2021.

CAFEZEIRO, I.; HAEUSLER, E. H. **Semantic interoperability via category theory**. ER '07: tutorials, posters, panels and industrial contributions at the 26th International Conference on Conceptual Modeling, Nova Zelândia, v. 83, p. 197–202, nov. 2007.

CUNHA, M. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Briquet De Lemos Livros. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/39971961/DICION%C3%81RIO_DE_BIBLIOTECONOMIA_E_ARQUIVOLOGIA. Acesso em: 09 jun. 2021.

CUNHA, Miriam Vieira da. Perfil do profissional da informação frente às novas tecnologias. **Revista ACB**, [S.l.], v. 5, n. 5, p. 185-195, ago. 2000. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/355/419>. Acesso em: 08 fev. 2021.

DEL RIO, César A. Use of distributed ledger technology by central banks: A review. **Enfoque UTE**, Quito, v. 8, n. 5, p. 1-13, dic. 2017. Disponível em: http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1390-65422017000500001&lng=es&nrm=iso. Acesso em 03 jun. 2021.

GÓMEZ, M. N. G. Da organização do conhecimento às políticas de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 1996.

GRUBER, T. Towards principles for the design of ontologies used for knowledge sharing. **International Journal of Human-Computer Studies**, v. 43, n. 5-6, p. 907-928, 1994. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1071581985710816>. Acesso em: 02 abr. 2021.

GUARINO, N.; OBERLE, D.; STAAB, S. What is an ontology? In: STAAB, S.; STUDER, R. (ed.). **Handbook of ontologies**. [S. l.]: Springer, 2009. *E-book*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/226279556> What Is an Ontology. Acesso em: 06 fev. 2021.

GUPTA, V. A Brief History of Blockchain. **Harvard Business Review Digital Articles**, p. 2-4, fev. 2017. Disponível em: <https://hbr.org/2017/02/a-brief-history-of-blockchain>. Acesso em: 14 abr. 2021.

HARTZ, Z. M. A; CONTANDRIOPOULOS, A. Integralidade de atenção e integração de serviços de saúde: desafios para avaliar a implantação de um “sistema sem muros”. **Cadernos de Saúde Pública**, RJ, v. 20, p. 331-336, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ZsrbLQhvJHk7dpxwqHjhPkG/?lang=pt>. Acesso em: 1 abr. 2021.

KALRA, D. Electronic health record standards. **Methods of Information in Medicine**, Stuttgart, v. 45, p. 136-144, 2006. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/02e0/2e30852ce08db115e12dd782438fba745fa0.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

KHAN, W. A. **Efficient semantic reconciliation for data interoperability among heterogeneous health-care systems**. 2015. 131 f. Tese (Doutorado) – Department of Computer Engineering Graduate School Kyung Hee University South Korea, 2015. Disponível em: <http://uclab.khu.ac.kr/resources/thesis/PhDThesisKhan.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

KIRKLAND, R.; TAPSCOTT, D. How blockchains could change the world. **Mckinsey Quarterly**, n. 3, p. 110-113, 2016. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/industries/technology-media-and-telecommunications/our-insights/how-blockchains-could-change-the-world>. Acesso em: 15 abr. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMIEUX, V. L. Blockchain Recordkeeping: A SWOT Analysis. **Information Management Journal**, v. 51, n. 6, p. 20-27, 2017. Disponível em: https://magazine.arma.org/wp-content/uploads/simple-file-list/2017_06_IM_blockchain_recordkeeping_SWOT_lemieux.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

LEMIEUX, V. L.; FENG, C. **Building decentralized trust: multidisciplinary perspectives on the design of blockchains and distributed ledgers**. Boston: Springer, 2021.

LIU, X.; WHITE, S. Comparing innovation systems: a framework and application to China's transitional context. **Research Policy**, v. 30, n. 7, p. 1091-1114, 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(00\)00132-3](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(00)00132-3). Acesso em: 14 abr. 2021.

LOPES, I. L. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 41-22, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12909.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

LOPES, I. L. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 60-71, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12909.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MARTELETO, R. M. **Cultura, educação e campo social: discursos e práticas de informação**. 1992. 390 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

MARTELETO, R. M. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Ciência da Informação**, v. 16, n. 2, p. 169-180, jul./dez. 1987. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277742076/Informacao_elemento_regulador_dos_sistemas_fator_de_mudanca_social_ou_fenomeno_pos-moderno. Acesso em: 03 abr. 2021.

MARTÍNEZ, J. Á.; LARA, P. Interoperabilidad de los contenidos en las plataformas de e-learning: normalización, bibliotecas digitales y gestión del conocimiento. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento**, v. 3, n. 2, p. 1-8, out. 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/19710241.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MASSAD, E.; MARIN, H. F.; AZEVEDO NETO, R. S. (ed.). **O prontuário eletrônico do paciente na assistência, informação e conhecimento médico**. São Paulo: H. de F. Marin, 2003. Disponível em: <http://www.sbis.org.br/bibliotecavirtual/prontuario.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

MOURA JR., L. A. O impacto do PEP no mercado de saúde. In: MASSAD, E.; MARIN, H. F.; AZEVEDO NETO, R. S. **O prontuário eletrônico do paciente na assistência, informação e conhecimento médico**. São Paulo: H. de F. Marin, 2003. p. 173-182. Disponível em: <http://www.sbis.org.br/bibliotecavirtual/prontuario.pdf>. Acesso em: 28 mar 2021.

MOTTA, G. H. M. B. **Um modelo de autorização contextual para o controle de acesso ao prontuário eletrônico do paciente em ambientes abertos e distribuídos**. 2003. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3142/tde-05042004-152226/publico/tese_Gustavo_Motta.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

MUNN, K.; SMITH, B. **Applied Ontology: an introduction**. Berlim: Ontos Verlag, 2008. 342 p. Disponível em: <http://ontology.buffalo.edu/AppliedOntology.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

PACHECO, R. C. S.; KERN, V. M. Uma ontologia comum para a integração de bases de informações e conhecimento sobre ciência e tecnologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 56-63, set./dez. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26349934_Uma_ontologia_comum_para_a_integracao_de_bases_de_informacoes_e_conhecimento_sobre_ciencia_e_tecnologia. Acesso em: 02 abr. 2021.

PINTO, V. B. Prontuário Eletrônico do Paciente: documento técnico de informação e comunicação do domínio da saúde. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, n. 21, p. 34-48, 1. sem. 2006. Disponível em: <https://www.hmtj.org.br/arquivos/hmtj/prontuario.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.

RAUCHS, M.; GLIDDEN, A.; GORDON, B.; PIETERS, G. C.; RECANATINI, M.; ROSTAND, F.; VAGNEUR, K.; ZHANG, Bryan Zheng. **Distributed Ledger Technology Systems: A Conceptual Framework**. 2018. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3230013>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ROBREDO, J. Filosofia e Informação? Reflexões. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-39, ago./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1671/1469>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ROGER, F. F. H.; GAUNT, P. N. The need for security: a clinical view. **International journal of biomedical computing**, Barking, v. 35, p. 189-194, 1994. Supl. 1.

SABBATINI, R. M. E. Informatizando o consultório médico. **Revista Informática Médica**, Campinas, v. 1, n. 4, jul./ago. 1999. Disponível em: <http://www.informaticamedica.org.br/informaticamedica/n0104/sabbatini.htm>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SALES, R. Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) como aporte teórico para a representação do conhecimento especializado. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais** [...]. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/144/GT2--036.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

STAAB, S.; MAEDCHE, A. Ontology engineering beyond the modeling of concepts and relations. In: ECAI'2000 WORKSHOP ON APPLICATION OF ONTOLOGIES AND PROBLEM-SOLVING METHODS, 2000, Berlin. **Anais** [...] Karlsruhe: Institute AIFB, Karlsruhe University, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/2459537_Axioms_are_Objects_too_Ontology_Engineering_beyond_the_Modeling_of_Concepts_and_Relations. Acesso em: 30 mar. 2021.

TAPSCOTT, D.; TAPSCOTT, A. Qual a contribuição do Blockchain para seus dados de saúde. **Harvard Business Review**, 2020. Disponível em: <https://hbrbr.com.br/qual-a-contribuicao-do-blockchain-para-seus-dados-de-saude/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

TEIXEIRA, L. M. D.; ALMEIDA, M. B. Princípios ontológicos no suporte a terminologias clínicas: método e ontologia para reorganização da Classificação Internacional de Doenças. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 94-112, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4291>. Acesso em: 15 mar. 2021.

VICKERY, B.C. Ontologies. **Journal of Information Science**, London, v. 23, n. 4, p. 227-286, 1997.

WURMAN, R. S. **Ansiedade de Informação: como transformar informação em compreensão**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1989.

ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES:
notas de pesquisa

Mabel Meira Mota¹

RESUMO

Arquivos de pessoas são construídos a partir de estratégias de produção e acumulação documental das quais emanam complexos atos biográficos. Reúnem, ao mesmo tempo, documentos representativos do desenvolvimento das atividades dos titulares, assim como dos seus afetos, desejos e experiências particulares. No caso específico dos arquivos pessoais de escritores, observa-se como a atividade literária combina, sobretudo, o texto literário e seus paratextos, demonstrando o alinhamento do comportamento criativo do escritor com os rituais, protocolos e práticas sociais específicas da instituição literária. Este estudo apresenta um breve panorama das diferentes abordagens teóricas dos arquivos de pessoas pela comunidade arquivística e busca demonstrar a permeabilidade da ciência arquivística às discussões teóricas propostas por outros campos, como a Teoria Literária e a Crítica Filológica, acerca das particularidades da produção e da acumulação documental de escritores.

Palavras-chave: Arquivo; Arquivo pessoal; Literatura.

PERSONAL ARCHIVES OF WRITERS:
research notes

ABSTRACT

Personal archives are built from document production and accumulation strategies from which complex biographical acts emanate. At the same time, they gather documents representing the development of the activities of the holders, as well as their affections, desires and particular experiences. In the specific case of the personal files of writers, it is observed how the literary activity combines, above all, the literary text and its paratexts, demonstrating the alignment of the writer's creative behavior with the rituals, protocols and specific social practices of the literary institution. This study presents a brief overview of the different theoretical approaches to personal archives by the archival community and seeks to demonstrate the permeability of archival science to theoretical discussions proposed by other fields, such as Literary Theory and Philological Criticism, about the particularities of the production and accumulation of documentary writers.

Keywords: Archive; Personal archive; Literature.

¹ Doutora | UFBA | mabelmmota@gmail.com

1 “ARQUIVOS PESSOAIS SÃO ARQUIVOS”²: AINDA EM BUSCA DE UM CONSENSO

Da década de 1970 até os dias de hoje, os arquivos pessoais passaram de segundo plano na agenda teórica e metodológica da Arquivologia (PALMEIRA, 2013) – voltada para os documentos vinculados às ações burocráticas, sobretudo de organizações públicas – a objeto de interesse da área, que tem buscado teórica e metodologicamente atender às suas especificidades. Tal fato pode ser demonstrado no discurso de Marques (2007), ainda que se refira apenas aos arquivos pessoais de escritores:

[...] assiste-se a um significativo deslocamento dos arquivos de escritores, de suas bibliotecas e coleções: da casa, do espaço doméstico, familiar – uma instância do privado –, para centros de documentação e pesquisa de universidades ou para institutos culturais de empresas. [...] Tornam-se objeto de tratamento por parte de saberes especializados, como a arquivística, a biblioteconomia, a museologia, além das disciplinas próprias do campo dos estudos literários, históricos e culturais. Tratamento que acaba realçando a diversidade de materiais que constituem os arquivos literários, seu caráter híbrido – um misto de biblioteca, arquivo e museu. A esses acervos agregam-se, pois, novos valores: histórico-cultural, estético, acadêmico, expositivo, econômico (MARQUES, 2007, p. 14).

A preocupação com a salvaguarda de fundos exclusivamente de literatos, por exemplo, consolidou-se na criação de vários centros de pesquisa e documentação em diversas universidades brasileiras, como aqueles voltados para preservação de acervos pessoais de escritores apontados por Marques (2007): Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP); Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa; Centro de Estudos Murilo Mendes (CEMM), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Acervo de Escritores Sulinos, sediado na Pontifícia Universidade Católica, do Rio Grande do Sul (PUC-RS); Centro de Documentação Alexandre Eulálio; Fundação Casa de Jorge Amado, situada na cidade de Salvador-Bahia; Acervo de Escritores Mineiros vinculado ao Centro de Estudos Literários da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Podemos destacar, ainda, a iniciativa privada, a exemplo da Fundação Casa de Jorge Amado, na Bahia.

Tais centros, apesar de se restringirem aos fundos de pessoas públicas e às atividades específicas desempenhadas por estes, se destacam pela guarda, arranjo de

² Referência ao título do artigo *Arquivos pessoais são arquivos* (CAMARGO, (2009).

arquivos, produção de perfis biográficos, exame das bibliotecas de escritores e seus manuscritos visando à reconstrução “[...] de ambientes de trabalho, de hábitos cotidianos e, processos particulares de escrita” (SOUZA, 2009, p. 137-146); e, principalmente, pelo trabalho que desenvolvem para a salvaguarda e difusão do patrimônio cultural escrito.

Destaca-se, ainda, as iniciativas de elaboração de manuais de procedimentos técnicos voltados para tais arquivos, como a do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), cujas versões datam de 1980, 1986, 1994 e 1998 (HEYMANN, 2009); e a da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), cujo *Manual de Organização de Arquivos Pessoais* foi publicado em 2015. É salutar, ainda, a publicação *Tempo e Circunstância*, de Camargo e Goulart (2007), decorrente da experiência das autoras no processamento técnico do arquivo pessoal do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os referidos manuais voltaram-se, especialmente, para titulares que desempenharam papéis públicos ou personalidades reconhecidas pelo desempenho no exercício de atividades profissionais. Como prova, manifestação concreta e, portanto, palpável da existência de uma pessoa, muitas vezes esperava-se, por meio dos arquivos, especialmente dessas personalidades públicas, “[...] reunir adornos empíricos para a reafirmação de um senso comum sobre o mundo intelectual” (PALMEIRA, 2013, p. 91); ou, como propõe Marques (2015, p. 88), acerca dos arquivos pessoais de escritores, “[...] presta[va]-se a capturar o escritor por meio de uma imagem plena, a encerrá-lo num jogo de aparências, útil para a elaboração de convenções mitológicas – o escritor como intelectual, mestre, guru e porta-voz [...]”.

Para Catherine Hobbs (2016), a constituição do arquivo pessoal pode se dar tanto fora quanto dentro de uma estrutura administrativa, pois existe uma liberdade que perpassa o que deve ou não ser documentado. Os conjuntos documentais de pessoas são arquivos justamente por conta da proveniência e do contexto de produção e de acumulação alicerçado nos motivos diversos que levam um indivíduo, a partir de suas experiências, a constituir modelos próprios de comportamento arquivístico. Para Oliveira (2019, p.71, grifo meu):

No ambiente da vida pessoal, por sua vez, os documentos arquivísticos que representam as relações do indivíduo com as instituições e com o Estado têm sua produção e retenção regidas

pela legislação e regras institucionais externas ao ambiente do produtor. Enquanto que os documentos que registram a vida íntima e a sociabilidade do indivíduo têm sua produção regulada por acordos tácitos, protocolos de etiqueta e práticas sociais, e **sua retenção é estabelecida pela necessidade do produtor de comprovar seus atos e de se lembrar.**

O estatuto arquivístico de tais conjuntos de documentos é corroborado por serem também resultados de uma produção natural na intimidade e nos lugares sociais ocupados pelo titular (OLIVEIRA, 2019). A naturalidade da produção, atributo de todo documento de arquivo, não é esvaziada por conta dos aspectos subjetivos e do modo peculiar como cada sujeito experimenta o mundo e produz documentos, pois a qualidade especular dos documentos de arquivo permite, quase sempre, o reconhecimento do acontecimento ou da ação de que são correlatos (CAMARGO, 2002). A naturalidade da produção decorre, então, do engajamento daquele que produz documentos na sociedade, no domínio da linguagem e dos padrões formulares instituídos na esfera das práticas, procedimentos, atores e sistemáticas do sistema literário (BORDINI, 2012), no caso do escritor.

Conforme Heymann (2009), entretanto, a “a dimensão intencional” do titular muitas vezes tem sido negligenciada, o que pode levar à limitação da contextualização ao estabelecimento de equivalência entre registros e desempenho de atividades, ao se privilegiar uma dimensão apenas funcional. Para ela, compreender “o motivo da guarda do documento, identificando a intenção acumuladora” (HEYMANN, 2009, p.50) é a prioridade nos arquivos de pessoas, pois ultrapassam o contexto de produção imediato dos documentos, ampliando-o em direção aos diferentes usos dados a eles pelo titular, em distintas temporalidades e a partir de diferentes objetivos.

Diante de tais questões, propõe-se uma reflexão acerca da problemática da produção e da acumulação documental em arquivos pessoais de escritores. O diálogo teórico com a Teoria Literária e com a Crítica Genética visa contextualizar a emergência manuscrito moderno, assim como dos arquivos pessoais de escritores como objeto material, cultural e de conhecimento (GRÉSILLON, 2007). Destaca-se, por fim, algumas configurações documentais possíveis de serem encontradas nesses arquivos, sobretudo em decorrência do comportamento particular dos escritores em relação à obra, ao arquivo e ao sistema literário no qual estão inseridos.

2 LITERATURA, ESCRITORES E ARQUIVOS

Ao trabalhar com o arquivo pessoal de um escritor de literatura(s), é preciso considerar, primeiramente, que o fazer literário situa-se, para Nathalie Heinich (1995), entre ofício ou profissão – decorrente de uma profissionalização do artista, principalmente no século XX – e vocação. Essa última não se refere a um dom, algo congênito, mas a uma habilidade vinculada a investimentos e esforços empregados para se alcançar determinado objetivo ou projeto literário. Para ela, todos que escrevem são, de fato, escritores, mas há uma forma específica de ser escritor, por profissão e/ou vocação, aquela vinculada à publicação e ao reconhecimento, ou seja, o escritor como autor, sobretudo de autor de textos literários.

A(s) forma(s) de representação do escritor no mundo artístico, em geral, parece(m) alicerçada na valorização de uma singularização (HEINICH,1995), – individualidade, originalidade, projeção à posteridade, recepção, etc., que podem levar tanto ao fracasso quanto ao sucesso, já que os atos de escritura registrados em documentos sugerem uma atividade relativamente estável, se considerarmos que o domínio de produção discursiva e de escrita possui protocolos, rituais, práticas e padrões – tomando os gêneros literários como a configuração de modelos e regras. Contudo, tal qual sugere Derrida (2014, p.49):

O espaço da literatura não é somente o de uma *ficção* instituída, mas também o de uma instituição *fictícia*, a qual, em princípio, permite dizer tudo. Dizer tudo é, sem dúvida, reunir, por meio da tradução, todas as figuras umas nas outras, totalizar formalizando; mas dizer tudo é também transpor [*franchir*] os interditos. É liberar-se [*s'affranchir*] - em todos os campos nos quais a lei pode se impor como lei. A lei da literatura tende, em princípio, a desafiar ou a suspender a lei. Desse modo, ela permite pensar a essência da lei na experiência do “tudo por dizer”. É uma instituição que tende a extrapolar [*déborder*] a instituição (DERRIDA, 2014, p.49)

A citação de Derrida (2014) serve de alerta para qualquer procedimento arquivístico ou empreendimento de pesquisa em/sobre arquivos pessoais de escritores, pois chama a atenção para a complexidade que cerca a “instituição literária”, constituída por categorias, “como as noções de autor, de obra, de livro, de escritura, de copyright etc.

(CHARTIER, 2002, p. 258), assim como por atores e práticas acionadas no domínio discursivo da literatura.

Desse modo, ao impor sua lei, sob a forma de normas ou padrões que permitem elaborar e reconhecer gêneros literários, por exemplo, a literatura também aponta para sua própria desconstrução, já que os escritores tendem a rasurar e a desconstruir os gêneros em processos de montagem ou hibridização, em nome da “liberdade poética”, argumento quase sempre recorrente no discurso de escritores.

Para Heinich (1995), ser escritor é ter a consciência que os significados e os textos, vinculam-se tanto à individualidade e à intimidade de um eu, quanto ao social e ao coletivo, pois toda mobilização da linguagem se dá no público e por meio de convenções e protocolos, o que indica que os escritores estão submetidos aqueles próprios da comunidade da qual fazem parte.

L'indétermination objective de l'accès au statut d'écrivain tient pour beaucoup à la multiplicité et au faible degré de formalisation des moments qui le scandent, depuis le simple fait d'écrire jusqu'au fait de se reconnaître et d'être reconnu comme écrivain. Dans d'autres domaines ce sont des actes et des objets stables et formalisés - examen, concours, contrat d'embauché - qui marquent le moment où un individu peut s'attribuer un terme de profession sans risquer de se le voir contesté, et espérer en tirer à court ou moyen terme une rémunération à peu près indexée sur le temps de travail et/ou la qualité des résultats. Pour celui qui écrit par contre, le chemin à parcourir est beaucoup plus long et incertain. (HEINICH, 1995, p. 506)³

A instabilidade do estatuto de escritor e o baixo grau de formalização profissional descrito por Heinich (1995) reverbera na própria condição e características da literatura – ou literaturas? –, demonstrando aquilo que constatou Bordieu (1996): não existe uma definição universal de escritor, nem mesmo de literatura. Desse modo, um problema se coloca quando se tenta precisar os contornos dos arquivos pessoais de escritores, já que, quase sempre, escritores não são apenas escritores, assim como a Literatura não é um conceito estável e bem delimitado, nem mesmo no âmbito da Teoria Literária. Isso leva,

³ Tradução minha: A indeterminação objetiva do acesso ao status de escritor deve-se, bastante, à multiplicidade e baixo grau de formalização dos momentos que o definem, desde o simples fato de escrever até o fato de se reconhecer e ser reconhecido como escritor. Em outros domínios, são os atos e os objetos estáveis e formalizados - exame, competição, contrato contratação - que marcam quando um indivíduo pode se atribuir um termo, uma profissão sem arriscar vê-la desafiada, e esperar atrair a curto ou médio prazo, uma remuneração aproximadamente vinculada ao tempo de trabalho e/ou a qualidade dos resultados. Para aquele que escreve, por outro lado, o caminho a seguir é muito mais longo e incerto (HEINICH, 1995, p. 506, grifo meu).

então, a algumas questões: o que é literatura? Qual sua diferença específica? Qual é a sua natureza? Qual é a sua função? Qual é a sua extensão? Qual é sua compreensão? (COMPAGNON, 2010). A literatura se resume exclusivamente naquilo que conhecemos como “obra” literária sob a forma de livro? Qual a especificidade da atividade literária desempenhada por um escritor? De que modo ela reverbera na conformação de um arquivo?

Se se partir da ideia de que o escritor, aqui, é o escritor de literatura, ao recorrer à etimologia, observa-se que o conceito de literatura vem do latim “littera”, vocábulo que designava o ensino das primeiras letras (MASSAUD, 1974). Entretanto, o conceito de literatura se constituiu por meio de um amplo processo de negociações em torno do que qualificar como literário e, conseqüentemente, como não literário (MASSAUD, 1974; EAGLETON, 2006; COMPAGNON, 2010). Daí a existência de dicotomias como: ficção e não ficção; real e ficcional; representação social (mimeses) e expressão individual de criatividade.

De fato, não se pode dizer que houve alguma estabilização do conceito nos tempos atuais, como destaca Ludmer (2010, p. 1), os tipos de escrituras contemporâneas “atravessam a fronteira da literatura (os parâmetros que definem o que é literatura) e ficam dentre e fora, como em posição diaspórica: fora, mas presas em seu interior”. Para a autora, estas escrituras aplicam à literatura “tradicional” uma operação de esvaziamento, representam a literatura no fim do ciclo de autonomia, se colocam como “literaturas pós-autônomas” (LUDMER, 2010, p.1).

Na definição e qualificação do literário, a noção clássica de “belas letras” contemplava, na perspectiva de Compagnon (2010), tudo aquilo que equivalia à cultura, isto é, “tudo o que a retórica e a poética podiam produzir, não somente ficção, mas também a história, a filosofia e a ciência, e, ainda, toda a eloquência” (COMPAGNON, 2010, p.31). De tal modo, a literatura não tinha uma especificidade, mas equivaleria ao conjunto de textos produzidos pelo homem através da linguagem e “das obras escritas nessa linguagem” (AUERBACH, 1987 [1949], p.11), portadores de elementos propícios para compreensão da nação.

Na mesma linha, segundo Massaud (1974, p.311), inicialmente, literatura designava o ensino das primeiras letras, mas “passou a significar ‘arte das belas letras’ e, por fim, ‘arte literária’”. Até o século XVIII, literatura era sinônimo de poesia. Naquele

contexto, prenúncio do “fetichismo da mão do autor” (CHARTIER, 2014) que irá marcar o século XIX, privilegiava-se a obra de arte conforme composta pelo autor em sua existência imaterial, “invisível e intangível”, a obra na mente do criador, que transcendia qualquer possível corporificação material, conforme esclarece Chartier (2014, p.142):

A forma textual, sempre irredutivelmente singular, era a única, mas poderosa, justificativa para a apropriação individual das ideias comuns transmitidas por outros livros impressos. Assim, paradoxalmente, visando conceituar textos como propriedade individual, eles precisam ser conceitualmente dissociados de qualquer corporificação material particular e localizados na mente – ou na mão do autor. De fato, o mais perto que alguém podia chegar de uma forma material de uma obra imaterial era o traço deixado pela mão do autor. O manuscrito assinado tornou-se, assim, o signo exterior e visível do gênio interior e invisível do escritor para todos aqueles que não eram capazes de visitá-lo e conhecê-lo.

Desse modo, pode-se dizer que o destino material e analítico dos arquivos pessoais e das coleções de documentos de escritores – sobretudo manuscritos autógrafos, o que circunscreveu a atuação de escritores aos antecedentes necessários à publicação da obra literária – está intimamente ligado à construção sócio-histórica da instância autoral, a partir do século XVII (CHARTIER, 2001; GRÉSILLON, 2007). Para Almuth Grésillon (2007), não se trata apenas de uma renovação tecnológica trazida com a imprensa, a partir do século XVI, mas também de uma ruptura cultural operada no seio do pensamento humanista, que fez com que o indivíduo pudesse ser responsabilizado por suas criações. Desse modo, o autor escreve “porque tem autoridade e porque é escritor ou a fim de ser reconhecido como tal” (GRÉSILLON, 2007, p. 115).

No começo do século XIX, quando “os textos os livros, os discursos começaram a ter realmente autores (diferentes dos personagens míticos e das grandes figuras sacralizadas e sacralizantes” (FOUCAULT, 2001, p.274), o autor passa a ser dotado de uma “aura especial” (GRÉSILLON, 2007), o que ocasionou a valorização dos traços que demonstram as tensões que perpassam a criação literária, na instância privada da criação. A mão do autor passou, então, a ser garantia da unidade e da legitimidade dos textos a ele atribuídos (CHARTIER, 2001). Logo, os documentos que atestam o reconhecimento do autor no cenário intelectual em que se inscreve e escreve, passaram a ser conservados por conta de sua qualidade especial de autógrafo,

[...]a título de relíquias; às vezes, também, para servir a seus contemporâneos de modelos de arte de escrever. Nos espaços das bibliotecas, eles tomavam lugar ao lado de todos os outros documentos preciosos, literários ou não (CHARTIER, 2001, p. 32).

É a relação entre manuscritos assinados e a autenticidade da obra, internalizada por escritores, que os leva a tornarem-se, sobretudo a partir do século XX, “arquivistas de si mesmos”, o que pode ter motivado à doação de documentos literários, inicialmente, para as grandes bibliotecas (CHARTIER, 2014, p. 145). Por esse motivo, acerca da problemática da exclusão dos arquivos de pessoas da agenda teórica e metodológica da Arquivologia, é possível afirmar que essa pode ter alguma relação com a zona de penumbra que cerca os processos de doação e o tratamento dos documentos de escritores exclusivamente nas bibliotecas, especialmente no começo do século XX, o que ainda pode ser verificado em instituições custodiadoras de arquivos e coleções de manuscritos literários contemporâneos, que ainda não definiram suas políticas institucionais de aquisição.

O processo de auto-arquivamento iniciado por escritores culminou, no âmbito no das Críticas Filológicas e dos métodos críticos para a análise literária, na emergência da vertente da Crítica Genética, que instaura, a partir da década de 1970, um novo olhar sobre a “relação entre texto [literário] e gênese, com os mecanismos da produção textual, com a atividade do sujeito da escritura” (HAY, 2007, p. 34). A título de exemplo, cabe citar a doação de documentos literários de Miguel Ángel Asturias à Biblioteca Nacional de Paris, em 1971 (GRÉSILLON, 2007), que acabou por motivar a criação da *Coleção Archivos*. Ela se propõe a salvaguardar e difundir o patrimônio documental literário, reunindo esforços de profissionais da Arquivologia e das Críticas Filológicas para a organização de acervos de escritores e para a difusão dos mesmos sob a forma de edições críticas e genéticas de textos literários.

Cabe aqui, ainda, um adendo. A partir do século XIX, a noção de Literatura passou a abranger não apenas a literatura como arte, mas todas as expressões escritas, incluindo as científicas e as filosóficas.

Tal amplitude semântica, de resto, entranhada na etimologia do vocábulo, tinha a razão de ser: desde a origem a Literatura condiciona-se à letra escrita, impressa ou não. Refere-se, assim, a uma prática que só pode ser

verificada quando produz determinado objeto: a obra escrita. De onde não lhe pertencem as manifestações orais, ainda que de cunho artístico; enquanto não se registram em documento, inscrevem-se mais no Folclore, Religião, Antropologia etc., que nos domínios literários. Em suma, a literatura pressupõe o documento, o texto, manuscrito, impresso, datilografado, em papel, lâmina de metal, de papelão, etc. (MASSAUD, 1974, p.312).

A obrigatoriedade do escrito – principalmente do impresso – resultou numa amplitude semântica que culminou na vinculação da literatura à bibliografia, observável em algumas construções, até mesmo contemporâneas, para referir-se a um conjunto de textos vinculados a certas áreas do conhecimento, das quais seria exemplo a expressão “literatura arquivística” (MASSAUD, 1974). Talvez essa ampliação do adjetivo literário em direção a outros domínios de produção discursiva tenha reforçado a ideia da biblioteca como o lugar adequado para conversação dos registros resultantes da atuação de literatos, filósofos, pesquisadores de áreas diversas.

Retomando a problemática da custódia de arquivos pessoais de escritores e coleções de manuscritos pelas bibliotecas, o estatuto do escritor-autor foi determinante para a atribuição de valor aos documentos literários e para sua aquisição. Conforme Marques (2015, p.99), “[...] à proporção que se afirma o estatuto de autor, aumenta a valorização dos seus manuscritos, especialmente dos rascunhos de seus livros, tornando-os objeto de pesquisa e exposição, cobiçado por colecionadores”.

As coleções, de modo geral, são organizadas tematicamente, enfatizando a procedência, que designa a reunião dos documentos a partir de um critério intencional e artificial por parte de uma “entidade diversa que o[s] gerou” (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Em arquivos pessoais, comumente confunde-se procedência com proveniência. Schmidt e Silva (2016) alertam que nos arquivos organizados tematicamente, ignora-se a proveniência em prol da importância da assinatura do documento (a procedência).

De acordo com Louis Hay (2003), apesar das bibliotecas terem se tornado importantes centros para a difusão das produções literárias, faltava nelas o “encontro entre uma prática arquivística e uma prática literária” (HAY, 2003, p. 69). Esse desencontro é entendido aqui como um distanciamento dos procedimentos adotados pelas bibliotecas para o processamento dos documentos, aquém dos princípios

arquivísticos já disseminados à época, como o Princípio da Proveniência⁴, importante sustentáculo da teoria e da metodologia arquivística. Desse modo, não se distinguiram fundos arquivísticos de escritores das coleções de manuscritos literários, ao tempo que aplicavam procedimentos técnicos para organização dos documentos de modo indistintos.

3 A LITERATURA COMO BIOGRAFEMA OU UM ARQUIVO PARA A LITERATURA

A atribuição do adjetivo literário ao arquivo parece suscitar certo estranhamento, assim coloca questões à teoria e à metodologia arquivísticas. A primeira delas refere-se à limitação da diversidade de documentos preservados no arquivo pessoal a uma única faceta do titular, em geral, em decorrência da passagem do arquivo da instância privada do titular à instituição de custódia.

Para Camargo (2015), a noção “arquivo literário” demonstra a transferência dos atributos dos organismos produtores para os arquivos.

Poderíamos afirmar, no entanto, que os documentos de arquivo não se definem por si, nem têm existência autônoma: o que os caracteriza é o elo de pertencimento ou derivação (função sintática expressa sempre pela preposição de) que mantêm para com a pessoa física ou jurídica que lhes deu origem (CAMARGO, 2015, p.12).

No caso específico de conjuntos documentais produzidos e acumulados por escritores, Marques (2015), em outro viés, no campo das Letras, propõe a noção arquivo literário, considerando dois aspectos: a inserção de arquivos exclusivamente de escritores em instituições para sua preservação e difusão, como é o caso do Acervos de Escritores Mineiros, situado na Universidade Federal da Minas Gerais (UFMG) e os Acervos de Escritores Sulinos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), que reúnem, de modo geral, acervos documentais de escritores; e a produção de efeitos biográficos nos conjuntos documentais de escritores.

Acredita-se que, nessa perspectiva, o literário seja mobilizado como uma espécie de operador conceitual não apenas por Marques (2015), mas também por Eneida Maria

⁴ Princípio basilar da Arquivologia que tem suas origens apontadas em diferentes locais e temporalidades (ao longo do século XIX). Para Rousseau e Couture (1998), o princípio contempla dois graus ou subprincípios: o princípio do Respeito aos fundos e o princípio da observância da ordem original, sendo o primeiro de aplicação externa e o segundo de aplicação interna ao fundo.

de Souza, Vander Mello Miranda, Maria da Gloria Bordini (2012) e Regina Zilberman, para considerar os investimentos subjetivos do titular na constituição e (re)constituição dos seus arquivos, assim como na criação ou manutenção de representações do escritor por ele mesmo e por outros sujeitos.

“As imagens do escritor, ao se deslocarem para a cena pública, atuam [,portanto,] como uma das forças motivadoras da formação dos arquivos literários (MARQUES, 2015, p.91). Compreende-se que a perspectiva adota por esses autores considera não apenas o caráter instrumental dos arquivos, mas, especialmente, quando identificado, o caráter performático e memorial que pode perpassar o processo de (re)constituição dos arquivos pelo próprio titular em prol da institucionalização de determinada representação do escritor, sobretudo em contextos de doação.

A segunda questão colocada pela qualificação de algo como literário nos arquivos de escritores decorre da delimitação do que será considerado no arquivo pessoal como decorrente da atuação literária, já que, por exemplo, no âmbito das formas propriamente literárias – conhecidas como gêneros literários – o texto teatral está situado entre a produção discursiva e de escrita do campo literário e das artes performáticas, ou seja, entre a dimensão verbal e a dimensão performática/cenográfica. Nesse caso em específico, a produção documental pode refletir, portanto, esse entrelugar, pois pode registrar tanto o texto quanto a cena.

No que tange ao texto dramático, considera-se, ainda, um duplo objetivo: encenar e publicar, já que dramaturgos não apenas entregam seus textos para encenação, mas também pode modifica-los para atender aos objetivos de uma publicação. O mesmo pode acontecer com as traduções, que se situam em zonas difusas, especialmente nos casos em que os titulares atuam profissionalmente como tradutores e também traduzem suas próprias produções literárias, como é o caso do escritor baiano Ildásio Tavares.

Mas, além daquilo que é específico da literatura – a obra literária em diferentes estados e versões – como explicar, nos arquivos de escritores, a presença de documentos representativos da atuação jornalística, como as críticas e crônicas produzidas acerca de temas diversos – inclusive sobre a literatura produzida pelo próprio escritor e por outros – difundidas em veículos de imprensa? O que dizer também dos documentos representativos da atuação como docente e pesquisador e da variedade de cartas, ofícios, telegramas e cartões, comumente encontrados nesses arquivos?

Diante da problemática da adjetivação de algo como literatura e/ou literário, e o modo como ela perpassa o trabalho com/sobre arquivos de pessoas que se inscreveram socialmente também como escritor, acredita-se que o melhor seja compreender o modo como o titular se inscreveu no contexto e na cena intelectual, política e cultural em que viveu, assim como a dinâmica e as particularidades da produção, transmissão, circulação e recepção da obra literária, para que isso fique evidente no processo de contextualização e organização dos documentos.

É preciso considerar, acerca dos arquivos pessoais de escritores, que escritor, literatura e arquivo, situam-se numa espécie de entrelugar, entre privado e o público. Longe dos holofotes, literatura e arquivo são construídos à medida que diferentes máscaras ou *personas* são moduladas em torno de uma pessoa (NASCIMENTO, 2011). No âmbito público, o escritor torna-se autor, o manuscrito torna-se uma obra e o arquivo, o legado. Na compreensão de tais deslocamentos e de sua consequência mais imediata, a constituição de múltiplas camadas de sentido, opera o arquivista, no sentido de estabelecer a identidade do documento com base no vínculo direto que estabelece com o titular e suas ações, no sentido de compreender o contexto de produção, acumulação e usos.

A obra literária reflete um processo de negociação instituído entre autor, editor e leitores, dentro de um sistema, no qual se evidencia a lógica inerente da produção, transmissão, circulação e recepção do texto literário. Trata-se do sistema literário, no qual inscreve-se o próprio acervo do escritor, conforme propõe Bordini (2012, p.121):

O acervo é, pois, um dos componentes do sistema literário, da rede de instituições e de pessoas – nem sempre instâncias de autoridade – que lidam com a literatura, sejam elas editoras, livrarias, fábricas de papel, gráficas, bibliotecas, organizações não governamentais e educacionais, famílias e leitores de todas as idades e credos. Por seu caráter vestigial, ele guarda traços de todo o sistema, como uma espécie de microcosmo, mas não os revela sempre às claras. Cumpre a quem o gerenciar promover a pesquisa dos dados que possivelmente nele se encontram, para devolver ao sistema motivos que levem a novo interesse e novos sentidos, revigorando a memória coletiva do autor e de seu produto.

Nesse caso, é preciso observar que a literatura pode se apresentar como elo das ações e de outras atividades do titular, situando-o no âmbito daquilo que Hoisel (2012, 2019) denominou de intelectual múltiplo. A figura desse intelectual múltiplo, conforme a

autora, já se anunciava desde o início do século XX, por meio de poetas-críticos, caracterizados como escritores criativos – romancista e/ou poeta, que exerciam também uma atividade teórica e crítica. Assim, eram escritores que além da atividade literária, exerciam outras atividades atreladas à cultura de modo geral – e à literatura de modo particular –, como: teórico, crítico e historiador da literatura. O poeta Paul Valery representaria esse poeta moderno da primeira metade do século XX, antecedente do intelectual múltiplo, uma vez que promovia intensas relações entre poesia e teoria-crítica.

No Brasil, na segunda metade do século XX, o intelectual múltiplo passou a incorporar outras atividades àquelas exercidas pelos poetas-críticos – como a docência, que passa a ser exercida em instituições de ensino superior, principalmente no contexto da institucionalização e da proliferação dos cursos de pós-graduação nas universidades:

Com espaço de produção e disseminação do saber, as universidades passam a acolher esses intelectuais que se tornam responsáveis pela formação de um vasto contingente de profissionais da área de Letras. Ainda que a postura acadêmica e o projeto intelectual de cada um desses sujeitos tenham abrangências e ressonâncias muito distintas – alguns com expressivas repercussões a nível nacional e internacional, outros mais localizados – o que nos permite ler comparativamente as questões biográficas referentes a estes intelectuais é a produção de uma rede de escritas (a do ficcionista, do teórico, do crítico, do docente) através da qual eles se inscrevem e se produzem, delineando questões teóricas e pedagógicas que rompem fronteiras e saberes constituídos, estabelecendo uma cumplicidade entre biografia, ficção e teoria (HOISEL, 2012, p. 162).

É possível dizer, ainda, que escritores podem incorporar ao perfil do intelectual múltiplo apontado por Hoisel (2012), outras atividades que podem se vincular diretamente à atuação literária, como o jornalismo, a produção cultural e a tradução, como é o caso do já citado Ildásio Tavares (MOTA, 2021). O resultado natural da execução de tais atividades é o arquivamento, também considerado, aqui, como um espaço profícuo para a encenação de questões pessoais e culturais, que pode ser incluído nos rituais do cotidiano do titular (MOTA, 2016).

Nesses casos, quando a literatura atravessa os demais campos de produção discursiva e de escrita do titular, e quando, no contexto de preparação do arquivo para a

uma instituição, o autor submete sua atuação múltipla à égide da literatura, podemos recorrer a Roland Barthes (2000; 2003) e ao conceito de biografema por ele proposto⁵:

Se fosse escritor, e morto, como gostaria que a minha vida se reduzisse, pelos cuidados de um amigável e desenvolto biógrafo, **a alguns pormenores, a alguns gostos, a algumas inflexões, digamos: 'biografemas'**, em que a distinção e a mobilidade poderiam deambular fora de qualquer destino e virem contagiar, como átomos voluptuosos, **algum corpo futuro, destinado à mesma dispersão!; em suma, uma vida com espaços vazios**, como Proust soube escrever a sua, ou então um filme, à moda antiga, onde não há palavras e em que o fluxo das imagens (esse *flumenerationis*, em que talvez consista a 'porcaria' da escrita) é entrecortado, como salutares soluços, pelo rápido escrito negro do intertítulo, a irrupção desenvolta de um outro significante [...] (BARTHES, 1990 [1979], p. 12, grifo meu).

O biografema barthesiano propõe um recorte biográfico, que se estabelece na seleção de certos traços –pormenores, gostos ou inflexões – em meio a dispersão do sujeito biografado. Por isso, nem sempre o uso prático (BELLOTTO, 2012) será a única motivação para a acumulação dos documentos, uma vez que é possível verificar a proeminência de uma função performática⁶ – certo impulso de biografar ou ficcionalizar a própria trajetória arquivada –, que reorganiza documentos e sentidos pelas intenções e pulsões diversas do titular.

Nesse viés, a contextualização dos arquivos de escritores deve buscar responder a duas perguntas: “Que preocupações e expectativas orientam os processos de arquivamento levados a efeito por indivíduos? Que significado[s] pode[m] ser atribuído[s] a um arquivo pessoal, primeiro pelo próprio titular e [...] por seus herdeiros [...]?” (HEYMANN, 2012, p. 262).

Nesse caso, estaríamos diante de uma acumulação documental marcada pela projeção de um devir histórico, para uma obra tida como grandiosa e em relação a qualquer detalhe ou projeto seria dotado de significado, e não [apenas] por uma acumulação motivada pela guarda de registros que pudessem atestar atividades ou experiências vividas (HEYMANN, 2009, p.51).

Desse modo, se impõe considerar, no percurso que o arquivo percorre da instância privada à pública, que os documentos podem ter uma função prática – voltada para

⁵ O conceito de biografema foi abordado a partir das produções *Sade, Fourier, Loyola* (2000) e *Roland Barthes por Roland Barthes* (2003), mas trata-se de um conceito que atravessa também outras produções do autor.

⁶ Toma-se performance por encenação.

alimentar o próprio fluxo criativo do escritor e a execução de outras atividades alinhadas com a literatura – assim como podem adquirir novas funções, associadas à uma motivação memorial (HEYMANN, 2009).

Na ânsia por criar um arquivo-imagem memorável, o titular pode impor destaques, deslocamentos e apagamentos, manipulando o conjunto de documentos que produziu e acumulou ao longo de sua vida, visando a doação a uma instituição. No âmbito de um projeto também literário, que visa retroalimentar e garantir a “supervivência” (NASCIMENTO, 2008, p.2) da obra – ainda em vida, como o fez os escritores baianos Arthur de Salles⁷, Ildásio Tavares e Godofredo Filho – o titular pode operar por sinédoque⁸, selecionando, do todo orgânico que é o arquivo, um fragmento biográfico e ou documental. O escritor Ildásio Tavares, no discurso de doação de uma parcela de seu arquivo aos Lugares de Memória da Universidade Federal da Bahia, imprimiu nela marcas capazes de confirmar e reverberar sua imagem como escritor, um “trabalhador da literatura”.

No caso do arquivo pessoal deste escritor baiano, é importante que seja dito que a seleção do biografema literatura, dentre muitos outros possíveis, não delimitou um recorte temático no arquivo, mas uma forma de fazer convergir o macrocampo de suas atuações, já que a literatura – assim como a arte e a cultura – parece, de fato, ter sido uma constante na vida do escritor, sendo o elo que fez surgir e convergir diferentes “atividades escriturárias” (MARQUES, 2015), como: o docente do cursos de Letras da Universidade Federal da Bahia, o ficcionista, o pesquisador da lírica camoniana, o crítico cultural e literário, o jornalista e o tradutor de poesia e de ensaios – e a constituição de uma ampla rede de escritas e de sociabilidades.

Dessa forma, compreende-se que a ênfase ao biografema literatura, nesse arquivo, em especial, é perceptível não apenas pelo maior volume de documentos doados que comprovam as instâncias de produção, transmissão, circulação e recepção da obra literária, mas, sobretudo, no modo peculiar como o escritor classificou e ordenou

⁷ A relação desse escritor com seu arquivo é abordada por Lose (2019, p.26-27), que destaque que, ao final de sua vida, desconte pela falta de reconhecimento, a autor ateou fogo ao arquivo “[...] tentando se desfazer de todos os seus originais, apagando os passos deixados atrás de si e toda a sua produção inédita”.

⁸ Trata-se de uma figura de linguagem, em geral vinculada à metonímia, em que o termo equivalente à parte é utilizado como substituto para referir-se ao todo.

cuidadosamente os manuscritos de trabalho (GRÉSSILON, 2007) e seus paratextos⁹ (GENETTE, 2009), que os contextualizam e suplementam.

Se o arquivo pode ser parte constituinte e disseminadora do projeto literário do escritor, sua consequência mais imediata pode ser a constituição de imagens, geralmente imponentes, que irão funcionar como o prolongamento de si e de sua obra pós-morte. Nesse viés, é possível afirmar que o caráter seletivo do arquivamento, especialmente em contexto de patrimonialização, pode remeter para um processo do qual resulta excesso ou carência documental, ênfases e lacunas, decorrentes das pulsões (DERRIDA, 2001), que levam os escritores a gestos de inscrever e apagar vestígios.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se aqui uma breve incursão pelos arquivos pessoais de escritores, no âmbito da Arquivologia, em diálogo com a Crítica Genética e com a Teoria Literária. Destacamos a natureza e algumas características da literatura, com destaque para a particularidade de seu registro e arquivamento, exemplificados, quando possível, a partir de arquivos pessoais de escritores baianos, sobretudo Ildásio Tavares.

Na mesma linha de Heymann (2009), a abordagem sugerida por Hobbs (2016) para arquivos de pessoas propõe que sejam levados em conta os atos de vontade e de negligência dos produtores, se considerados os diversos elos entre os documentos da esfera pessoal e da esfera pública, se lidas as materialidades dos documentos relacionando-as a sua carga emocional e a sua utilidade prática, se entendermos que o ato de documentar e o comportamento arquivístico são derivados da condição humana. As duas autoras, contudo, ressaltam que os arquivos são constituídos e reconstituídos por seus titulares por motivos diversos, para além da construção de algo memorável, como ressalta Heymann (2009), acerca do arquivo-projeto de Darcy Ribeiro.

No caso de Ildásio Tavares, especialmente, é possível verificar o arquivo como instrumento capaz de alimentar o próprio fluxo criativo do escritor, em vida; assim como, tal qual Heymann (2009), perceber os contornos de uma dimensão prospectiva, indicada pela presença de pastas nomeadas como “Fabulário”, “Signos a construir”, dentre outras. Desse modo, reconhecendo que o usuário do arquivo pessoal é, primeiramente, o próprio

⁹ São considerados como paratextos diferentes espécies documentais que representam as funções de divulgação, comercialização e controle da recepção da obra literária (MOTA, 2021).

titular, se faz imprescindível não perder de vista o contexto da acumulação e o comportamento do titular diante de si, dos outros e dos registros de sua obra, especialmente no caso de escritores.

REFERÊNCIAS

- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Tradução José Paulo Paes. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1987.
- BARTHES, Roland. Sade, Fourier, Loyola, 14-15 (1979); Roland Barthes, A câmara clara, 51 (1984). Eneida Maria de Souza: “Notas sobre a crítica biográfica”, *Expressões*, p. 9-16 (2000).
- BARTHES, Roland. **Roland Barthes por Roland Barthes**. Trad. Leyla P.-Moisés. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BORDINI, Maria da Glória. A função memorial dos acervos em tempos digitais. In: TELLES, Célia Marques; SANTOS, Rosa Borges dos. (org.) **Filologia, críticas e processos de criação**. Curitiba: Appris, 2012.p.119-126.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. **Registro**, Indaiatuba, n. 1, jul. 2002, p. 7-17. Disponível em: https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_1.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2009.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria:** literatura e senso comum. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura:** uma entrevista com Jacques Derrida. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Revisão técnica e introdução de Evando Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo:** uma impressão freudiana. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2011.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura:** uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos:** Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Rio de Janeiro). **Manual de organização de arquivos pessoais.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

GENETTE, Gerard. **Paratextos Editoriais.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GRÉSILLON, Almuth. **Elementos de crítica genética:** ler os manuscritos modernos. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck... [et al.]. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

HAY, Louis. **A Literatura dos escritores:** questão de crítica genética. Tradução Cleonice Paes Barreto Mourão. Revisão Técnica Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007 [2002].

HEINICH Nathalie. Façons d'«être» écrivain. L'identité professionnelle en régime de singularité. In: **Revue française de sociologie**, 1995, 36-3. pp. 499-524.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo:** a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2012.

HEYMANN, Luciana Q. 2009. O Indivíduo Fora do Lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n.2, pp. 40-57, jul-dez 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A03.pdf. Acesso em: 13 out. 2019.

HOOBS, Catherine. _____. Vislumbrando o pessoal. Reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.) **Correntes atuais do pensamento arquivístico.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

HOISEL, Evelina de Carvalho de Sá. Questões biográficas na rede de escritas do intelectual múltiplo. In: TELLES, Célia Marques; SANTOS, Rosa Borges dos. (org.) **Filologia, críticas e processos de criação**. Curitiba: Appris, 2012.p.161-172.

GENETTE, Gerard. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LUDMER, Josefina. Literaturas pós-autônomas. In: **Sopro**. Panfleto Político-Cultural. Trad. Flávia Cera. Desterro: Cultura e Barbárie, janeiro, 2010, p. 01-04. Disponível em: <http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/posautonomas.html>.

MARQUES, Reinaldo. O arquivo literário como figura epistemológica. In: **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 21, p.13-23, 2007.

MARQUES, Reinaldo. **Arquivos literários**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015.

MASSAUD, Moises. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1974.

MOTA, Mabel Meira. **O arquivo pessoal de Thales de Azevedo: identificação arquivística e os rituais do cotidiano**. 72f. 2016. TCC (Graduação em Arquivologia) - Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2016.

NASCIMENTO, Evando. Retrato do autor como leitor. Conferência pronunciada na Academia de Letras da Bahia em 18 de novembro de 2011. Texto a ser publicado na revista Portuguesa **Literary & Cultura Sutides**, n.26, Lusofonia and its futures.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. Representação arquivística: arranjo, descrição e definição do tipo documental. In: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello (org.). **Tratamento de arquivos de ciência e tecnologia: organização e acesso**. Rio de Janeiro: MAST, 2019. p.70-78.

PALMEIRA, Miguel Soares. Arquivos pessoas e a história da história: a propósito dos FinleyPapers. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMAN, Luciana (Org.). **Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.p. 79-100.

SOUZA, Eneida Maria de. Autoficções de Mário. In: __. **A pedra mágica do discurso**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 191-215.

DÉCADA DE 1980: os primeiros anos de atuação da Seção de Filmes do Arquivo Nacional

Walmor Martins Pamplona¹

Resumo

Este artigo tem o objetivo de descrever e analisar a trajetória da Seção de Filmes do Arquivo Nacional ao longo da década de 1980, período rico em mudanças, que culminaram na reconfiguração da repartição, cujo marco transformador ocorreu a partir de fins de 1982, momento a partir do qual se formou uma equipe efetivamente responsável pelo tratamento de filmes e vídeos no âmbito da instituição, depois de 24 anos apenas guardando microfilmes.

Palavras-chave: seção de filmes; Arquivo Nacional; Arquivos audiovisuais.

THE 1980S: the first years of the Film Section of the Brazilian National Archives

Abstract

This article aims to describe and analyze the path of the Film Section of the Brazilian National Archive throughout the 1980s, a period rich in changes, which culminated in the reconfiguration of the department, whose transformative milestone occurred from the end of 1982, when a team effectively responsible for the treatment of films and videos within the institution was formed, after 24 years of just keeping microfilms.

Keywords: film section; Brazilian National Archive; Audiovisual archives.

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo da pesquisa aqui descrita é a Seção de Filmes (SF) do Arquivo Nacional (AN) e sua experiência no tratamento dos fundos e coleções audiovisuais sob a sua guarda. A ideia foi construir um estudo sobre como foram geridos esses documentos, sob quais condições e a partir de quais referências já existentes na área dos documentos audiovisuais, com quais ferramentas e premissas, inseridos em que contextos político-institucionais.

Considerando a precarização da preservação de filmes no país — dividida entre os arquivos e as cinematecas existentes — e considerando o Arquivo Nacional como

¹ Doutorando | Universidade de Coimbra | walmorpamplona@gmail.com

instituição que melhor representa os esforços empreendidos para o cuidado com esse tipo de acervo, além de sua influência na área dos arquivos, pareceu importante o estudo da atuação do AN, por meio de sua seção de filmes, buscando traçar uma narrativa que explicasse os principais momentos e os diversos aspectos que marcaram essa trajetória institucional de tratamento de documentos audiovisuais no país.

A SF foi criada pelo regimento que o historiador José Honório Rodrigues, diretor-geral do AN entre 1958 e 1964, fez aprovar em seu primeiro ano de gestão, mas passou 24 anos apenas guardando microfilmes. Nos 40 anos de efetivo funcionamento da repartição estudada, a década de 1980 é o período em que a Seção de Filmes dá os primeiros passos como responsável pelo tratamento de filmes e vídeos no âmbito do AN. O marco transformador é o recolhimento, em 1982, do acervo da Agência Nacional², extinta agência de notícias federal, resultado da iniciativa de Celina Vargas que liderava um processo de modernização na instituição, na época.

Com isso, o serviço é organizado, há um esforço no sentido de consolidar um conteúdo capaz de dar base teórico-metodológica aos procedimentos e práticas adotados, e investimentos são feitos na capacitação de profissionais para lidar com as peculiaridades do acervo de imagens em movimento.

O presente artigo vai se debruçar exclusivamente sobre a década de 1980, iluminando um período pouco estudado dessa história, tendo sido um dos resultados mais destacados desta pesquisa: a análise detalhada acerca da efetiva criação, em 1982, do setor de filmes do AN, e seus desdobramentos ao longo da década.

2 SETEMBRO DE 1982: ponto de virada da seção de filmes do AN

É preciso começar um pouco antes da chegada das primeiras latas de filme, para compreender melhor essa trajetória. Em 1981, um ano antes de a Seção de Filmes deixar de ser repositório de microfilmes para gerir documentos filmográficos e videográficos,

² Quando foram recolhidos, os fundos Agência Nacional e Empresa Brasileira de Notícias (EBN) confundiam-se, mas ambos foram identificados e separados conforme o tratamento deles avançou. Quanto ao fundo EBN, o seu respectivo catálogo foi disponibilizado em 2000. “São apenas 07 filmes, inicialmente agregados ao conjunto do acervo da Agência Nacional” (ARQUIVO NACIONAL, 2002, p. 7). Já o catálogo do acervo cinematográfico da Agência Nacional abrange “694 filmes — em sua maioria cinejornais que, por sua vez, contêm diversas reportagens de época” (ARQUIVO NACIONAL, 1989, p. 27).

Clóvis Molinari Júnior e Marcus Alves, pioneiros na sua reconfiguração em 1982, ocupavam, respectivamente, as funções de pesquisador-assistente e auxiliar de pesquisa, na Seção Iconográfica e Cartográfica, trabalhando com a iconografia.

O relatório da seção que tratava e preservava documentos iconográficos e cartográficos de 1981 dá conta do alinhamento das atividades de tal setor com as novas diretrizes modernizantes da direção de Celina Vargas, no sentido de obter o controle total sobre o acervo. Entre os objetivos da seção descritos no relatório, podemos destacar:

1 Objetivos: 1.1 Controlar o acervo iconográfico através de seu conhecimento extensivo; 1.2 Elaborar instrumentos de pesquisa que permitam o acesso do usuário; 1.3 Definir normas para tratamento da documentação; 1.4 **Contribuir para o estabelecimento de normas de avaliação e seleção para documentos audiovisuais**; 1.5 Estudar e propor formas de melhor acondicionamento da documentação visando à sua preservação; 1.6 Contribuir para a definição da linha de acervo da Seção Iconográfica e Cartográfica do Arquivo Nacional, dirigida para o estabelecimento de uma política geral da documentação sob sua guarda (ARQUIVO NACIONAL, 1981, p. 112, grifo nosso).

O “Relatório das Atividades da Divisão de Documentação Audiovisual do Arquivo Nacional no Exercício de 1981”, instância superior à Seção de Filmes e à Seção Iconográfica e Cartográfica, ambas no mesmo nível hierárquico dentro da estrutura, aborda os desafios impostos pelo trabalho com a documentação audiovisual, mas vale lembrar que o termo audiovisual não inclui, neste caso, apenas documentos filmográficos e videográficos, em desuso atualmente. Importante destacar que, naquele começo de década e de processo de modernização, buscava-se a construção de um arcabouço teórico-metodológico que provesse consistência às formas de abordar documentos de gêneros distintos.

Em contato direto com o acervo aprofundou-se uma reflexão a respeito da especificidade da documentação a ser tratada pela Divisão de Documentação Audiovisual. Este esforço de conceituação pode ser caracterizado através de vários movimentos: busca de bibliografia especializada, discussão interna das contribuições relevantes em confronto com o acervo, elaboração de subsídios para as diversas Comissões internas que pensam globalmente o Arquivo Nacional, participação ativa nestas Comissões, adequação dos princípios gerais elaborados à especificidade da documentação, etc. (ARQUIVO NACIONAL, 1981, p. 1).

O trecho a seguir, do mesmo relatório, revela o esforço de uma reorganização profunda do acervo em favor de seu controle e preservação. Um dos aspectos importantes

do processo de modernização pretendido pela nova Direção-Geral é a adoção de uma visão gerencial calcada em princípios arquivísticos, lançando mão do princípio da proveniência, na busca da identificação de fundos, de procedimentos de controle que auxiliem na fase de seu recolhimento e das atividades de arranjo e descrição, matriciais para o controle de documentos arquivísticos.

A questão dos fundos passou a ser encarada como dado prioritário, tentando-se, sempre, o seu resgate. Embora em grande parte dos casos este não seja possível, (seja por impossibilidade de levantamento de seu fundo, série ou subsérie de origem, seja por seu caráter artificial dentro do Arquivo Nacional) este procedimento coloca a unificação da Documentação Audiovisual e Escrita como a postura correta, em termos arquivísticos. Como caminho inverso está sendo pensada uma ficha de transferência de documentos visuais e sonoros que se encontram atualmente na Divisão de Documentação Escrita (ARQUIVO NACIONAL, 1981, p. 3).

No contexto do processo de modernização do AN, Molinari Júnior (2019) lembra³ das condições encontradas por Celina Vargas e sua equipe. Uma delas diz respeito às questões sobre a natureza de documentos de materialidades distintas daquelas dos documentos de arquivo tradicionais, como os documentos bibliográficos e os tridimensionais:

[...] o primeiro diagnóstico que foi feito descobriu-se que nós tínhamos objetos museológicos, objetos tridimensionais, tínhamos objetos bibliográficos e havia então uma grande discussão sobre qual era a finalidade daquilo, qual é o verdadeiro documento que deve permanecer no arquivo e aquilo que não é. Então muitas perguntas foram feitas, muitos objetos tridimensionais foram trocados com outras instituições (MOLINARI JÚNIOR, 2019, p. 4).

O “Relatório Final de 1982”, da Seção Iconográfica e Cartográfica, registra que a Molinari Júnior, na época atuando na seção Iconográfica, foi encomendado um estudo sobre documentação filmográfica, com o fim de orientar a montagem de uma “fílmoteca”⁴ no AN, com vistas ao possível recolhimento que acabou sendo o marco transformador da gestão de filmes e vídeos na instituição.

³ Clóvis Molinari Júnior, antes de seu falecimento, em 9 de junho de 2019, deixou um depoimento filmado em 19 de março do mesmo ano, concedido à ONG SER Cidadão, que atua na área de educação em arquivos no AN. O arquivo digital com a entrevista foi localizado na Ilha de Edição de Vídeos, em cópia nas versões Mov e MP4. A transcrição desse depoimento encontra-se no final desse trabalho no “Anexo A” da dissertação.

⁴ “Cinematoteca: Instituição ou serviço que reúne, conserva, realiza processamento técnico e dá acesso a documentos cinematográficos. Também chamada fílmoteca”. Arquivo Nacional (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Foi solicitado ao Clóvis Molinari, Pesquisador Assistente, ampliar uma relação, anteriormente elaborada, sobre equipamentos necessários para a montagem de uma filmoteca no Arquivo Nacional. O objetivo dessa solicitação foi devido a possibilidade de recolher-se os filmes da Empresa Brasileira de Notícias. Esse texto é uma compilação adaptada de outros, e teve como objetivo auxiliar na discussão de procedimentos a serem observados. Nele, também, são discutidas a conservação e/ou recuperação da película, e as alternativas viáveis em termos de Brasil. Finalmente atenta para algumas considerações sobre organização e recuperação da informação, além de uma relação ideal dos equipamentos necessários para a montagem da filmoteca (ARQUIVO NACIONAL, 1983a, s/p.).

A documentação informa a respeito do estudo sobre documentação filmográfica, a cargo de Molinari. O objetivo deste estudo encomendado ao pesquisador assistente consistia em um levantamento do equipamento necessário para a montagem de uma filmoteca no AN, para prover guarda adequada ao gênero documental que chegava em quantidade relevante. O estudo ainda instrumentalizava o debate em torno dos procedimentos a serem adotados, pontualmente acerca da organização e recuperação da informação dos fundos de filmes (ARQUIVO NACIONAL, 1983a, s/p.).

Na entrevista que deu à “Revista Arquivo em Cartaz” de 2017, ano em que foi homenageado no Festival Internacional de Cinema de Arquivo, o historiador Clóvis Molinari Júnior lembra dos primórdios da Seção de Filmes e sua equipe inicial lidando com o desafio de enfrentar o primeiro fundo filmográfico de volume que trouxe, a reboque, a maior parte dos problemas que um arquivo desse tipo impõe aos arquivos de custódia.

A Seção de Filmes foi criada e faço questão de dar os nomes da primeira equipe: **Marcus Alves e Agnaldo Neves**. Depois vieram outros, igualmente importantes. Mas nas origens, o trio inicial teve o trabalho gigantesco de rebobinar e identificar mais de mil cópias em 35mm da Agência Nacional. Demos o sangue, literalmente. Acidentes aconteciam, apesar dos cuidados. Tínhamos conhecimento dos riscos do manuseio de películas cinematográficas deterioradas e os produtos químicos insalubres (MOLINARI JÚNIOR, 2017, p. 99, grifo nosso).

O historiador e cineasta descreve em seu depoimento o fascínio que aquela missão exercia sobre a equipe que liderava, revelando um envolvimento passional que inspirava grande dedicação ao trabalho ainda por vir. Clóvis, como visto, já vinha de trabalhos com o acervo iconográfico, que abriu caminho para a percepção de que os novos suportes e formatos dos registros audiovisuais e sonoros, ainda não uma realidade do Arquivo

Nacional, logo estariam presentes. Sobre o espírito da equipe no primórdios dos trabalhos e sobre a especificidade dos documentos iconográficos nos arquivos Clóvis destaca:

[...] o Arquivo Nacional, na velha sede, reuniu uma turma de abnegados e apaixonados pela missão, nós ficamos encantados. Contudo, não existia ainda o arquivo cinematográfico, o arquivo fonográfico em grande quantidade, havia uma certa timidez do ponto de vista do suporte modernos [sic] audiovisuais, mas era riquíssimo em relação a documentação escrita, sobretudo sobre o período da guerra do Paraguai (MOLINARI JÚNIOR, 2019, p. 4).

Uma das marcas desse período era a formação da equipe que veio trabalhar com Celina Vargas, composta por profissionais das ciências sociais, muitos sociólogos e historiadores. Não havia predominância de arquivistas, até porque a formação superior em arquivo ainda se iniciava. Em relação ao perfil do corpo técnico desses primeiros tempos, Molinari Júnior (2019) esclarece:

Portanto, nós que chegávamos, eu por exemplo, era historiador, formado em história, existiram alguns arquivistas e muitos cientistas sociais, claro que existiam técnicos também para laboratório fotográfico, laboratório sonoro, mas a grande maioria a Celina preferiu contratar historiadores porque ela acreditava naquele tempo que os historiadores teriam maior facilidade de entender o mundo da Arquivologia do que o contrário, os arquivistas entenderem o processo histórico (MOLINARI JÚNIOR, 2019, p. 2).

Com a entrada paulatina de novos conjuntos, a instituição prevê uma série de ações necessárias para a gestão do material fílmico, desde o conhecimento dos aspectos legais que envolvem os usos de filmes para pesquisa, quanto a busca por modelos de experiência de gestão já em curso, como o das cinematecas brasileiras. Em paralelo, busca também dominar metodologias de identificação e de descrição de filmes, necessárias à classificação do material. Dessa forma, a Seção de Filmes vai criando as condições de seu desenvolvimento (ARQUIVO NACIONAL, 1982a, p. 408).

Em 1983, consta em relatório que os trabalhos de identificação de filmes corriam em paralelo à elucidação de problemas relacionados à mistura de fundos. O acervo da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN⁵) foi recolhido na mesma época da chegada

⁵ A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), criada em 1956, para desenvolver a política nacional de energia nuclear. COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN). **Quem somos**, [20--]. Disponível em: <http://www.cnen.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 3 set. 2020. O catálogo da CNEN registra sete filmes. (ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos.

da Agência Nacional, demandando procedimentos de identificação do fundo. Ao mesmo tempo, há um esforço de organização do acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES⁶), cuja entrada é anterior a setembro de 1982. Os filmes do IPES, entre outros, também de 16mm, estavam sob a guarda da Seção Sonora, portanto deslocados da seção prevista para geri-los. Uma série de equívocos foram encontrados, desde a recuperação errada do próprio título do filme, até confusões quanto a dados técnicos. Como os filmes do IPES estavam misturados a outros, procedeu-se a um processo de identificação na busca de suas respectivas proveniências (ARQUIVO NACIONAL, 1983b, s/p.).

Os relatórios também apontam para a elaboração de métodos de tratamento que vão se sofisticando quanto mais a equipe ganha conhecimento e experiência com o tipo de documentação que chega na Seção de Filmes. Assim, a constatação de que os copiões — cópias dos negativos com todas as cenas filmadas, sem cortes, com o fim de ser referência para a montagem do filme — detinham as condições documentais mais propícias ao tratamento como documentos completos em detrimento de pequenos trechos ou cópias de circulação, por exemplo, começam a sedimentar as bases das ações de tratamento para outros fundos.

Chamamos a atenção apenas para um critério, ainda não mencionado, quanto aos copiões. Quando encontramos no interior da lata pequenos rolinhos, procedemos a uma transferência do material [...] Os filmes não sofrem nenhum tipo de tratamento, trata-se de trechos na fase de pré-montagem. Quando o copião é grande, quer dizer, integral, estamos identificando-o normalmente. O fato de ser cópia integral e sonorizada, dá ao filme o “estatuto” de filme fechado, pois ele reproduz fielmente a versão oficial pretendida pela Agência Nacional. A consideração destes copiões também se justifica porque existe a possibilidade deles estarem em melhor estado que as cópias de circulação, geralmente bastante danificadas pelas sucessivas projeções (ARQUIVO NACIONAL, 1983c, s/p.).

Documentos Sonoros e de Imagens em Movimento. **Catálogo de Filmes da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002b.

⁶ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi uma organização de oposição ao governo do presidente João Goulart (1961-1964). PAULA, Christiane Jalles de. **O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais: IPES**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC online, [20--]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais. Acesso em: 3 set 2020. O catálogo do IPES registra 15 filmes. ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Seção de Documentos Sonoros e de Imagens em Movimento. **Catálogo de Filmes do Fundo IPES**: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000b.

Os relatórios examinados abordam ainda a documentação organicamente relacionada aos filmes, os copiões, entre outras informações. Registra importantes ações de tratamento técnico dos filmes mais relacionadas à qualidade da informação: identificação de personagens, pesquisa sobre cronologia dos filmes, organização sequencial de fragmentos para identificação e descrição, ações que apontam para um aprofundamento sobre o conhecimento do acervo.

A documentação anexa aos filmes, tais como roteiros e marcações de luz, anteriormente organizada de forma preliminar, foi agora inteiramente revista e reorganizada, estando já disponível para consultas. Os chamados copiões, isto é, cópias em estágio anterior a edição final dos filmes, e por isso mesmo contendo cenas inéditas, vêm sofrendo identificação progressiva. Simultaneamente, procede-se a organização sequencial dos muitos fragmentos de filmes que vieram junto com o acervo propriamente dito. Outra frente de trabalho empreendida pela Seção, refere-se a pesquisa sobre a cronologia dos filmes identificados, grande parte dos quais não possui indicação a esse respeito. [...] Concomitantemente, realiza-se a identificação dos personagens que figuram nos filmes principais, ou seja, aqueles que têm tido maior demanda de consulta (ARQUIVO NACIONAL, 1986, p. 3).

O conteúdo dos documentos analisados evidencia o trabalho que era necessário para a identificação de material que vinha muitas vezes fragmentado; que era necessário ao conhecimento amplo para tomada de decisão quanto ao que identificar, ver e rever listagens, checar as latas, observar o que continham, identificar os documentos mais completos, distinguir o que estava em nitrato ou acetato⁷, distinguir o que era cópia de circulação (de exibição) e cópião (pré-montagem).

Uma revisão na listagem permitirá a avaliação do volume de negativos em contraste com as cópias; além de possibilitar uma contagem precisa de cada espécie (título) de documento. Caso nos detivéssemos nos instrumentos de pesquisa (listagem e fichário), poderíamos avaliar o número exato de negativos de som e negativos de imagem e das cópias combinadas, dos cine-jornais de atualidades, etc. Só não o fazemos porque é necessário sem demora encerrar a identificação das latas grandes e, posteriormente, das latas de 16mm. Somente ao término destas etapas poderemos com segurança, “levantar” e estudar o acervo em seu conjunto de aspectos (ARQUIVO NACIONAL, 1983d, s/p.).

⁷ Filme de nitrato: filme cujo suporte é o nitrato de celulose, não mais utilizado por estar sujeito à combustão espontânea. Filme de acetato: filme com base composta de acetato de celulose, utilizado em substituição ao filme de nitrato por oferecer maior segurança contra a inflamabilidade. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

O relatório contém uma nota importante sobre a metodologia de trabalho no tratamento das latas de filme, em busca da organicidade dos documentos audiovisuais. Registra que as informações que vinham anexadas ou próximas aos filmes, nos seus mais variados formatos ou conteúdos, deveriam ser valorizadas como possíveis evidências para identificação e não seriam separadas a não ser após a devida análise.

Apenas a título de registro, comunicamos mais um procedimento no processo de identificação, que no futuro será melhor detalhado na descrição completa que pretendemos fazer da metodologia empregada. Trata-se do seguinte: todo e qualquer papel, anotação, bilhete, roteiro de som ou imagem, encontrados no interior das latas, mesmo sendo um evidente equívoco, são mantidos nas respectivas embalagens para depois, somente depois, na fase de abordagem de conteúdo, serem avaliados e definidos seus destinos (ARQUIVO NACIONAL, 1983d, s/p.).

A elaboração de fichas contendo informações básicas sobre o acervo que ia sendo tratado aponta para o esforço por controlar o volumoso material ao mesmo tempo em que possibilitava o acesso ao mesmo, fato que sublinha a diferença entre esses e os documentos textuais nos arquivos, do ponto de vista das práticas de registro e de formação de um produto documentário final. A quantidade e a variedade de peças que podem estar contidas num arquivo de filmes, dependendo de seu produtor, impressionam e contribuem para tornar a gestão desses conjuntos um grande empreendimento do ponto de vista da compreensão do contexto documentário visando a sua organização. Assim, chama a atenção a descrição de procedimentos para construir instrumentos de pesquisa para o acervo em tratamento.

Para servir de índice estabeleceu-se, no que toca às películas, uma ficha de catálogo, ordenada alfabeticamente por título, que se constitui num instrumento de busca dos filmes e também de controle da espécie do documento. Ou seja, a ficha registra quantos rolos existem relativos ao mesmo título, se é negativo de som ou de imagem, se é cópia, etc. Pelas fichas, teremos a medida exata do número de duplicatas e, o que é mais importante, a existência ou não da matriz negativa. Novas fichas serão feitas assim que novos filmes forem identificados. Com relação aos filmes de 16 milímetros, o mesmo fichário (que até o momento se ateu somente aos filmes de 35mm) será usado. Ao lado do título, do código e da especificação de conteúdo, também estará registrada a bitola (35 ou 16 mm) (ARQUIVO NACIONAL, 1983e, s/p.).

Além dos perfis de formação da equipe inicial, outros perfis profissionais passam a ser levantados como necessários para compor a equipe e vão sendo desenhados de

acordo com as necessidades de um arquivo de âmbito nacional. O diretor da Divisão de Documentos Audiovisuais (DDA), Paulo Leme, avalia que existe a necessidade de uma equipe multidisciplinar para a gestão do acervo, que contaria com pesquisadores, profissionais de cinema, e profissionais da informação, como arquivistas e bibliotecários.

Gostaríamos ainda de lembrar que a Seção conta atualmente com apenas um Supervisor e dois especialistas de nível superior voltados para pesquisa, já o especialista de nível médio ali lotado, poderá voltar ao Laboratório Fotográfico, quando este for ativado. A integração de um bibliotecário e de um arquivista na equipe, torna-se premente, considerando que todo o acervo ainda deverá ser catalogado (ARQUIVO NACIONAL, 1985a, p. 9).

A leitura dos relatórios possibilita inferir um balanço das principais conquistas realizadas até a primeira metade da década de 1980. Um total de 912 títulos foram identificados e inventariados, o que correspondia a todos os filmes completos sob a guarda da seção, naquela altura. Ao mesmo tempo, iniciava-se a organização da documentação anexa dos filmes (roteiros e marcações). O arranjo de todo o acervo teve seu processo de trabalho iniciado, com base no modelo aplicado pela Fundação Cinemateca Brasileira, juntamente com a separação do acervo de segurança (matrizes) e o acervo de consultas (cópias). Uma metodologia de descrição foi elaborada, com base no sistema utilizado pela Fundação Cinemateca Brasileira (ARQUIVO NACIONAL, 1985a, p. 7-8).

Em relação aos contatos estabelecidos entre o Arquivo e as cinematecas do Rio e de São Paulo, vale notar que, nesse período, houve muita interação institucional entre o Arquivo Nacional e a Cinemateca Brasileira (SP) e a Cinemateca do MAM-RJ, uma vez que o AN buscava a experiência de ambas no tratamento de filmes para usar como referência na formulação de sua própria metodologia.

Logo no primeiro ano de atuação da equipe de filmes e vídeos, relatórios registram a visita de Carlos Roberto de Souza, curador do acervo da Cinemateca Brasileira. Molinari, então supervisor da Seção de Filmes, celebra a visita, ao afirmar que, “por ocasião desta visita, tivemos oportunidade de ver esclarecidas algumas indagações que tínhamos” (ARQUIVO NACIONAL, 1983d, s/p.). Paulo Leme, então à frente da Divisão de Documentos Audiovisuais, também registrou a troca de informações com a Cinemateca Brasileira a respeito do fundo Agência Nacional, uma vez que a instituição paulista detinha uma

parcela do mesmo fundo documental (ARQUIVO NACIONAL, 1984, s/p.). O modelo de arranjo da Cinemateca Brasileira serviu como base do primeiro arranjo do acervo de filmes do AN. (ARQUIVO NACIONAL, 1985a, p. 7).

Celina Vargas, então diretora-geral do AN, destaca, entre as principais atividades realizadas pela Seção de Filmes, na sua nova fase, contatos e visitas a órgãos técnicos, como a Fundação Cinemateca Brasileira, a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e Embrafilme, com coleta de bibliografia especializada para estabelecimento de metodologia de identificação (ARQUIVO NACIONAL, 1982a, p. 408).

Um dos avanços registrados no relatório sobre 1985 é o desenvolvimento de uma ficha de inventário. Tal instrumento, adaptado da experiência anterior de outras instituições envolvidas com a guarda de filmes, evidencia sua importância na identificação das grandes quantidades de latas de filme que deram entrada na instituição. Uma ficha cujo detalhamento de informações sobre os documentos em processo de tratamento possibilitou ainda o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa. Vale destacar que as soluções adotadas nas cinematecas (SP e MAM-RJ) foram vistas como boas referências mas foram discutidas e adaptadas às necessidades de uma instituição arquivística como o AN.

Etapa fundamental dos trabalhos da Seção, foi a conclusão de um modelo de ficha de inventário, o qual, calcado em modelos existentes em outras instituições, foi aperfeiçoado com a colaboração de toda a equipe técnica da DDA. Trata-se de uma ficha contendo dados exaustivos sobre cada filme examinado, propiciando novas fichas secundárias para consulta [...] (ARQUIVO NACIONAL, 1986, s/p.).

Neste momento, destaca-se a importância do entendimento, o mais completo possível, de um fundo, para que seja compreendida a sua formação quando na idade corrente.

Na busca de compreender os critérios que presidiram a formação desse fundo documental cinematográfico, a Seção providenciou a elaboração de um histórico da Agência Nacional, o que tem possibilitado datações mais precisas e também a detecção de falhas nas séries que chegaram a ser recolhidas (ARQUIVO NACIONAL, 1986, s/p.).

Surgem os primeiros instrumentos de controle do acervo, desenvolvidos e em fase de implantação. As fichas de inventário para filmes e para fitas de vídeo, primeiros instrumentos de controle elaborados pela Seção de Filmes, foram diagramadas e

datilografadas (atividades típicas do ambiente analógico), visando a reprodução e aplicação de tais instrumentos. Ao mesmo tempo, foram feitos vários estudos quanto à definição de fundos, de numerações a serem adotadas, de compatibilização entre suporte e informação e sobre a forma de etiquetagem das peças documentais (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 2).

No relatório anual da DDA referente ao ano de 1988, a SF abre seu relatório anunciando uma mudança de nome em breve: “futura Seção de Cine e Vídeo” (ARQUIVO NACIONAL, 1989, p. 1). O documento relata uma entrada pequena naquele ano, três filmes e seis fitas “videomagnéticas”. “Em virtude, sobretudo, desse baixo percentual de entradas, foram elaboradas apenas 16 (dezesesseis) fichas de inventário, instrumento básico, criado para o controle imediato dos itens incorporados” (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 1).

Entre as atividades setoriais da Seção de Cine e Vídeo, em 1989, lembra o relatório, destaca-se o término do catálogo do acervo cinematográfico da Agência Nacional, “abrangendo 694 filmes — em sua maioria cinejornais que, por sua vez, contêm diversas reportagens de época” (ARQUIVO NACIONAL, 1989, s/p.). Segundo o relatório, medidas foram adotadas para facilitar o uso do instrumento de pesquisa.

Como forma de facilitar a consulta a este instrumento, fizemos um extenso trabalho de pesquisa, de modo a identificar todos os personagens que integraram o primeiro escalão do Poder Executivo, e que porventura apareçam em algumas das tomadas. Objetivando ainda o aperfeiçoamento do catálogo, providenciamos uma lista alfabética de siglas, que permanecerá como anexo ao corpo da obra, esclarecendo ao usuário sobre associações ou entidades congêneres que são citadas abreviadamente nos títulos (ARQUIVO NACIONAL, 1989, s/p.).

O relatório que abrange julho e agosto de 1983 informa sobre mais um momento importante de inflexão na rotina, nas atividades e nas responsabilidades da equipe de gestores do acervo audiovisual, num futuro próximo: a transferência do Arquivo Nacional do prédio onde funcionava, na Praça da República, nº 26, para o prédio em que atualmente funciona, antiga sede da Casa da Moeda do Brasil, na Praça da República, nº 173, a cerca de um quilômetro da sede anterior. O setor encontrava-se avaliado como tendo total controle sobre o acervo, o que garantia parte do sucesso na empreitada da mudança de prédio.

A situação do depósito encontra-se inteiramente sob controle: cada compartimento discriminado com anotações; o fichário e listagem reproduzindo o arranjo físico, valendo unicamente como instrumento de busca e domínio do acervo. Diante deste quadro, restou-nos o aperfeiçoamento do trabalho já realizado; e a atividade que imediatamente se apresentou como urgente e viável, tendo em vista a perspectiva de mudança para a Casa da Moeda em abril de 1984, foi a separação dos negativos e positivos (ARQUIVO NACIONAL, 1983f, p. 3).

A perspectiva da mudança gerava expectativas de novas condições materiais para a gestão do acervo no novo depósito. A ampliação do acesso aos filmes é uma dessas condições e buscava a telecinagem das películas — processo em que o filme projetado é gravado em câmera de vídeo — para facilitar a visualização de filmes. A cobrança pelo uso da moviola é outra possibilidade. É o que menciona Paulo Leme no encerramento de relatório sobre a SF.

A transposição de filmes para fitas de vídeo, buscando poupar os exemplares originais e facilitar a consulta, só será possível após a mudança, quando o Arquivo Nacional dispuser de recursos suficientes para grandes investimentos em maquinaria. Com a aquisição de moviola, pensamos também em passar a cobrar sua utilização, por hora, a exemplo das demais instituições especializadas que foram visitadas (ARQUIVO NACIONAL, 1984, p. 4).

Marcus Alves relembra detalhes da mudança de endereço, que acabou acontecendo cerca de dois anos depois das primeiras notícias registradas nos documentos examinados. Oportuno reparar nas dificuldades dos três pioneiros na mudança de latas de filme.

[...] a gente tinha aquelas promessas de que ia mudar. Começou a ter aquela conversa do pessoal, tinha aquele papo de que ia mudar pro outro lado da praça. Porque a gente vivia no prédio antigo e havia uma certa tensão assim, porque aquele prédio estava muito velho e volta e meia tinha problemas que a gente tinha que sair porque os bombeiros interditavam porque ia cair [...] Foi quando a Celina conseguiu esse prédio do outro lado da praça que tinha pertencido à [...] Casa da Moeda. [...] Só que o prédio estava detonado. Toda a parte da frente do prédio estava totalmente detonada. A Casa da Moeda deixou aquilo ali em frangalhos, toda a parte histórica. Só era possível ocupar a parte dos fundos, que é aquele prédio amarelo [...] a mudança foi feita na mão, [...] Teve empresa que fez a mudança, que era mais pra documentos escritos, mas a documentação do audiovisual por ser uma documentação muito sensível, e tudo, acabou que a gente mesmo fez tudo na mão. Nessa época o Agnaldo estava com a gente, então foi eu, o Clóvis, o Agnaldo, pegando as latas mesmo, botando no carrinho, levava. [...] Isso janeiro de 85, em pleno verão. Um calor do cão, a gente [...] Tinha medo de botar num caminhão

por causa do sol, não queria que batesse sol, então queria uma coisa coberta e aí foi na kombi. A gente ia botando na kombi, empilhava a kombi, enchia a kombi toda, levava lá, depois descarregava tudo do outro lado. A mudança foi feita desse jeito (ALVES, 2020, p. 6-7).

Segundo os relatórios, há uma pontual preocupação com o controle de temperatura e umidade, cujos parâmetros recomendados são definidos pela Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF), organização reconhecida mundialmente como referência na área de preservação de material cinematográfico. O Arquivo Nacional, como outras instituições arquivísticas espalhadas pelo mundo, é filiado à FIAF.

No que se refere à conservação e preservação dos filmes, matéria complexa sobre a qual ensaia-se ainda os primeiros passos em todo o mundo, estamos adotando toda a cautela, evitando qualquer interferência direta no suporte filmográfico. Enquanto aguardamos a vinda de consultor especializado, estamos procedendo à substituição gradativa dos invólucros plastificados que vieram acompanhando os filmes, por papel-cristal, visando evitar a formação de hidrólise. Tem sido feita também a medição periódica de temperatura e umidade ambientes (ARQUIVO NACIONAL, 1984, p. 4).

A preocupação com uma solução que ampliasse o acesso, ao mesmo tempo em que preservasse os originais, prossegue no ano seguinte. O trecho a seguir desenha um retrato de época, quanto às opções e soluções tecnológicas disponíveis para dar acesso e preservar – com destaque para o videocassete – e que acabaram influenciando inclusive no nome da seção, como descrito a seguir.

Como possibilidade única de franquear a consulta a este acervo, sem o risco de desgastar o suporte de registros muitas vezes já antigos ou pelo menos frágeis, pensamos num programa de transposição das películas cinematográficas para o formato vídeo, à semelhança do que foi feito com os discos na Seção de Gravações de Som e Imagem. O videocassete vem demonstrando cada vez mais suas vantagens como elemento de consulta, além de ser expressivamente mais econômico quando o comparamos à duplicação de películas de cinema. Esta foi também uma das razões de sugerirmos a mudança de nome da Seção para Cine e Vídeo, aliada à certeza de que futuramente passaremos também a recolher documentos em formato de vídeo (ARQUIVO NACIONAL, 1985b, p. 8).

O vídeo em suporte magnético foi, naquela altura, a solução mais viável de preservação, mas principalmente o melhor caminho encontrado para dar acesso ao acervo de filmes em película, segundo o relatório. Essa solução justifica a mudança do

nome da seção, inclusive porque sua direção previa o recolhimento de formatos de vídeo nos anos seguintes.

Os filmes da EBN [Agência Nacional] chegaram, de maneira geral, em condições lastimáveis de conservação, apresentando desde acúmulo de poeira até níveis profundos de deterioração físico-química. Tratando-se de registros valiosos, na maioria em cor, justifica-se a preocupação com sua fragilidade. Como possibilidade única de franquear este acervo à consulta, sem o risco de desgastar o suporte de registros antigos ou frágeis, pensamos num programa de transposição das películas cinematográficas para o formato vídeo [...], já que o videocassete demonstra cada vez mais suas vantagens como elemento de consulta, além de ser expressivamente mais econômico que a duplicação de películas de cinema. Esta foi uma das razões de se propor a mudança de nome da Seção, para “Cine e Vídeo”, aliada à certeza de que futuramente se passará a recolher também documentos em formato de vídeo (ARQUIVO NACIONAL, 1985b, p. 8).

Nesse ano, houve a implementação de um programa de telecinagem, a partir de cooperação institucional. Tal medida era adotada na época como prática de preservação.

O programa de telecinagem, modo de garantir a sobrevivência das películas originais, foi finalmente concretizado com a assinatura de contrato entre o Arquivo Nacional e a TV Bandeirantes, com grande vantagem para o primeiro, pois não há qualquer ônus para o Arquivo. Antes mesmo desse contrato, no entanto, tivemos experiência similar e muito positiva, graças à colaboração da TV Educativa, que telecinou para nós 17 vídeos quadruplex, recolhidos juntamente com os filmes, para fitas videocassettes (ARQUIVO NACIONAL, 1986, s/p.).

Lidar com o vídeo e seus formatos apresenta dificuldades maiores do que aquelas apresentadas pelos formatos cinematográficos clássicos: o nitrato de celulose, o acetato de celulose e o poliéster. No caso do vídeo, houve uma profusão de formatos, desde os primeiros criados e utilizados em transmissões de TV, que demandam dispositivos específicos para serem visualizados, ou seja, aparelhos de leitura específica para cada formato. A obsolescência destes aparelhos tende a impedir definitivamente o acesso ao conteúdo de vídeos de uma determinada tecnologia obsoleta utilizada de forma industrial por exibidores de sinal de TV. O impacto que as fitas VHS tiveram como facilitadoras de reprodução de filmes nos espaços domésticos e seu amplo uso comercial na década de 1980 foram elementos que pesaram na adoção dessa tecnologia não apenas pelo AN mas pela maioria das instituições de guarda de acervos de filmes. Mas outros aspectos estavam

em jogo também. Neste momento, vale recorrer ao que disse Marcus Alves, em entrevista, sobre os desafios impostos pelo gênero vídeo e seus formatos quanto à sua preservação.

Não, a questão do vídeo é aquela velha questão da obsolescência tecnológica, a gente combate que a gente vive nesse drama desde... já na época da moviola também. A moviola, por exemplo, acabou e não tem mais quem conserte e acabou, é uma pena porque seria de muita utilidade com o acervo da TVE, hoje. Mas aí, o Arquivo está sempre correndo atrás da tecnologia porque enquanto a gente está aqui no U-matic. A gente acabou de comprar o U-matic. A gente acabou de comprar o U-matic: “Pô, que legal! Compramos uma U-matic.” Já está em Beta, e Beta digital, não o sei o quê, e você não tem verba pra comprar, você ainda está no U-matic. Aí o U-matic acabou, agora ocorre que a gente tem um acervo em U-matic, não pode acessar porque não tem mais o U-matic. Os U-matics todos pifaram, não tem mais peça, não consegue mais equipamento, então a gente perdeu acesso àqueles U-matics (ALVES, 2020, p. 32).

Seguindo os protocolos estabelecidos desde o início da gestão de Celina Vargas, nos quais era almejada e promovida a constante troca com instituições ou profissionais de comprovada experiência nas mais variadas temáticas que envolvem a gestão dos arquivos, essa decisão pelo uso das fitas de videocassete bem como pelas orientações para preservação dos materiais no novo depósito foi discutida por Sam Kula, especialista canadense, durante consultoria prestada entre 24 e 28 de junho de 1985 (ARQUIVO NACIONAL, 1989, p. 7).

Segundo a entrevista de Marcus Alves a esta pesquisa, Sam Kula realmente teve um papel importante na construção de diretrizes próprias de gestão dos filmes sob a guarda do AN. Em sua lembrança, o aspecto do controle ambiental foi discussão marcante nesse contato com o pesquisador canadense:

O Sam Kula foi fundamental porque o Sam Kula deu esse workshop. Esse workshop foi em 86, que ele deu pra gente, que foi assim também que clareou várias coisas. Traçou várias normas e tudo. [...] eu me lembro que ele chamou atenção da questão do controle da temperatura e umidade que isso nós não tínhamos esse controle. Nós tínhamos ar condicionado na sala. Já era um ganho em relação ao prédio que a gente tinha ficado anterior que não tinha ar condicionado nenhum e era um ganho ter ar condicionado, mas não era um ar condicionado especial, não era temperatura e umidade controlada, um ambiente fechado, climatizado pra documentação audiovisual, não era, era um clima de sala de trabalho, ar condicionado normal e de sala trabalho. [...] Foi essa parte da preservação, comecei a investir muito na parte da preservação e o Sam Kula foi um pouco isso, quando ele chamou atenção pra essa questão da

climatização e tudo. Isso aí me bateu na cabeça e cada vez que eu via um filme sendo deteriorado eu batia o pé: “Gente, ele tem que ter uma climatização e tudo...” (ALVES, 2020, p. 11).

Ao mesmo tempo, os trabalhos de conservação foram extensivos, procedendo-se à limpeza de 1.100 bobinas e de 230 estojos de filmes. Essas ações de conservação foram realizadas sob orientação da técnica Ingrid Beck, considerada pela equipe referência nesta matéria. Entretanto, o aparecimento periódico de micro-organismos nos estojos de filmes indica uma climatização imprópria nos depósitos (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 2).

Paulo Leme aborda em relatório parte da estratégia de cooperação com instituições no exterior, com o objetivo de formar a equipe do AN no que havia de mais atualizado do que se praticava na época, no tratamento e preservação de filmes. Tal estratégia está alinhada com a proposta de modernização posta em prática desde o início dos anos 1980, tendo norteado toda essa década. Dessa prática, não só o Arquivo Nacional recebia profissionais de projeção na área como também organizava a ida de profissionais da equipe para períodos de estágio em instituições importantes, como foi o caso da ida de Clóvis Molinari para uma temporada de aperfeiçoamento profissional junto ao Arquivo Nacional da Alemanha, o Bundesarchiv.

Como atividades de destaque durante o ano, a Seção recebeu, no período de 24 a 28 de junho a visita técnica de Mr. Sam Kula, Diretor dos Arquivos de Filmes, TV e Som, dos Arquivos Públicos do Canadá. Foi uma missão extremamente importante a de Mr. Kula, pois nos auxiliou tanto em discussões teóricas como em conselhos práticos [...]. Finalmente, culminando as vitórias obtidas, o Supervisor da Seção ganhou uma bolsa de estudos de 3 meses no Bundesarchiv de Coblença (Alemanha Federal), onde irá vivenciar todos os trabalhos de um arquivo especializado de um país desenvolvido. Após o término desse estágio, terá também um pequeno curso nos Laboratórios Agfa-Gevaert, em Antuérpia (Bélgica), aprimorando ainda mais seus conhecimentos (ARQUIVO NACIONAL, 1986, p. 4).

Como mencionado, as trocas entre o AN e as cinematecas foram constantes. Em busca por consolidar metodologia e procedimentos próprios quanto ao tratamento de filmes sob sua guarda, o AN recebeu a colaboração dessas instituições que já acumulavam experiência na gestão de fundos de filmes. Informações sobre a organização e descrição,

sobre preservação e recuperação da informação, entre outras, foram transferidas para que a seção de filmes e vídeos adaptassem às suas necessidades.

Na busca por entendimento dos fundos de arquivo de filmes depositados na seção de filmes foi constatado que o Arquivo dividia a custódia de filmes de mesma proveniência com a Cinemateca Brasileira, motivo que contribuiu ainda mais para a troca profissional entre as duas instituições. A troca de informações dizia respeito ao controle do que cada uma tinha como também ao conhecimento mais amplo sobre as parcelas separadas de um fundo em diferentes instituições.

A Fundação Cinemateca Brasileira, através de seu conservador Carlos Roberto de Souza, encaminhou à Diretoria de Divisão Audiovisual uma lista de filmes da EBN [Agência Nacional] depositados legalmente na instituição. Os filmes foram doados pelo Laboratório FLICK, e o acervo é constituído de negativos dos cine-jornais da série BRASIL HOJE. Como a listagem chegou até nós da Seção de Filmes quando encerrávamos a identificação das latas de 35mm, pudemos, através da análise comparativa, estabelecer o percentual de negativos de som e de imagem depositados na FCB em contraste com os negativos depositados no AN. O resultado nos surpreendeu, pois acreditávamos que a maioria dos negativos estivessem em São Paulo e que nosso acervo fosse constituído basicamente de cópias. Mas não, conforme pode ser visto na tabela abaixo, também o Arquivo Nacional tem sob sua guarda parte significativa de negativos (ARQUIVO NACIONAL, 1983e, p. 6).

Em mais um episódio em que o AN criou pontes com instituições que tinham experiência anterior no tratamento de fundos de filmes, a instituição possibilitou visitas da equipe de filmes e vídeos, em busca de conhecimento sobre a formulação de um sistema de recuperação da informação. Segundo os relatórios, o diálogo com outras instituições foi um passo importante para se chegar a soluções próprias de arranjo e descrição, com vistas ao controle da informação.

Visando ainda a adoção de sistema eficaz de recuperação da informação, a equipe da Seção deu início a uma série de visitas a instituições especializadas como a EMBRAFILME e a Cinemateca do Museu de Arte Moderna, além de realizar, paralelamente, estudos e discussões sobre o Manual de Arranjo e Descrição da Fundação Cinemateca Brasileira (ARQUIVO NACIONAL, 1984, p. 3).

Por último, quanto à evolução quantitativa do acervo nesta primeira década de atividade da seção de filmes, na lista de documentos tratados em 1981 já se encontravam

filmes, ainda que em pouca quantidade e fora da Seção que deveria gerenciá-los, conforme descrito no relatório de 1981:

Entre identificação sumaríssima e levantamentos mais detalhados como pré-catalogação foram tratados, aproximadamente: Discos - 380; Fitas - 80; Partituras Manuscritas - 850; Partituras Impressas - 1700; Óleos - 60; Fotografias (soltas e em álbuns) - 4000; Gravuras e Estampas - 900; Mapas e Projetos - 2500; Documentos referentes às Ferrovias, englobando mapas, plantas, perfis, fotos, gravuras e cadernetas de campo, etc - 13.900; **Filmes - 17**; Microfilmes - 18 coleções (ARQUIVO NACIONAL, 1981, p. 4, grifo nosso).

Molinari Júnior (2017) descreve o que havia de acervo audiovisual antes do processo iniciado com a chegada da Agência Nacional, a partir de 1982, e que mudou os rumos da instituição com relação aos audiovisuais.

Apesar de o Arquivo Nacional ser uma instituição quase bicentenária, o cinema somente passou a ter efetiva presença no Arquivo a partir da década de 1980. Antes, havia um documentário sobre Santos Dumont “Sim, o homem voa!”; os filmes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES; e o fragmento mais antigo da história do cinema brasileiro, os 11 fotogramas do dr. Cunha Sales, originais em nitrato. Sales pretendia trazer para si a primazia da invenção do cinema e entrou com processo solicitando patente em fins do século XIX. A história do dr. Cunha Sales merece um filme que investigue as aventuras de um químico visionário (ou charlatão), criador de remédios e de jogos de azar. O mais talentoso e enigmático inventor da *belle époque* brasileira (MOLINARI JÚNIOR, 2017, p. 99).

Molinari remonta ao que ele considera um ponto de virada na trajetória da documentação audiovisual no âmbito do NA, com a chegada do arquivo da Agência Nacional que, como vimos, foi responsável por acelerar as atividades de gestão para lidar com um acervo de tal monta.

Para justificar a criação de uma seção de filmes, no início dos anos de 1980, durante a primeira fase de modernização institucional, foi preciso que uma montanha de latas de filmes produzida pelo governo (os cinejornais da Agência Nacional), ameaçada de destruição, fosse transferida para a antiga sede do Arquivo, também na Praça da República. A partir daqueles dias, um intenso programa de adaptação foi implementado. Técnicos estão sendo formados e preparados, um exercício permanente de atualização; espaços de guarda foram criados, tudo visando o novo desafio. A exigência de modernização de uma instituição, por vezes, se dá também pela modernidade de seus novos

objetos. O acervo de imagens em movimento, a partir de então, nunca mais parou de crescer (ARQUIVO NACIONAL, 2003, p. 10).

Marcus Alves lembra o momento em que o primeiro lote de filmes da Agência Nacional é recolhido ao AN, o que inaugurou um novo espaço, dedicado especificamente ao gênero documental filmográfico. As latas de filme estavam depositadas num antigo prédio da Polícia Federal, na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro.

E aí a gente recolheu esse material todo e aí começamos. O Paulo Leme me chamou pra ir trabalhar com o Agnaldo e com o Clóvis. No início foi só eu e o Clóvis, abriu uma sala. A gente trabalhava até então a iconográfica e a cartográfica era no 1º andar, passamos pro 2º andar que tinha um espaço grande, que tinha um mezanino, um grande mezanino que dava volta assim, aí tinha uma escada que subia. A escada é aquela que está na fotografia nós três, aquela escadinha que subia e lá em cima era um mezanino, onde tinha várias estantes, prateleiras. E aí nós fomos. Nós fomos e começamos a colocar os filmes. Aí foi todo aquele trabalho que está nos relatórios todos, a gente identificando material e abrindo lata e aquelas latas enferrujadas e apanhando pra abrir aquelas latas (ALVES, 2020, p. 4).

Celina Vargas, em relatório de gestão institucional, destaca a importância do recolhimento do fundo Agência Nacional para a instituição e para a Arquivologia brasileira.

Cumpra ressaltar a importância que teve o recolhimento dos filmes da EBN [Agência Nacional], pois continha cinejornais e documentários muito valiosos sob o ponto de vista político-administrativo, alguns deles únicos. Graças a essa conquista, o Arquivo Nacional ocupa hoje, no panorama arquivístico sul-americano, uma posição de vanguarda e pioneirismo, na medida em que reconhece a película cinematográfica como documento de arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 1985b, p. 74).

Marcus Alves, lembra e ressalta a dedicação de Celina Vargas e Paulo Leme, e o entusiasmo que os unia no esforço de transformar a Seção de Filmes num relevante repositório arquivístico de filmes e vídeos do país.

Então ela [Celina Vargas] [...] teve um empenho pessoal no recolhimento [do fundo Agência Nacional]. E foi um salto. É como dizem os relatórios da época. Aliás, fiquei surpreso quando eu olhei para aquilo, porque eu não lembrava, o relatório do Paulo Leme dizendo que foi um salto qualitativo pro Arquivo Nacional e tudo. Aquilo ali realmente é que me... eu falei: eu gostei muito daquilo. Foi uma coisa que realmente [...] foi um referencial começar a trabalhar com outro tipo de acervo. Mas ela [Celina Vargas] teve um empenho grande nisso. Realmente, isso é inegável. E

Paulo Leme também. O Paulo Leme ficou muito encantado com aquilo (ALVES, 2020, p. 7-8).

Os documentos examinados por esta pesquisa dão conta de novas entradas no acervo de filmes, a partir de setembro de 1982, algumas por recolhimento, outras por transferências de outras seções, onde se encontravam de maneira indevida, o que colaborou a ampliar e dar visibilidade à Seção de Filmes.

a) foram inicialmente transferidos para a Seção **16 filmes (cópias)** provenientes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, que se encontravam anteriormente na Seção de Gravação de Som e Imagem;

b) durante o mês de setembro, procedeu-se ao recolhimento do acervo filmográfico das extintas Agência Nacional e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, acumulado pela Empresa Brasileira de Notícias (EBN) [Agência Nacional], totalizando **cerca de sete mil unidades** documentais.

Todos esses fatores possibilitaram a redefinição das funções da Seção de Filmes, que ganhou novo relevo e passou a ter uma atuação mais dinâmica dentro dos quadros do Arquivo Nacional, na medida em que passa agora a deter um acervo audiovisual expressivo em termos quantitativos e qualitativos (ARQUIVO NACIONAL, 1982a, p. 407, grifo nosso).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1980 foi marcada por grandes transformações na trajetória da Seção de Filmes, principalmente aquela ocorrida com a entrada do acervo da Agência Nacional, a partir do fim de 1982. O impacto deste recolhimento fez a SF atuar efetivamente no que previa o regimento de 1958, o primeiro que citou a seção: gerenciar documentos fílmicos (e videográficos) de valor histórico. Outra marca desta década é o recrutamento e a capacitação, no Brasil e no exterior, de profissionais que assumiram a responsabilidade pela gestão de filmes e vídeos. Esse diálogo com experiências anteriores, no Brasil e no mundo, permitiu que os pioneiros sedimentassem métodos e procedimentos próprios, de acordo com as demandas institucionais específicas. Esse período conheceu muitos avanços no tratamento técnico do acervo de filmes, tanto no que tange à sua conservação e preservação quanto em relação ao tratamento da informação extraída do material fílmico.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M.V.P. Entrevista concedida a Walmor Martins Pamplona. Rio de Janeiro, 29 abril 2020. [A entrevista encontra-se transcrita no **Apêndice "A"** da dissertação]
- ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (CODAC). **Relatório de Gestão (1980-1984)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985b.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. **Relatório anual de 1987**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. **Relatório anual de 1988**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. **Relatório de gestão 1985-1989**). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1989.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de janeiro de 1983**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983a.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de fevereiro de 1983**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983b.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de março de 1983**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983c.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de abril de 1983**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983d.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de maio/junho de 1983**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983e.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de julho/agosto de 1983**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983f.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de setembro de 1983**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983g.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório anual das atividades de 1983**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1984.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório anual de 1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1986.
- ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. **Relatório de gestão (1980-1984)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985a.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção Iconográfica e Cartográfica. **Relatório semestral de 1981**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1981.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção Iconográfica e Cartográfica. **Relatório de outubro de 1982**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1982b.

ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, 1982a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 6 jul. 2020.

BRANDÃO, Ana Maria de Lima Brandão; LEMES, Paulo de Tarso Dias Leite Paes. Documentação especial em arquivos públicos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, jan./jun. 1986.

MOLINARI JÚNIOR, Clóvis. **Depoimento concedido à ONG SER Cidadão**. Rio de Janeiro, 19 mar. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no **Anexo "A"** da dissertação].

MOLINARI JÚNIOR, Clóvis. Entrevista a Viviane Gouvêa. **Revista Arquivo em Cartaz**, Rio de Janeiro, p. 92-99, 2017.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959..

A REDE SOCIAL *INSTAGRAM* DE ARQUIVOS PÚBLICOS COMO UM CANAL DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS ARQUIVOS E OS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

Alexandre da Silva Conceição¹
Germana Gonçalves de Araújo²
Pablo Boaventura Sales Paixão³

RESUMO

O artigo analisa a interação dos perfis oficiais da rede social *Instagram* dos Arquivos Públicos dos Estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe com os usuários dos serviços de arquivo. O objetivo da pesquisa é verificar como tais arquivos interagem com os usuários dos serviços de informação. A pesquisa é do tipo exploratória, de caráter descritivo e com abordagem quantitativa. O universo da pesquisa está delimitado a três Arquivos Públicos da região Nordeste do Brasil, que utilizam a rede social como canal de interação. Para as análises foram utilizadas variáveis presentes no *marketing* digital a partir da: audiência (número de seguidores e frequência de publicação) e engajamento (curtidas, comentários e visualizações). Os resultados apontam que o *Instagram* pode ser um canal de comunicação se tratado dentro dos aspectos trabalhados no *marketing* digital.

Palavras-chave: Arquivo Público de Estado – Brasil; Rede Social *Instagram*; Marketing Digital em Arquivo; Uso de rede social em arquivo.

SOCIAL INSTAGRAM OF THE PUBLIC ARCHIVES NETWORK AS A CHANNEL OF COMMUNICATION BETWEEN ARCHIVES AND USERS OF INFORMATION SERVICES

ABSTRACT

The article analyzes the interaction of the official profiles of the social network *Instagram* from the Public Archives of the States of Alagoas, Pernambuco and Sergipe with the users of archive services. The objective of the research is to verify how such files interact with users of information services. The research is exploratory, descriptive and with a quantitative approach. The research universe is limited to three Public Archives in the Northeast region of Brazil, which use the social network as an interaction channel. For the analyses, variables present in digital marketing were used from: audience (number of followers and frequency of publication) and engagement (likes, comments and views). The results show that *Instagram* can be a communication channel if treated within the aspects worked on in digital marketing.

¹ Mestrando |UFS| souarquivista@gmail.com

² Doutora |UFBA| germana_araujo@yahoo.com.br

³ Doutor |Universidade Complutense de Madri| pabloboaventura1@hotmail.com

Keywords: State Public Archive - Brazil; Instagram Social Network; Digital Marketing in Archive; Use of social network on file.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea se encontra cada vez mais conectada por meio de plataformas digitais, que propiciam o acesso a informações para uso pessoal ou profissional. O número de cidadãos que utiliza as redes sociais vem crescendo de forma expressiva nos últimos anos, o que, conseqüentemente, interfere nas formas desses se relacionarem com produtos, atividades e serviços informacionais.

Dados do relatório⁴ “Digital 2020: *Global Digital Overview*”, publicado pelas organizações *We Are Social e Hootsuite*, revelam que o Brasil tem mais de 150,4 milhões de pessoas conectadas à *internet*. Este número é mais que a metade da população brasileira, que hoje está em torno de 211,8 milhões, segundo relatório estimativo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020.

O Brasil também ocupa o terceiro lugar no *ranking* de populações que passam mais tempo na rede social, com uma média diária de 3 horas e 31 minutos, atrás apenas de Filipinas (3h53) e Colômbia (3h45). O relatório da *We Are Social* demonstra que 66% da população brasileira é ativa em rede social. A rede social mais acessada no *ranking* é o *Facebook*, seguido do *WhatsApp*, *Youtube* e *Instagram*, nessa ordem (VOLPATO, 2021).

A rede social *Instagram*, a qual é objeto de análise deste estudo, ocupou o quarto lugar nesse *ranking*, revelando ser uma mídia social bastante utilizada para publicar fotos, vídeos e divulgar produtos, atividades e serviços, atingindo o máximo de pessoas na rede. O *Instagram* com o passar do tempo e as novas funcionalidades incorporadas, tornou-se também uma oportunidade ao *E-commerce* para venda de produtos.

É notório visualizar o crescente número de cidadãos que utiliza as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), de forma a provocando mudanças significativas na maneira como pensam, buscam, compram, criam e se relacionam com dados, informações e serviços disponíveis na *internet*, sobretudo, através das redes sociais.

⁴ Relatório *on-line* disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2020-brazil>

Tratam-se de novas maneiras de buscar e receber informações nos ambientes digitais, criando e ressignificando fazeres e práticas para acompanhar, interagir e participar das demandas influenciadas pela Sociedade da Informação (CASTELLS, 2003).

No âmbito dos Arquivos Públicos, as redes sociais podem ser excelentes e eficazes canais de comunicação para ampliar o relacionamento entre o usuário e as instituições que demandam produtos, atividades e serviços (KOTLER, 2017). A utilização da *internet*, a partir das redes sociais, podem trazer esses benefícios para os arquivos públicos estaduais, no sentido de aproximar os cidadãos às unidades de informação e colaborar como ferramenta de difusão de produtos, eventos, atividades e serviços informacionais nas redes sociais, de maneira a agilizar a comunicação e alcançar o maior número de usuários que busca pelos serviços de arquivo. (ARAÚJO e ARAÚJO, 2018).

No entanto, para que isso ocorra, é necessário que esses se apropriem das redes sociais, interajam com a comunidade e utilizem o *marketing* digital como recurso de comunicação social para avaliar, medir e agregar valor aos produtos, atividades e serviços informacionais oferecidos aos usuários, levando em consideração atender às suas necessidades (ARAÚJO, 2018).

A maneira como os usuários se envolvem, interagem e utilizam os serviços dessas instituições tem mudado com o passar do tempo, já que os ambientes digitais promovem maior diálogo com seu público. Para Gabriel (2010), o acesso à informação acontece cada vez mais em tempo real e acessível nos dispositivos móveis. Logo, as instituições que trabalham com informação, como é o caso dos Arquivos, devem estar alinhadas nesse paradigma com seus usuários, nos diversos ambientes digitais para ampliar a comunicação e disseminar informação.

Ao realizar um estudo da arte, que consistiu em verificar o nível de desenvolvimento da temática “marketing digital em arquivos”, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), observou-se que não foi recuperado nenhum trabalho, o que revela a escassez de produção em torno do uso do *marketing* digital em arquivos públicos. Também, ao realizar a mesma pesquisa no *Google Acadêmico*, foram encontrados somente dois⁵ trabalhos, ambos voltados para *websites*. A partir desses

⁵ O primeiro artigo refere-se ao trabalho intitulado: Indicadores de marketing digital para websites de arquivos públicos estaduais (2017). O segundo refere-se ao tema: Estratégia de marketing digital para unidades informacionais: Estudo dos websites de Arquivos e Bibliotecas Públicas Estaduais (2017).

resultados, pode-se perceber a necessidade de estabelecer discussões para gerar pesquisas em torno desse tema.

Nessa perspectiva, este estudo visa analisar o perfil oficial do *Instagram* dos Arquivos Públicos desses três estados do Nordeste. A fim de verificar como a rede social *Instagram* é utilizada para interagir com os usuários que buscam pelos serviços de arquivo nessas unidades de informação.

As unidades de informação investigadas são: o Arquivo Público de Alagoas, fundado em 30 de dezembro de 1961, no Governo Luiz Cavalcante; o Arquivo Público do Estado de Pernambuco, fundado em 04 de dezembro de 1945, pelo desembargador pernambucano José Neves Filho e, o Arquivo Público do Estado de Sergipe, criado no Governo de Craccho Cardoso, em 1923.

A escolha desses três Arquivos Públicos se deve ao fato dos pesquisadores acompanharem as mídias sociais dos arquivos dessa região. No entanto, devido à necessidade de delimitar uma análise estreita que pudesse atender o tempo para concluir a coleta e análise de dados, não foram observados os demais arquivos dessa região, direcionando-se a análise apenas para três arquivos, o que não quer dizer que os demais não usam a mídia social como canal de interação com os usuários.

A pesquisa tem a finalidade de responder a seguinte questão norteadora: os Arquivos Públicos em questão têm utilizado a rede social *Instagram* como um canal de comunicação para interagir e disseminar produtos, atividades e serviços informacionais com os usuários que buscam pelos seus serviços?

2 MARKETING DIGITAL PARA O FORTALECIMENTO DA COMUNICAÇÃO ENTRE OS ARQUIVOS E SEUS USUÁRIOS

Os cidadãos têm utilizado cada vez mais as redes sociais para buscar informações sobre produtos, atividades e serviços. As redes sociais vêm alterando a forma de comunicação entre cidadãos e instituições e, isso tem provocado mudanças nos modelos de comunicação em razão da revolução digital (KUNSCH, 2007). Esta transformação tecnológica, além de mudar o comportamento informacional da sociedade, realça um modelo de comunicação rápido, colaborativo e instantâneo na produção e disseminação de conteúdo.

Sobre a potencialidade da *internet*, Castells (2003, p. 8) argumenta que “a *internet* é o meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global”. Esta afirmação condiz exatamente com o cenário atual que a sociedade em rede está inserida, através da conectividade dos dispositivos que nos permitem interagir, realizar tarefas e nos comunicar em qualquer lugar e espaço. A partir de este olhar, as unidades de informação podem explorar as redes sociais, por intermédio do *marketing* digital, como ferramentas de comunicação para se aproximar dos usuários e divulgar suas atividades.

A rede social é um canal de interação e comunicação e, o *marketing* digital envolve as estratégias que permitem medir e avaliar através de métricas de engajamento e audiência o grau de satisfação e atenção que está sendo dada ao conteúdo postado nas mídias sociais, a fim de trazer melhorias para ampliar o número de usuários/seguidores. O *Marketing* digital no âmbito das unidades de informação pode ser visto como uma estratégia de

potencializar a atração de usuários integrantes, a divulgação de forma exponencial, de seus produtos e serviços de informação e como recurso capaz de proporcionar ao bibliotecário as estratégias necessárias para desenvolver a presença digital nas mídias sociais (NEVES, 2018, p. 219).

O *marketing* digital para o fortalecimento da comunicação entre o arquivo e o usuário aparece, nesse contexto, para auxiliar na criação de produtos e serviços em linguagem personalizada e mais atrativa para o entendimento dos usuários e, sobretudo, permite mensurar o grau de satisfação em relação aos serviços prestados, a fim de gerar uma melhor experiência na disseminação de produtos e serviços informacionais.

Para Gabriel (2010), essa mensuração é essencial em qualquer ação de *marketing* em redes sociais, pois são tais análises que confirmam a eficiência ou não das estratégias utilizadas. O resultado da mensuração indicará sempre os ajustes que devem ser implementados para satisfazer e melhorar a relação entre o arquivo e o usuário do serviço.

Dessa forma, a partir da análise métrica, é possível notar se o uso da rede social *Instagram* como estratégia de *marketing* está sendo útil como canal de comunicação entre arquivos públicos estaduais e usuários. A métrica nesse aspecto permite que o Arquivo visualize o impacto de suas publicações nos usuários que seguem a página.

É necessário que os arquivos públicos estaduais se modelem nesse paradigma tecnológico, influenciado pela sociedade da informação, para atender as expectativas dos usuários que buscam por informações prévias e respostas instantâneas sobre produtos, serviços e atividades através do contato por meio das redes sociais.

Com relação a esse contato, a rede social *Instagram*, por exemplo, permite que os cidadãos se comuniquem com as instituições arquivísticas para obter informações relativas ao endereço, horário de funcionamento, número de telefone, *e-mail*, finalidade da instituição, vinculação, tipo do acervo, áreas e salas do acervo, orientação de manuseio e consulta aos documentos, preços e avaliações de produtos e serviços, horário das atividades, agenda programática de eventos, dentre outros serviços.

A rede social permite ao administrador da conta alimentar essas informações no perfil para gerar um diálogo com os usuários dos serviços de arquivo, realçando a potencialidade que este canal pode ter na comunicação com os usuários.

Hoje não é mais necessária a realização de uma chamada telefônica para obter informações preliminares sobre atividade de um arquivo, pois muitas destas informações já constam no próprio perfil oficial da rede social *Instagram* da instituição, o que beneficia os usuários que recorrem às mídias sociais para ter acesso a esse tipo de informação.

No entanto, quando algumas dessas informações não constam no perfil da rede social, o usuário tem duas opções: 1) escrever e enviar uma mensagem de texto ou áudio para a instituição através da rede social e, aguardar a resposta; 2) realizar uma ligação para a instituição e perguntar o que for de seu interesse saber. As duas opções geram um canal útil de comunicação entre o usuário e a instituição, cabendo ao usuário escolher a que for melhor.

Muitas instituições já estão inseridas nesse primeiro modelo por entender que a forma de o usuário buscar por informação, produto e/ou serviço tem sofrido transformações ao longo do tempo em razão da conectividade permitida através da *internet* e dos avanços tecnológicos.

Com a chegada da rede social *Instagram*, instituições têm investido nesse canal para interagir com os usuários, como é caso de Museus, Arquivos, Bibliotecas e demais unidades de informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é do tipo exploratório, com abordagem quantitativa e, apresenta caráter descritivo. A pesquisa exploratória se deve ao fato do baixo índice de publicações relacionando o tema *marketing* digital e rede social *Instagram*, como canal de comunicação entre os arquivos públicos estaduais e os usuários da informação.

A pesquisa exploratória para Gil (2002, p. 41), tem como “[...] objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. A interlocução envolvendo *marketing* digital em unidade de informação já vem sendo discutida em Bibliotecas, mas em Arquivos a temática ainda é embrionária. Por essa razão, a pesquisa configura-se nesse método que, para Gil (2002, p. 41) “[...] tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. As descobertas das pesquisas exploratórias contribuem para o desenvolvimento da temática entre pesquisadores.

A abordagem quantitativa ocorre devido à estrutura da pesquisa para coletar dados estatísticos para mensurar o engajamento e a audiência presentes no perfil da rede social *Instagram* dos arquivos públicos estaduais de AL, PE e SE. A finalidade desse tipo de abordagem é para identificar a interação, o comportamento dos usuários e colocar o fenômeno em discussão através da apresentação de dados, já que “[...] após o tratamento estatístico dos dados, têm-se, geralmente, tabelas elaboradas manualmente ou com o auxílio de computadores” (GIL, 2002, p. 90), que irão nos dar subsídios para identificar e caracterizar o fenômeno.

O caráter descritivo da pesquisa se deve à necessidade de explicar os dados coletados. Para Gil (2002, p. 42), “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. No entanto, por se tratar da análise de métricas em rede social, faz-se necessário se apropriar do caráter descritivo para relatar os resultados obtidos com os indicadores analisados na pesquisa.

O universo da pesquisa foram os arquivos públicos estaduais da região Nordeste do Brasil, tendo como amostra três arquivos públicos estaduais desta região, que possuem e utilizam uma conta na rede social *Instagram* como canal de interação com

os usuários. Ressalta-se que há outros arquivos públicos estaduais da região Nordeste que possuem contas ativas na rede social *Instagram*, no entanto, devido ao tempo disposto, foi delimitada as unidades de informação do Estado de Alagoas, Pernambuco e Sergipe. A escolha da região Nordeste se deve ao fato de os pesquisadores acompanharem as mídias sociais dos arquivos dessa região.

Com relação à delimitação do período de análise, os pesquisadores optaram por analisar o período de dois meses, haja vista se tratar de um tempo razoável para verificar como ocorre a interação entre o arquivo público e o usuário através da rede social. Assim, o período investigado foi de 09 de novembro de 2020 a 09 de janeiro de 2021.

Após estabelecer o período de análise, definiram-se os parâmetros de observação, os quais se pautaram em verificar as métricas relacionadas à audiência⁶ e engajamento⁷, conforme caracterizados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Indicadores de Audiência e Engajamento

INDICADOR	ASPECTO
Audiência	Constituem-se na análise do nº de seguidores e frequência de publicações.
Engajamento	Constituem-se na análise de curtidas, comentários e visualizações.

Fonte: Adaptado (MACEDO, 2014)

As métricas de audiência e engajamento oriundas do *marketing* digital são consideradas indicadores que permitem às unidades de informação avaliarem a atenção que está sendo dada ao conteúdo publicado na rede social (ARAÚJO e ARAÚJO, 2018). A partir das interações colocadas pelos usuários através de curtidas, comentários, nº de seguidores e visualizações, essas unidades conseguem perceber se o conteúdo está sendo atrativo ou não para os usuários que usam o serviço dos Arquivos através da rede social.

Ressaltamos que não foram observadas como métricas indicadoras de desempenho às visualizações e curtidas dos *stories*⁸ dos três perfis analisados dos

⁶ São métricas relacionadas à exposição do conteúdo, tamanho do público, volume e frequência (ARAÚJO e ARAÚJO, 2018, p. 181). Esse indicador está relacionado aos aspectos ligados ao número de seguidores e frequência de publicações.

⁷ As métricas de engajamento buscam avaliar o quanto a audiência está envolvida, interagindo, colaborando e participando nas plataformas (ARAÚJO e ARAÚJO, 2018, p. 181). Esse indicador está relacionado a curtidas, comentários e visualizações nas redes sociais.

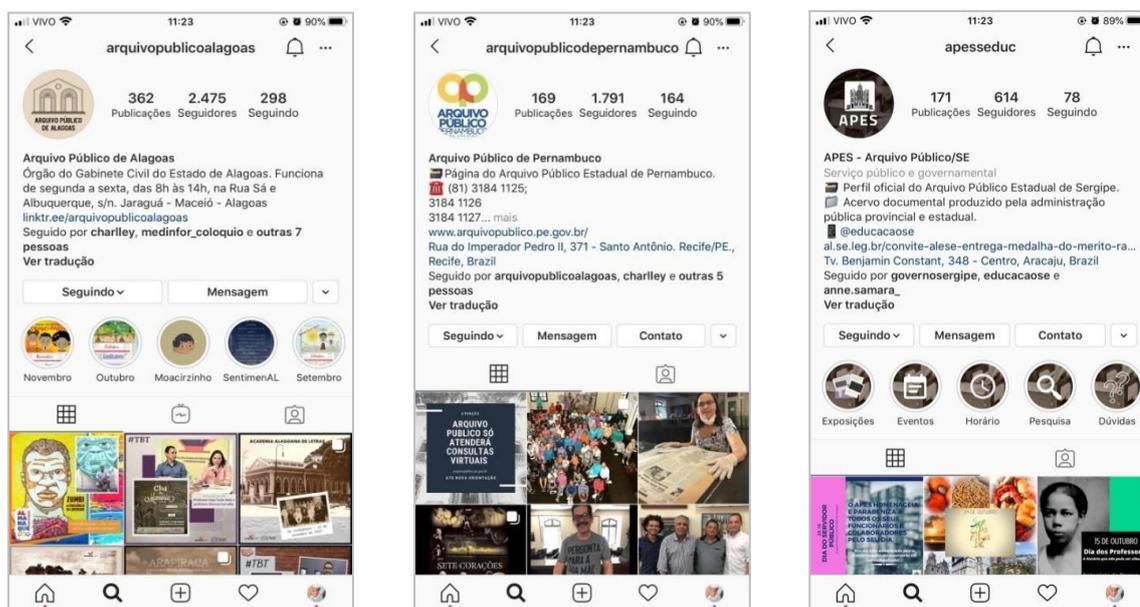
⁸ É um tipo de publicação da rede social *Instagram* que fica visível por até 24h.

arquivos públicos estaduais, em função de ser um dado de domínio e controle de acesso interno do próprio gestor do perfil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As capturas das telas abaixo foram realizadas no dia 09 de novembro de 2020 para colher os primeiros dados sobre o perfil da rede social *Instagram* dos arquivos públicos estaduais de AL, PE e SE. É comum na página inicial do *Instagram*, desses três Arquivos Públicos, a presença de informações prévias e gerais que caracterizam o acervo, isso agiliza o processo de comunicação, oferecendo para o usuário uma experiência inovadora através de um simples acesso *on-line* que dá autonomia de conhecer produtos, atividades e serviços informacionais na mídia social do arquivo.

Figuras 1, 2 e 3 – Instagram do Arquivo Público do Estado de Alagoas, Pernambuco e Sergipe



Fonte: capturado pelo autor (2020).

Com relação à adesão desses arquivos a rede social *Instagram*, criou-se o quadro 2 para demonstrar o início das publicações.

Quadro 2 – Registro de primeira publicação no *Instagram*

SIGLA	ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL	1ª PUBLICAÇÃO
AL	Arquivo Público do Estado de AL	20/10/2016
PE	Arquivo Público do Estado de PE	15/02/2016
SE	Arquivo Público do Estado de SE	05/09/2019

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Por intermédio dos dados elencados no quadro 2, percebe-se que o arquivo público de Pernambuco (PE) foi o primeiro a aderir à mídia social *Instagram*, em (fevereiro 2016), tendo como primeira publicação um conteúdo relativo ao trabalho do fotógrafo pernambucano Edvaldo Rodrigues, cuja essência era chamar atenção para os registros fotográficos da história do Estado de Pernambuco. Essa primeira postagem teve um total de onze curtidas e um comentário. Este desempenho se deve ao fato de o arquivo está iniciando a sua aparição na rede e conquistando ainda seus primeiros seguidores na rede.

Em seguida, após quase oito meses da primeira publicação do Arquivo Público de Pernambuco (PE), o Arquivo Público de Alagoas (AL) realiza a sua primeira publicação no *Instagram*, (em outubro 2016) com um convite relativo à palestra de incentivo à cultura e história de Alagoas no ano de 1817, a ser realizada na sede do próprio Arquivo. Essa primeira publicação do AL teve um total de vinte curtidas e um registro de comentário feito pelo próprio arquivo, marcando três usuários da rede.

Os indicadores de engajamento e audiência presentes nessa primeira publicação do AL refletem o que já foi sinalizado no Arquivo Público de PE, ou seja, o início da difusão dos serviços e atividades do arquivo na mídia social, o qual os primeiros seguidores ainda estão conhecendo e se aproximando do perfil oficial do arquivo, o que pode gradualmente aumentar o número de seguidor e a interação através das funcionalidades de curtir, comentar e compartilhar.

Supõe-se que a manutenção da rede social através de presença *on-line*, interação com o usuário e conteúdo atrativo, seja o gargalo para atingir um maior número de seguidores na mídia social da unidade de informação (ARAUJO, 2015).

O Arquivo Público de Sergipe (SE) é a mais recente unidade de informação que aderiu (em setembro 2019) à rede social como canal de comunicação e disseminação de produtos, atividades e serviços informacionais, conseqüentemente, isso poderá ser

caracterizado como elemento determinante com relação ao número menor na quantidade de seguidores e publicações quando comparados à mídia social do Arquivo Público de Estado de AL e PE, que estão na mídia social há mais tempo. O primeiro registro de publicação do Arquivo Público de SE refere-se ao *Projeto setembro amarelo*, criado no Brasil em 2015, para conscientizar sobre a prevenção ao suicídio. Essa primeira publicação do SE teve um total de vinte e uma curtida e zero comentário.

Em consonância com o que foram observados no Arquivo AL e PE, podemos inferir que a primeira aparição desses três arquivos no *Instagram* tende a crescer nos aspectos de audiência e engajamento na medida em que forem realizadas publicações frequentes com conteúdos atrativos e presença *on-line*.

Além dessa análise, estruturou-se o quadro 3 para comparar o número de publicações e seguidores na mídia social *Instagram* dos Arquivos Públicos analisados entre o período de dois meses de observação.

Quadro 3 – Dados sobre a rede social *Instagram* dos arquivos públicos estaduais de AL, PE e SE entre 09 de novembro de 2020 a 09 de janeiro de 2021.

SIGLA	ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL	Nº PUBLICAÇÕES 09/11/2020	Nº PUBLICAÇÕES 09/01/2021	Nº SEGUIDORES 09/11/2020	Nº SEGUIDORES 09/01/2021
AL	Arquivo Público do Estado de AL	362	402	2.475	2.583
PE	Arquivo Público do Estado de PE	169	169	1.791	1.808
SE	Arquivo Público do Estado de SE	171	172	614	633

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A partir dos dados ilustrados no quadro 3, observou-se que no dia 09 de novembro de 2020, a rede social *Instagram* do AL mantinha um total de 362 publicações e um total de 2.475 seguidores. Nessa mesma data, o PE somava um total de 169 publicações e mantinha 1.791 seguidores, e o SE mantinha um total de 171 publicações e 614 seguidores na rede.

É útil destacar que apesar de o arquivo PE ter sido o primeiro da amostragem a realizar publicação na mídia social (em 15/02/2016), percebe-se que o AL possui um número de publicação e de seguidor superior ao número do PE, mesmo tendo iniciado a

sua aparição na mídia após quase oito (08) meses (em 20/10/2016). Nessa análise, notamos que o fato de o PE ter realizado a primeira aparição na mídia social antes do AL, não lhe garantiu destaque no desempenho de publicações e aumento do número de seguidores em função da baixa frequência de publicações e presença *on-line* comparado ao AL.

Com relação ao fechamento da análise e coleta de dados, descobrimos que o AL realizou 40 publicações neste período e teve um aumento de 108 seguidores. Percebeu-se durante essa análise que o AL possui uma frequência de publicações na mídia social, chegando a uma média, de no mínimo, quatro postagens por semana.

Sobre a importância da periodicidade das publicações, Araújo (2015, p. 73) comenta que a "[...] presença *online* é o marco inicial de ingresso aos interessados em atingir um público maior e cada vez mais conectado no ambiente da *web*". Para o autor, a periodicidade de postagens e a presença *on-line* na mídia social é o elemento chave para aumentar a audiência e o engajamento na mídia.

Ainda com relação ao número de publicações de conteúdos na página do AL, percebemos que a periodicidade de postagens estabelecida por este arquivo contribuiu para o fortalecimento do diálogo e da interatividade, confirmados a partir do aumento do número de seguidores e curtidas que esse arquivo obteve no período da análise. Podemos considerar, através desses indicadores, que a mídia social do AL tem um grande potencial como canal útil de comunicação entre o usuário e o arquivo.

No entanto, o PE não realizou nenhum tipo de publicação no período de observação da pesquisa. A última publicação realizada na página ocorreu em março/2020, com uma postagem sobre a suspensão dos serviços presenciais devido à pandemia da Covid-19, que vem modificando a rotina de atendimento dos arquivos e demais instituições. O conteúdo dessa última publicação informa que alguns serviços de consulta serão mantidos de forma virtual através de *e-mail* e da rede social, até que haja uma nova orientação. Essa medida foi adotada por diversas instituições em meados de março do ano de 2020 como estratégia de controlar a contaminação e o avanço do coronavírus no país e no mundo. O número de seguidores do Arquivo de Pernambuco, nesse período de dois meses de observação, teve um baixo crescimento, apenas 17 seguidores chegaram à rede e começaram a seguir o perfil. Inferimos que esse número, não tão expressivo, quando comparado ao AL, se deve ao fato da pandemia e também da

ausência de presença *on-line*, publicação de conteúdos e atividades que engajassem e atraíssem os usuários nesse período. Nessa última publicação realizada na página do PE, um usuário comenta na publicação que já realizou diversas tentativas de contato com o arquivo via *direct*, mas não é respondido, o que reforça um problema no tempo de espera no retorno das solicitações, desconstruindo o potencial da mídia social deste arquivo específico como canal de comunicação entre arquivo e usuário.

Para Araújo (2018), estabelecer essa relação dialógica para responder os comentários e perguntas dos usuários nas publicações é um importante desafio para as unidades de informação nos ambientes digitais. É fundamental para gerar engajamento que as instituições respondam as demandas em tempo satisfatório, pois ao contrário, a rede social não terá um bom desempenho nesse ambiente perante as expectativas dos usuários. Dessa maneira, os dados analisados demonstram que a falta de publicação e a manutenção dos conteúdos na mídia social, com regularidade, deixam de gerar diálogo e interatividade entre arquivos e usuários.

O arquivo SE, no período de análise, realizou apenas uma publicação (em novembro 2020). A publicação tratou de um conteúdo sobre o dia da consciência negra. Nesse período de observação, houve o crescimento de 19 seguidores. Outra vez, inferimos que a ausência de presença *on-line* e a falta de publicação de conteúdos que engajem e atraiam os usuários não geraram indicadores expressivos comparados ao AL, que constantemente se fez presente na mídia social durante todo período de análise.

Para dar mais completude à pesquisa, criou-se o quadro 4 para apresentar os dados relativos ao número de postagens, curtidas e comentários que foram gerados no período de dois meses de análise dos três arquivos investigados.

Quadro 4 – Interação dos seguidores na rede social *Instagram* dos arquivos públicos estaduais de AL, PE e SE entre 09 de novembro de 2020 a 09 de janeiro de 2021.

SIGLA	ARQUIVO PÚBLICO DE ESTADO	POSTAGENS	CURTIDAS	COMENTÁRIOS
AL	Arquivo Público do Estado de AL	40	2.106	75
PE	Arquivo Público do Estado de PE	00	00	00
SE	Arquivo Público do Estado de SE	01	30	02

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Diante do quadro 4, percebe-se que o AL é o arquivo público estadual que mais se destacou na realização de publicações e no aumento do número de seguidores, curtidas e comentários durante o período de coleta e análise de dados.

O AL realizou um total de quarenta publicações, o que certamente fomentou o diálogo e a interação na mídia social do arquivo. Essa regularidade de publicações de conteúdos atrativos associados à presença *on-line* e às respostas rápidas às solicitações dos usuários resultou em dois mil, cento e seis curtidas e setenta e cinco comentários em dois meses de publicações.

Em torno dessas quarenta publicações, duas delas são vídeos publicados no *feed* de publicações da página do AL, sendo o primeiro com 197 visualizações e 03 comentários e, o segundo, com 251 visualizações e 0 comentários. Embora o indicador de engajamento de visualização não seja o foco dessa pesquisa, como já colocado nos procedimentos metodológicos, é importante fazer a ressalva para essas duas publicações, já que os dois vídeos foram postados de forma permanentes no *feed* e geraram engajamento que se contabilizou na análise de dados relativo aos comentários.

A publicação com mais engajamento relativo a curtidas no período de análise refere-se à postagem do AL, realizada em 18 de novembro de 2020, sobre o livro *a Escravidão em Alagoas*, de Felix Lima Júnior, publicado em 1975, resultando em 116 curtidas e 03 comentários na publicação.

Com relação ao indicador com mais engajamento relativo a comentário, destacam-se as publicações feitas em 11 de novembro de 2020 e 07 de dezembro de 2020, ambas com 07 comentários. A primeira refere-se aos 62 anos de emancipação política do Município de Boca da Mata, em Alagoas e, a segunda, sobre os feitos de Moacir Medeiros de Sant'ana no estado de Alagoas, destacando-se as publicações de suas obras em livros.

A interação no perfil do *Instagram* dos arquivos públicos estaduais de PE e SE, não teve desempenhos expressivos de engajamento e audiência quando comparados ao AL. Na mídia social do PE não houve nenhuma interação no período de análise da pesquisa, pois a última publicação ocorreu no mês de março de 2020, com um comunicando informando a suspensão dos serviços presenciais em decorrência da pandemia. Até o fechamento da análise e coleta de dados, a instituição arquivística de PE não desenvolveu nenhuma atividade na mídia social que pudesse gerar interação e diálogo entre o arquivo e o usuário do serviço de arquivo.

Na tentativa de identificar elementos que justificasse o melhor desempenho atribuído ao arquivo do AL comparado ao PE e SE, descobrimos através de troca de mensagens via *direct*, que há uma jornalista especialista em Comunicação e *Marketing* para tratar das publicações e da imagem do Arquivo na mídia social *Instagram*. Certamente, essa variável contribuiu de algum modo para que essa unidade de informação pudesse priorizar essa atividade e, se destacar na frequência de publicações e na resposta de mensagens, perguntas e comentários dos usuários nas publicações.

Com relação ao SE, observou-se que não houve uma periodicidade de publicações no período analisado. O SE realizou somente uma publicação no mês de novembro sobre o Dia da Consciência Negra, o qual obteve trinta curtidas e dois comentários. Após essa publicação, não realizou nenhum tipo de aparição na mídia social.

Se os arquivos de PE e SE investissem de forma parecida ao arquivo de AL, disponibilizando um profissional para tratar da mídia social, a comunicação entre arquivos e usuários e os indicadores de engajamento e audiência estariam sendo representados por números expressivos de interação, seja por curtidas ou comentários, como bem acontece no arquivo de AL, através das publicações regulares com conteúdos atrativos que estimularam a interação e o crescimento de seguidor na página.

As mídias sociais devem ser vistas, principalmente no cenário atual de pandemia, como uma forma das unidades de informação dar continuidade à realização de suas atividades, produtos e serviços de forma virtual. Outro fator que poderia refletir em um resultado atuante e efetivo no uso das mídias sociais, seria o fato de cada uma dessas duas instituições dispor de instrumento normativo interno que estabelecesse diretrizes sobre a criação, periodicidade e manutenção de publicação de conteúdo em mídia social. A elaboração de um Plano Anual de Publicação de Conteúdo em Mídia Social de Arquivo (PAPCMS-Arq), pode ser uma estratégia potente para os arquivos públicos estaduais criarem o hábito de realizarem publicações com mais frequência nas mídias. O PAPCMS-Arq pode ser construído pensando na divulgação de produtos, eventos, atividades, serviços e publicações científicas da área de arquivo. Além disso, pode ampliar o escopo se concentrando em divulgar o acervo histórico da instituição, a formação em arquivologia, o campo de atuação do arquivista, dica de leitura na área, data comemorativa ao dia do arquivista, curiosidades em relação ao arquivo, dicas de como

organizar, classificar, descrever, preservar, restaurar documentos, digitalizar dentre outras atividades e ações.

5 CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa apontam que existe interação dos seguidores na rede social *Instagram* dos arquivos públicos estaduais, o que traduz para nós a possibilidade de considerar a rede social como um canal de comunicação entre arquivos e usuários de serviço de informação.

A análise dos dados a partir das métricas de engajamento e audiência realizada na rede social dos três arquivos durante a análise revelou que o Arquivo Público do Estado de Alagoas (AL) é o que mais possui presença *online*, pois toda semana há publicação de conteúdo, deixando evidente para o usuário que se trata de uma mídia social ativa que a todo o momento está sendo atualizada com conteúdos, programações, atividades, eventos e serviços, o que pode despertar e realçar o interesse do usuário de seguir e/ou continuar acompanhando a página para se manter atualizado nesse âmbito de informação.

O Arquivo Público do Estado de Alagoas tem como privilégio uma jornalista especialista em Comunicação e Marketing para tratar das publicações e da imagem do arquivo na mídia social. Logo, essa variável os coloca em vantagem aos outros dois arquivos analisados com relação ao desempenho na mídia, o que não impede que o trabalho possa ser desenvolvido por outro profissional que atue no arquivo e possua interesse em gerenciar o perfil como um canal de comunicação.

Com relação ao Arquivo Público do Estado PE e SE, ambos necessitam estabelecer periodicidade de publicações e conteúdo com linguagem acessível, além de presença *online* para atrair e engajar os usuários que buscam pelos serviços de arquivo.

Acreditamos que o caminho para desenvolver e melhorar o desempenho dos arquivos nas mídias sociais é perceber o potencial que as redes sociais vêm ocupando na sociedade como canal de comunicação e continuação de atividades, produtos e serviços de forma virtual.

Inferimos que os usuários escolhem seguir produtos, atividades e serviços informacionais que mais atendem às suas necessidades e, isso faz com que as

organizações pensem em inovar e trazer conteúdos para captar e reter seus usuários em suas mídias sociais. Se não existir esse olhar, certamente, a experiência com o usuário não será eficiente e, é provável que as pessoas deixem de usar o serviço e conseqüentemente parem de seguir a página nos ambientes virtuais, pois um dos fatores que mantem o crescimento da página é justamente a frequência de publicações e a presença *on-line*.

Diante do exposto, recomenda-se que os arquivos públicos estaduais e demais unidades de informação criem um PAPCMS - Arq, que definam as diretrizes e a periodicidade de publicações nas mídias sociais para o fortalecimento da comunicação entre os arquivos e os usuários da informação.

Contudo, a rede social *Instagram* pela natureza de abranger um número gigantesco de pessoas, pode ser um potencial para promover, valorizar e dar visibilidade às atividades realizadas nos arquivos.

REFERENCIAS

ARAUJO, Ronaldo Ferreira; ARAÚJO, Janiele Oliveira de. O uso das redes sociais como estratégias de marketing em unidades de informação: estudo de caso da biblioteca pública Estadual Graciliano Ramos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v 14, n. 2, 176-196, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/73>. Acesso em: 07 out. 2020.

ARAUJO, Ronaldo Ferreira de. Marketing científico digital e me tricas alternativas para periódicos: da visibilidade ao engajamento. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte v.20, n.3, p.67-84, jul. /set. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2402>. Acesso em: 22 jun. 2016.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Aba institucional**. Disponível em: <http://arquivopublico.pe.gov.br/institucional/>. Acesso em: 15 dez 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. **Arquivo Público de Sergipe: memória e cultura são preservadas**. Disponível em: <https://al.se.leg.br/arquivo-publico-de-sergipe-memoria-e-cultura-sao-preservados/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 244 p.

GABRIEL, Martha. *Marketing na Era digital: conceitos, plataformas e estratégias*. Editora Novatec, São Paulo, 2010.

GARCIA, Isabele Oliveira dos Santos; SÁ, Maria Irene da Fonseca e. Bibliotecas no Instagram: um estudo sobre o uso do aplicativo por unidades de informação.

Prisma.com: Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação, Porto, n. 35, p. 108-151, 2017. Disponível em: <http://twixar.me/cwpK>. Acesso em: 07 out. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002. *IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2020*. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020>. Acesso em: 27 jan. 2021.

KOTLER, Philip, *et al.* Marketing 4.0: do tradicional ao digital. Editora Sextante, Rio de Janeiro, 2017.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação Organizacional na era digital: contextos, percursos e possibilidades. Trabalho apresentado no IX Congresso Ibero-americano de Comunicación - "El espacio iberoamericano de Comunicación en la era digital".

Disponível em:

<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/viewFile/3714/3379>. Acesso em: 22 nov. 2020.

NEVES, Barbara Coelho. Aproximação conceitual e possibilidades do marketing digital: o bibliotecário estrategista em mídias sociais. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 214-225, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/39354>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VOLPATO, Bruno. Ranking das redes sociais 2020: as mais usadas no Brasil e no mundo, insights e materiais gratuitos. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 27 jan. 2021.

ARQUIVO PESSOAL ÁTILA ALMEIDA:

Organização e preservação de acervo permanente pelas lentes da Arquivologia

Larissa Fernandes Silva¹

RESUMO

Os arquivos permanentes são fundamentais para salvaguardar documentos que contêm informações relevantes, seja para a cultura regional, memória social ou demais áreas. Quando algumas personalidades regionais possuem acervos valiosos e estes são adquiridos por uma instituição, é necessário traçar métodos de organização, preservação e conservação. Nesse viés, essa pesquisa bibliográfica tem por objetivo apresentar o quadro de arranjo do Arquivo Pessoal Átila Almeida como instrumento de organização desse arquivo permanente, destacando as ações básicas de preservação e conservação como áreas fundamentais para manter acessível a história, memória, cultura e literatura através dos documentos. Diante disso, revisamos a evolução da Arquivologia como campo científico, trouxemos as definições e características de um arquivo pessoal e um arquivo permanente, destacando também os conceitos de preservação, conservação e restauro enfatizando algumas técnicas básicas. Além disso, dedicamos um tópico para destacar a biblioteca de obras raras Átila Almeida e o Arquivo Pessoal de Átila Almeida, bem como, sendo o objetivo desse estudo: o quadro de arranjo de um dos seus fundos arquivísticos concluído. Por fim, reforçamos a importância de as instituições reconhecerem a relevância e potencial informativo dos arquivos permanentes e sugerimos a elaboração de uma política de conservação preventiva.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal; Arquivo Permanente; Conservação preventiva; Biblioteca de Obras Raras; Átila Almeida.

ÁTILA ALMEIDA PERSONAL ARCHIVE: Organization and preservation of a permanent archive through the lens of Archivology

ABSTRACT

Permanent archives are essential to safeguard documents that contain relevant information, whether for regional culture, social memory or other factors. When some regional personalities have valuable collections and these are acquired by an institution, it is necessary to outline methods of organization, preservation and conservation. In this perspective, this bibliographical research aims to present the arrangement framework of the Átila Almeida Personal Archive as an instrument of organization in a permanent archive, highlighting the basic actions of preservation and conservation as fundamental areas to keep history, memory, culture and literature accessible through the documents. Therefore, we review the evolution of archivology as a scientific field, bring the definitions and characteristics of a personal archive and a permanent archive, also highlighting the concepts of preservation, conservation and restoration and we emphasize some

¹ Mestranda | UEPB | larissafernandes.arquivista@gmail.com

basic techniques. In addition, we dedicate a chapter to highlight Átila Almeida's Raras Works Library and Átila Almeida's Personal Archive, as well as the objective of this study: the arrangement chart of one of its completed archival funds. Finally, we emphasize the importance of institutions recognizing the preciousness of permanent archives and suggest the elaboration of a preventive conservation policy.

Keywords: Personal Archive; Permanent Archive; Preventive conservation and preservation; Rare Works Library; Atila Almeida.

1 INTRODUÇÃO

Na Arquivologia, a chamada Teoria das Três Idades possibilitou, conforme o grau e relevância de utilização, dividir os arquivos em três tipos: corrente, intermediário e permanente, cada um correspondendo ao ciclo de vida dos documentos de acordo com o tempo de uso e função pela qual foi criado.

No caso dos arquivos permanentes, seus documentos na maioria dos casos podem ter caráter probatório, fazem parte da cultura regional, resguardar a memória local ou pessoal, ter relatos da história local, obras literárias, notícias de jornais de outras épocas, dentre outros fatores que só enfatizam o alto valor histórico e social de suas obras.

Tudo isso faz com que seja fundamental preservar e conservar os documentos que compõe um acervo permanente, realizando alguns procedimentos que serão mencionados ao longo desse trabalho, destacando que a prevenção evita danos ao suporte da informação, comprometendo assim, o acesso às suas informações.

Assim, essa pesquisa destaca o Arquivo Pessoal Átila Almeida, tendo em vista que é um arquivo permanente e faz parte da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (que contém a maior coleção de cordeis da América Latina), que possui documentos referentes à vida do professor Átila Almeida, uma personalidade regional que obteve destaque principalmente entre as cidades paraibanas de Areia e Campina Grande devido às suas contribuições para a literatura e cultura regional.

No conjunto documental é possível encontrar diversos documentos de outras personalidades que contribuíram para a história da Paraíba, como o advogado e historiador Horácio de Almeida (pai de Átila de Almeida), que contribuiu para a fundação da Academia Paraibana de Letras, da antropóloga Ruth Almeida (esposa do Prof. Átila de Almeida). (NASCIMENTO, 2013).

O objetivo desse estudo é apresentar o quadro de arranjo do Arquivo Pessoal Átila Almeida como instrumento de organização em um arquivo permanente, destacando as ações básicas de preservação e conservação como áreas fundamentais para manter acessível à história, memória, cultura e literatura através dos documentos.

Esse artigo é de natureza qualitativa do tipo bibliográfico e está dividido em Introdução, seguindo com os tópicos: 2- A Arquivologia como campo científico: aspectos basilares; 3-Arquivos permanentes: conservação e preservação de acervos; 4 A Biblioteca de Obras Raras Átila e o Arquivo de Átila Almeida: cultura, história e literatura regional; 4.1- Quadro de arranjo do fundo Átila Almeida; 5 Considerações Finais e Referências.

2 A ARQUIVOLOGIA COMO CAMPO CIENTÍFICO: Aspectos basilares

Antes mesmo do surgimento do termo Arquivologia como área de estudo dos documentos arquivísticos, os Arquivos em si já existiam. Segundo Reis (2006), eles passaram a existir a contar do início da escrita trabalhando para a sociedade, originando-se de modo natural, no âmbito das Antigas Civilizações do Médio Oriente, há aproximadamente alguns milênios atrás. Independente da estrutura que possuíam antigamente, um ambiente em que comportasse documentos desenvolvidos por uma entidade ou um ser, disposto de modo ordenado, já poderia ser identificado como arquivo, assim como define Paes (2006, p.16):

[...] é a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos, visando a utilidade que poderão oferecer no futuro.

Desse modo, quanto mais a sociedade evoluía, a produção de documentos e busca por meios de acessá-los aumentava, conseqüentemente, o lugar que resguardava as informações que continham nesses documentos era responsável por gerenciar, organizar e dispor quando solicitado. Em virtude disso, os Arquivos aumentavam de tamanho e valor social, pois começavam a serem vistos como um ambiente que fornecia conteúdos para o ser humano agregar conhecimento, se assim desejar.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.37), Arquivologia é a “disciplina que estuda as funções do arquivo [...] os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação utilização dos

arquivos [...], também chamada arquivística.” Ao inserir “funções do arquivo” e não apenas “os arquivos”, é indicado uma abrangência ao termo em estudo, pois apresenta o arquivo não apenas o patrimônio ou local físico, mas tudo que ele compõe.

Um dos marcos que contribuiu para oficializar a consolidação da Arquivologia como disciplina foi durante a Revolução Francesa. A função que os documentos passaram a desempenhar e o seu valor social, modificou o conhecimento que possuíam sobre o que de fato um arquivo representava, pois, este, resguardava informações que comprovavam os acontecimentos históricos da época. Nessa ambiência, tornou-se perceptível que os documentos precisavam ser organizados, mais do que isso, as informações contidas neles precisavam ser preservadas para que pudessem manter os registros históricos e que estes perpassassem durante o futuro da sociedade, a qual saberia como tudo de fato ocorrera.

A Arquivística emerge como disciplina, mas com o estatuto de ‘auxiliar’ da Ciência Histórica, ligando-se à Paleografia e à Diplomática, dentro dos parâmetros metodológicos do conhecimento histórico. Os arquivos passaram, muitas vezes, a ser geridos por pessoas sem formação administrativa, que, ativamente, provocaram a desagregação de muitos acervos documentais. (RIBEIRO, 2011, p.61).

Desse modo, a falta de profissionais especializados e de embasamentos teóricos que contribuíssem para revitalizar e estabelecer as normas adequadas na organização dos arquivos naquela época ocasionou uma desordem nos documentos. Além disso, a Arquivologia por volta do século XIX passou um bom tempo sendo vista como integrante da paleografia, onde havia uma certa limitação quanto ao seu desenvolvimento.

No processo histórico da Arquivologia, entre o complexo reconhecimento da área como técnica ou disciplina efetiva de grande proporção social, em 1898 outro momento a ser destacado no firmamento da Arquivologia foi a criação do Manual de Arquivistas Holandeses dos autores S. Muller, J. H. Feith e R. Fruin. Como afirma Ribeiro (2011), tal edição apontou uma nova fase em que, finalmente os preceitos arquivísticos estariam formalmente estabelecidos com fundamentos e aplicações de teoria e prática, fazendo com que fosse desprendida da área que a interligava. O olhar para a arquivística transforma-se, bem como o aumento de pesquisas que contribuíssem com a construção de temas e conceitos pertencentes a esta.

Diversos eventos tiveram sua origem nos Estados Unidos, e, no caso da Arquivologia, um destes foi o *Records Management* (gestão de documentos), que segundo Indolfo (2007), o intuito na época era evidentemente administrativo e econômico mais do

que arquivístico, pois viabilizava a otimização da administração, reduzindo a quantidade de documentos gerados e o prazo de guarda.

A gestão documental hoje engloba diversas atividades pertinentes para a Arquivologia, pois, se realizada de modo adequado, visa à organização, classificação, armazenamento, conservação, acesso e futura recuperação dos documentos que fazem parte da memória de uma organização. Nesse contexto, a gestão pode ser considerada o carro chefe desta área, como informa Medeiros e Amaral (2010, p. 298):

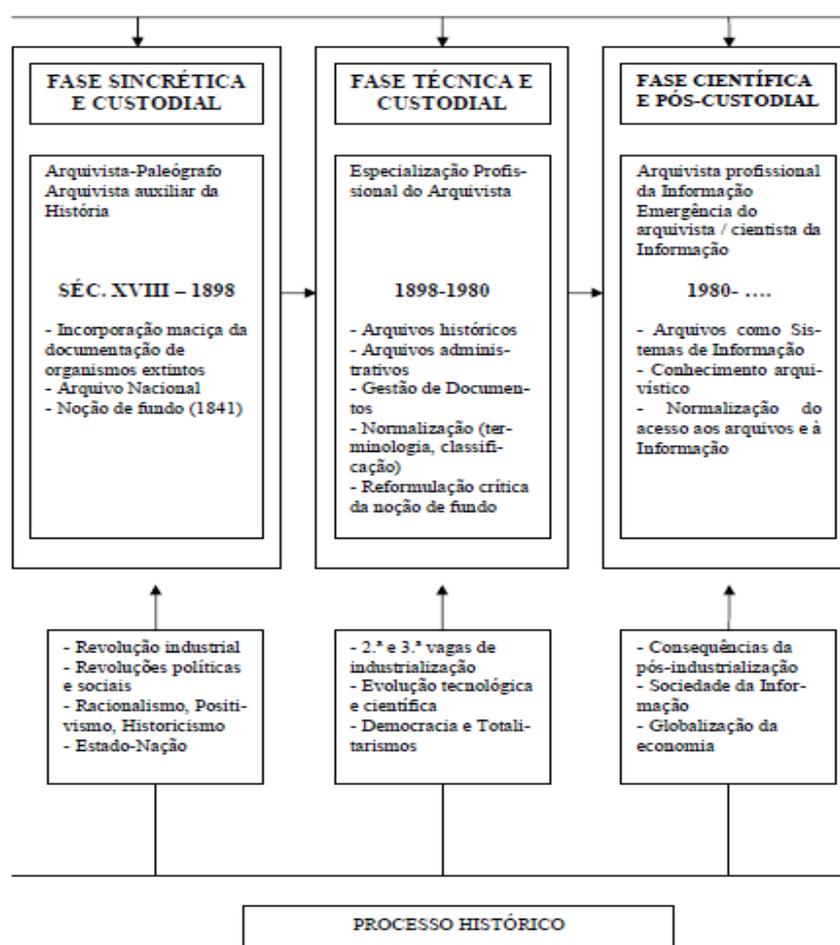
A Gestão de documentos é um processo arquivístico que, com menor custo e maior eficiência, busca intervir no ciclo de vida dos documentos, visando reduzir, seletiva e racionalmente, a massa documental a proporções manipuláveis até que ela tenha destinação final [...] para isso, adota-se um conjunto de procedimentos e operações técnicas, visando a racionalização do planejamento, capacitação, promoção, controle, fluxo, tramitação, uso, avaliação, seleção, organização, arquivamento, manutenção, disponibilização, acesso, e conservação dos documentos [...].

Com o intuito de amenizar os impactos causados pela Segunda Guerra Mundial e de acordo com a necessidade de organizar as atribuições dos países diante da nova área que se ampliava, é elaborado em 1948 pela UNESCO o Conselho Internacional de Arquivo. A criação deste tem por finalidade padronizar e analisar tudo referente aos arquivos em âmbito mundial, no qual cada país, mesmo se inspirando nas teorias estabelecidas pelos demais, recriavam seus métodos para administrar os documentos.

Nesse contexto, a Arquivística que foi aparecendo em meio ao caos documental pós-guerra, foi se estabelecendo internacionalmente, despreendeu-se de outras disciplinas ganhando mais visibilidade e sofreu reviravoltas paradigmáticas durante as Revoluções Industrial e Tecnológica.

Para auxiliar na compreensão do processo histórico que perpassou diante também das quebras e construções paradigmáticas que percorreu e prossegue, podemos observar as fases desse processo histórico da Arquivologia e as características de cada uma, conforme a figura 1:

Figura 01: Os pontos do avanço histórico da Arquivologia



Fonte: Ribeiro (2011, p.63).

Podemos notar que, na fase sincrética, temos a Arquivologia ligada aos ensinamentos e práticas de duas das áreas que contribuíram para o seu firmamento: a paleografia e a história. Destaca-se nessa fase, o conceito de fundo, uma das bases correspondente posteriormente a um dos Princípios Arquivísticos mais destacados que é o princípio de proveniência ao qual estabelece o respeito aos fundos de acordo com a origem do documento sem misturá-lo com demais fundos. Além disso, o marco dessa época também foi a criação do Arquivo Nacional, na época, nomeado como Arquivo Público do Império. Vale ressaltar que, as revoluções industrial, política e social, trouxeram mudanças significativas para a sociedade e isso influencia diretamente no firmamento não só da Arquivologia, mas também de outras áreas.

Na segunda fase, a área surge como ciência, começando a caminhar a partir dos estudos teóricos que deram ênfase como campo científico e trouxeram ao meio acadêmico

a formação do Arquivista. No Brasil, o curso foi instaurado na década de 70 primeiramente na Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). O avanço tecnológico também proporcionou alterações no modo com o qual a informação estava disposta em um suporte físico e até mesmo a alteração deste, do acesso e da comunicação.

Já na última fase até a atualidade, pelo progresso científico e tecnológico contínuo, começam a surgir novas demandas, novas atividades, funções, técnicas e conceitos, principalmente no que diz respeito a preservação dos documentos que, agora direcionam-se também para o suporte eletrônico e digital, além também da busca para possibilitar o acesso prático aos usuários de arquivos e a organização de acervos com novas ferramentas e equipamentos para aprimorar a funcionalidade dos arquivos, quebrando assim, barreiras informacionais ligadas ao acesso à informação arquivística.

3 ARQUIVOS PERMANENTES: CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ACERVOS

Os documentos de arquivo possuem um ciclo de vida que perpassa alguns setores de uma instituição de acordo com a função pela qual ele foi criado e de seu uso por quem o produziu. Portanto, é a partir do ciclo vital dos documentos que reconhecemos em qual fase o documento se encontra, de acordo com a chamada Teoria das Três Idades que, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivologia (2005), é a Teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com seu uso por quem o produziu e a identificação de seus valores primário e secundário.

Para Bellotto (2005) “o ciclo vital dos documentos administrativos compreende três idades”. A partir da afirmação de Bellotto (2005), Costa Filho e Sousa (2016) enfatizam que a primeira idade é a dos arquivos correntes, que se caracteriza pelos documentos produzidos durante o seu uso funcional, administrativo, jurídico, ou seja, a utilização está ligada às razões pelas quais foram criados. Adicionalmente, a autora estabelece que a permanência dos documentos nessa fase está relacionada a tipologia/função dos documentos.

A segunda idade, chamada de arquivo intermediário, contém os documentos que já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativo, mas ainda podem ser usados por quem o produziu. E a última idade é chamada de arquivo permanente que tem seus documentos preservados e conservados definitivamente a fim de a custódia zelar

pelo patrimônio documental e possibilitar o acesso futuramente. Nessa ambiência, destacamos aqui o arquivo ao qualos documentos do ambiente desse estudo estão: O arquivo permanente.

Para Paes (2006, p.121), esse arquivo tem como finalidade:

[...] reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, de uso não-corrente, ou seja, concentrar sob sua custódia, conservar e tornar acessíveis documentos não-correntes, que possam tornar-se úteis para fins administrativos, pesquisas históricas e outros fins.

A organização de um arquivo permanente se difere dos demais tipos de arquivo, pois seus documentos não são mais movimentados para corresponder a razão pela qual foi criado. Entretanto, eles não devem estar de forma desordenada, já que isso iria dificultar a recuperação, acesso e a preservação destes. Na Arquivologia, a classificação, avaliação e descrição devem ser realizadas desde a produção do documento, e, no arquivo permanente, duas técnicas precisam estar associadas a organização desse arquivo: o Arranjo e a descrição.

Para Bellotto (2004), arranjo é a operação de ordenação dos documentos arquivísticos oriundos da avaliação documental que possuem valor permanente, respeitando o caráter orgânico dos documentos. Diante disso, a partir da avaliação, como a autora destacou, é possível elaborar o quadro de arranjo que irá auxiliar na localização dos documentos, já que, a partir da identificação de suas tipologias e espécies, o quadro de arranjo mostrará as séries e subséries documentais, organizando assim, a estrutura do arquivo respeitando cada fundo arquivístico em cada quadro.

Já no caso da descrição, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística afirma que é “o conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 59). Tais instrumento de pesquisa citados na definição da descrição, podem ser, por exemplo, guias, inventários ou glossários, que são extremamente úteis ao arquivo, possibilitando o acesso aos documentos.

Bellotto (2004), ainda destaca que a descrição propõe-se a elaboração de instrumentos de pesquisa que permitam identificar, rastrear, localizar e usar documentos e/ ou informações, a fim de subsidiar pesquisas de cunho social e histórico, além disso, a

descrição possibilita a identificação localizarem os fundos, as séries e as unidades documentais em um arquivo permanente.

Portanto, os documentos desses arquivos devem ser preservados definitivamente, e, para que isso ocorra, existem métodos de conservação e preservação dos documentos que compõe o acervo, bem como, quando necessário, aplica-se também as técnicas de restauro. Para compreender essa tríade de termos, Cassares (2000, p. 12), apresenta a definição de cada um, sendo-os os seguintes:

Preservação: é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.

Conservação: é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

Restauração: é um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico.

Diante disso, existem algumas atividades técnicas que são realizadas para preservar o acervo e que são incluídas em uma política ou plano de conservação e preservação que, seguindo as normas do Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ), podem ser elaborados em cada acervo de uma forma que atenda às suas especificidades e tipo de obras.

Quando falamos em conservação e preservação, é necessário estar atento aos fatores que podem acelerar o processo de deterioração dos documentos. No que se refere ao suporte de papel, este é composto por celulose, com isso, os maiores agentes que vão degradar o papel é a própria acidez que ele contém e o processo de oxidação. Além disso, a celulose atrai o que chamamos de agentes biológicos (baratas, traças, cupins e até fungos), que são capazes de deixar perfurações em diversas páginas de livros ou dossiês documentais. A temperatura e umidade relativa, radiação de luz e qualidade do ar, também são fatores que podem acelerar a degradação e prejudicar a conservação dos documentos.

Nascimento (2013, p. 16), atesta que “se faz necessário que a elaboração da conservação preventiva, garanta que os documentos não necessitem de uma restauração. Ademais, esse processo interfere física e quimicamente no suporte de papel.”

Quando mencionamos conservação preventiva, notamos que esta é primordial e existem algumas recomendações para retardar o processo de deterioração dos documentos. Nesse viés, as instituições tem inteira responsabilidade para elaborar uma política de conservação preventiva com base nas causas de deterioração, devendo incluir, alguns aspectos, como:

- **Higienização-** A higienização dos documentos, segundo Spinelli (2010, p. 01), “descreve a ação de eliminação das sujidades generalizadas que se encontram sobre os livros e os documentos e a eliminação de seus agentes agressores.” Essa atividade deve ser realizada de forma periódica em todas as obras, com alguns equipamentos específicos como a mesa de higienização, pinceis com cerdas macias, extraindo cliques e grampos dos documentos (se ainda houver), passando o pincel para que a mesa – que contem uma espécie de aspiração- absorva as sujeiras. Outro instrumento que pode ser utilizado, de acordo com Spinelli (2010) é o pó de borracha. Com o pó dentro de uma trouxa de gases ou pano passando levemente sobre todo o documento, após isso, é possível remover o pó com o pincel citado anteriormente.
- **Temperatura e umidade do ar-** Como já aqui mencionado, esse é um fator ambiental que, dependendo do nível, pode agredir os documentos acelerando a sua deterioração. Cassares (2010) aponta que o mais recomendado é manter a temperatura o mais próximo de 20°C e a umidade entre 45% a 50% e um equipamento que auxilia nesse controle é termo-higrômetro que é capaz de medir tanto a temperatura quanto a umidade ao mesmo tempo.
- **Iluminação-** As lâmpadas utilizadas nos ambientes podem emitir radiação de luz, bem como janelas que estejam direcionadas às estantes em que estão as obras e documentos. Um desses perigos ocorre através dos raios ultravioleta. Nesse sentido, é necessário verificar se as obras estão recebendo diretamente esses raios e também, se as lâmpadas são fluorescentes, pois estas também emitem radiação. No caso da iluminação, Cassares (2010), indica que as janelas devem ser protegidas por cortinas ou persianas que bloqueiem o sol, o que também contribui para o controle de temperatura, diminuindo o calor no ambiente. Uma opção são os filtros feitos de filmes especiais também ajudam a diminuir a radiação.

Essas são apenas algumas medidas capazes de auxiliar na conservação do acervo, seja arquivo ou biblioteca. A conservação preventiva é capaz de diminuir as ações que oxidam e deterioram os documentos para que não precisem de intervenção através de restauro, pois, muitas vezes os danos são tão graves que podem ocorrer a perda de informações valiosas. Veremos a seguir, o ambiente desse estudo que abriga tanto obras bibliográficas quanto documentos não convencionais.

4 A BIBLIOTECA DE OBRAS RARASE O ARQUIVO DE ÁTILA ALMEIDA: cultura, história e literatura regional

A Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida foi implantada na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 2004, após doação do Governo do Estado da Paraíba que adquiriu o acervo do professor Átila Almeida em 2003, a partir da sua esposa e viúva Ruth Almeida.

Observando a grandiosidade e relevância das obras que compõe o acervo, a UEPB assumiu portanto, o compromisso de organizar, gerenciar, conservar e conduzir o acesso e a difusão das coleções dessa Biblioteca que é composta por livros, cordéis, jornais e periódicos. Com o passar dos anos, outros acervos de demais personalidades regionais foram adquiridos, como: Raymundo Ásfora, Gilmar de Carvalho, Manoel Monteiro e Severino Bezerra de Carvalho. (BIBLIOTECA ÁTILA ALMEIDA, s.d.).

Com mais de 20 mil cordéis, a Biblioteca é considerada a maior do gênero na América Latina. Esse é um dos gêneros mais procurados pelos usuários, como também o Jornal Diário da Borborema que foi adquirido em 2015. Esse Jornal campinense circulou durante 54 anos, deixando de ser publicado em 2012. Considerado uma das maiores fontes de informação da cidade, as notícias jornalísticas retratam e comprovam fatos marcantes e memorialísticos da história e cultura de Campina Grande. As imagens a seguir encontram-se no site da Biblioteca, correspondendo a cada catálogo das obras disponíveis:

Imagem 01: Cordeis do acervo

Fonte:Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida- UEPB (2021).

Todas as obras que estão disponíveis para acesso podem ser pesquisadas em cada catálogo na página inicial do site. Os usuários podem acessar, anotar o código das obras que necessita, agendar dia e horário no mesmo site.

Imagem 02: Jornal Diário da Borborema

Fonte:Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida- UEPB (2021).

Cada catálogo na página inicial do site apresenta um tópico com imagem que faz referência às suas obras e uma breve descrição. Dessa forma, a praticidade de acesso destinada aos usuários torna-se efetiva e gera bastante demanda, já que os usuários utilizam tais fontes de informação para auxiliar em suas pesquisas.

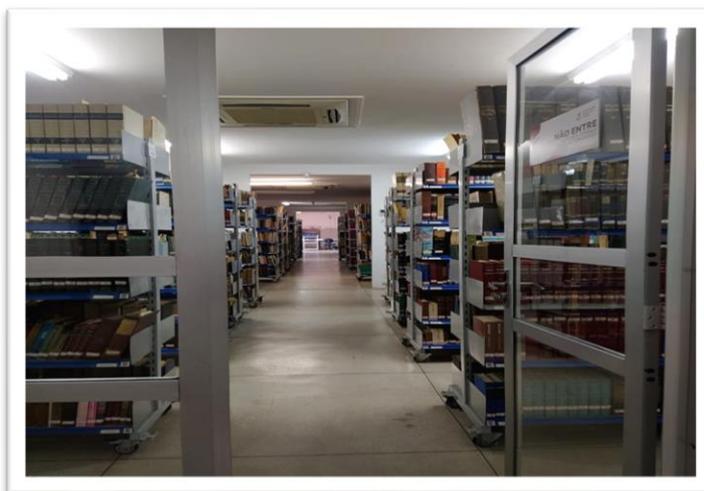
Alguns acervos de bibliotecas, arquivos e museus tem em comum a relevância histórica e social diante de suas obras, documentos e artefatos que são capazes de reproduzir informações, acontecimentos, comprovar fatos e acontecimentos referentes a pessoas, instituições e a história local, regional ou nacional de um povo.

Concomitante a isso, Rodrigues (2015, p. 243) aponta que:

[..] as bibliotecas passaram ao longo do tempo a ser identificadas como organismos culturais, instituições onde se promove a salvaguarda do patrimônio bibliográfico, estabelecimentos onde é possível ter acesso ao conhecimento produzido e acumulado pelos seres humanos, lugares onde a memória coletiva encontra sua materialização através do registro escrito e de onde é possível obter referências por meio das quais nossa memória individual e coletiva e nosso patrimônio cultural se fazem perceber.

Nesse viés, quando a autora enfatiza o termo patrimônio bibliográfico, é possível identificar que a Biblioteca de Átila Almeida também possui essa característica, já que as suas obras têm valor histórico, literário e cultural, não devem ser descartados e sim preservados para que toda informação contida no acervo sirva de fruto do conhecimento para demais gerações de usuários e salvaguardar a memória regional.

Imagem 03: Entrada do Acervo da Biblioteca e do Arquivo



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Observa-se que o ambiente físico influencia na conservação das obras, portanto, é necessário materiais específicos para acondicionar cada tipo de obra, manter a higienização, climatização e demais fatores (como já enfatizado) que devem ser realizados de forma contínua. Além das estantes na Imagem 03, temos estantes para os documentos do arquivo, mapoteca, folhas de Ph neutro, controle de umidade e temperatura e demais ferramentas que auxiliam na conservação. Ao fundo do corredor na Imagem 03, temos a sala de processamento técnico ao qual realizamos as atividades inerentes ao acervo.

Já no Arquivo, temos documentos referentes à três personalidades: Átila Almeida, Horácio de Almeida (seu pai) e Ruth Almeida (esposa de Átila). Esses documentos vieram junto com as demais obras e foram separados para a instalação e organização de seu

Arquivo Pessoal, que fisicamente, encontra-se em uma sala dentro do acervo da Biblioteca.

Imagem 04: Átila, Ruth Almeida e os filhos



Fonte: Arquivo Pessoal Átila Almeida.

De início, foi realizado o diagnóstico do arquivo, sendo identificadas diversas atividades técnicas a serem realizadas, uma delas, é o registro de todo documento que compõe o acervo, já que, até o momento não havia nenhum inventário para identificar e deixar registrado para que outras atividades pudessem ser desenvolvidas, como por exemplo um catálogo que é um instrumento de pesquisa para possibilitar que os usuários conheçam os documentos e escolha o que necessita acessar.

Dentre estes, foram identificados diversas espécies e tipologias, em um trabalho árduo e detalhado, pois, apesar do arquivo ser considerado de pequeno porte, existem recortes de folhas soltas, poemas, canções, documentos acadêmicos, cartas, convites, cartões e documentos de identificação pessoal e profissional, ao qual podemos ver na Imagem 05 a seguir:

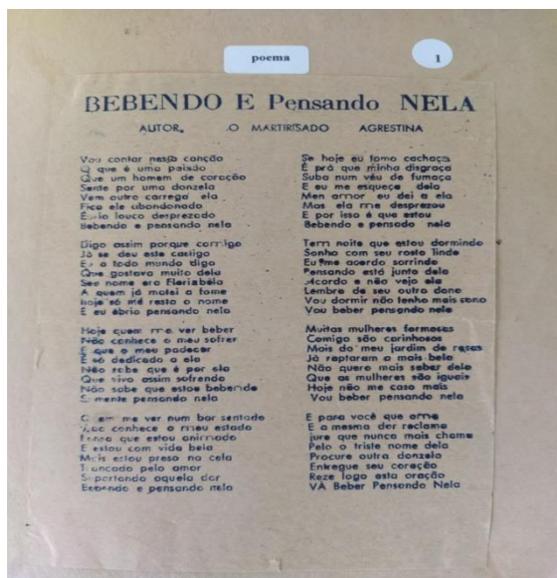
Imagem 05: Carteira de Identidade



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Na imagem 06 a seguir, podemos ver outro tipo de documento que faz parte do acervo. No caso, os poemas:

Imagem 06: Poema solto



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Os poemas estavam enumerados, porém não tinham registro em nenhum local sobre título, autor, ano e quantidade de poemas existentes no arquivo. Diante disso, os diversos documentos passaram por avaliação para serem registrados em planilhas, seguindo as séries e subséries as quais eram identificados a partir de sua tipologia. Diversos documentos do arquivo são de terceiros que eram guardados e faziam parte do acervo do prof. Átila, ou seja, o arquivo contém documentos não apenas de sua autoria, mas engloba todo dossiê que fazia parte de seu arquivo pessoal, por aquisição, guarda de seu interesse, coleção, dentre outros.

Nesse viés, Oliveira e Macêdo (2016, p.3), aponta que:

Os arquivos pessoais refletem, por meio de seus documentos, as atividades e funções sociais de seus produtores ao longo de suas vidas e também, por consequência, de seus interlocutores. São registros de ações e relações familiares, sociais, afetivas, políticas, intelectuais, de negócios e tantas outras também criadas para instrumentalizar a vida de um indivíduo em sociedade.

Portanto, a riqueza de organizar documentos de um Arquivo Pessoal é trazer não só o olhar técnico da área, mas também a humanização de preservar os documentos utilizados pelo autor ou objetos significativos, resguardando as contribuições e memória de, nesse caso, Átila Almeida, que promoveu diversas contribuições literárias não só para

a área, mas para a cultura regional e esta, se faz necessário manter viva de forma acessível, perpetuando de geração em geração.

4.1 Quadro de arranjo do fundo Átila Almeida

Atualmente, o Arquivo Pessoal Átila Almeida está passando por organização de seus documentos para que possam ser acondicionados de forma adequada em seu ambiente físico que também está sendo reformado. Para isso, já foi realizado o diagnóstico do arquivo e demais atividades que foram sendo exercidas de acordo com este e com as demais técnicas para a organização dos documentos. Como mencionado na revisão da literatura, o arranjo é uma atividade essencial que, junto a descrição, busca através das tipologias e espécies documentais, apontar os fundos, séries e subséries. Nessa ambiência, apresentamos o quadro de arranjo de um dos 03 fundos que compõe o arquivo na Tabela 01 a seguir:

Tabela 01: Quadro de arranjo do fundo Átila Almeida

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS ÁTILA ALMEIDA ARQUIVO PESSOAL ÁTILA ALMEIDA		
QUADRO DE ARRANJO- FUNDO ÁTILA ALMEIDA		
SÉRIES	SUBSÉRIES	ANOTAÇÕES
Série 1: Formação pessoal	Subsérie 1: Identificação pessoal Subsérie 2: Acadêmico Subsérie 3: Profissional Subsérie 4: Financeiro	
Série 2: Produção Autoral	Subsérie 1: Originais de Livros	Folhas que originaram a publicação de obras
Série 3: Coleções	Subsérie 1: Cordeis Subsérie 2: Xilogravuras	
Série 4: Produção de texto	Subsérie 1: Panfletos Subsérie 2: Textos jornalísticos Subsérie 3: Produção Literária de Terceiros Subsérie 4: Poemas em folhas soltas e canções Subsérie 5: Santinhos e orações	

Série 5: Documentos Bibliográficos	Subsérie 1: Ex-Libris Subsérie 2: Listas de Obras e Glossários Subsérie 3: Fichas catalográficas	
Série 6: Iconográfico	Subsérie 1: Fotos pessoais Subsérie 2: Fotos de capas de cordéis Subsérie 3: Fotos de personalidades diversas	
Série 7: Correspondências	Subsérie 1: Emitidas Subsérie 2: Recebidas Subsérie 3: Convites	
Série 8: Homenagens		Objetos como: placas e medalhas
Série 9: Documentos de terceiros		

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como podemos observar, cada quadro de arranjo deve ser correspondente ao fundo do arquivo. No caso de Arquivo de Atila Almeida, possui três fundos e o quadro aqui exposto é o que está concluído, apenas passará por uma revisão final. Para elaborar tal quadro, primeiramente, após o diagnóstico do arquivo, iniciamos uma etapa minuciosa de identificar as espécies e tipologias documentais existentes. Algumas séries foram mantidas de acordo com o quadro já existente, porém, a partir do levantamento das espécies e tipologias que foram registradas para o inventário, foi observado que seria necessário atualizar as séries e subséries, bem como substituir alguns títulos.

O quadro de arranjo deve ficar em algum local visível no acervo, de preferência, próximo aos documentos, mas que também esteja disponível em formato digital. A finalidade do Arranjo além de organizar os documentos em caráter permanente, também é capaz de situar os demais funcionários de um setor sobre as espécies e tipologias que podem existir no acervo, isso possibilita que não só o arquivista consiga recuperar, localizar e dar acesso, mas, um bibliotecário, um auxiliar administrativo, também realize essas atividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos permanentes durante muito tempo, foram chamados erroneamente de “arquivo morto.” A relevância das pesquisas e o reconhecimento das instituições para as obras e documentos diante de seu valor histórico, cultural e social como aqui

Archeion Online, João Pessoa, v.9, n.2, p.119-137, jul./dez. 2021

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2021v9n2.60625

ISSN 2318-6186. Licença 

Recebido em: 23/08/2021 | Aceito em: 02/12/2021

ênfatisado, fizeram com que elevassem a preocupação em preservar os acervos, principalmente através da Arquivologia, Biblioteconomia, e de forma notável, o crescimento progressivo das técnicas de conservação e restauro, afinal, uma sociedade sem resguardar sua memória, está fadada ao esquecimento.

O Arquivo Pessoal de Átila Almeida e a Biblioteca de Obras Raras aqui apresentados, ainda necessitam elaborar uma política específica de conservação preventiva. Entretanto, como algumas mudanças previstas, inclusive de seu espaço físico, notamos que a UEPB tem se doado inteiramente para realizar as atividades inerentes a esses acervos, com desempenho e eficiência, como podemos observar a partir da elaboração do quadro de arranjo e de se manterem dispostos ao atendimento dos usuários.

Por fim, esperamos que esse acervo possa atender aos mais diversos usuários, que a organização do arquivo permanente e pessoal com o quadro de arranjo, possa ampliar as possibilidades de elaboração de instrumentos de pesquisa que auxiliem na preservação e na recuperação, que possam construir políticas de conservação e que as demais instituições também coloquem em prática a conservação à exemplo da UEPB, lembrando sempre que a conservação preventiva é capaz de retardar a deterioração e ainda evitar ao máximo que um documento tenha que ser restaurado, salvando assim, as informações nele contidas. A informação, nesse caso, é o insumo primordial para a instauração do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. (DBTA)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO. H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS ÁTILA ALMEIDA. **Imagens da descrição dos catálogos**. S.d. Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: <https://bibliotecaatilaalmeida.uepb.edu.br/> Acesso em: 06 de ago. 2021.

CASSARES, N. C. **Como fazer conservação preventiva em arquivo e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

COSTA E FILHO, C. M. O ciclo vital dos documentos no âmbito da Arquivologia: surgimento, disseminação e interpretações. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 187-202, 2016.

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: Uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 28-60, jul./dez. 2007.

MEDEIROS, N.L.; AMARAL, C. M. G. A Representação do ciclo vital dos documentos: Uma discussão sob a ótica da gestão de documentos. **Em Questão**, Porto Alegre, RS, v. 16, n. 2, p. 297-310, jul./dez. 2010.

NASCIMENTO, F. B. **Estudo sobre a preservação documental do arquivo prof. Átila de Almeida**. Monografia. (Especialização em gestão em arquivos). 61f. 2013. Universidade Federal de Santa Maria. Universidade Aberta do Brasil. Centro de Sociais e Humanas. 2013.

OLIVEIRA, L. M. V. MACÊDO, P. L. P. SOBRAL, C. C. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 4, p. 1-13, 2016.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. 3^o ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REIS, L. O arquivo e Arquivística evolução histórica. **Biblios**. Ano 7. N.24. abr./jun. 2006.

RIBEIRO, F. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, M. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, mai/dez. 2015.

SPINELLI, J. **Recomendações para a higienização de acervos bibliográficos & documentais**. Disponível em: <[recomendacoes higienizacao jaime.pdf](#)> Acesso em: 06 de ago. 2021.

ESTRATÉGIAS PARA A PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ACERVOS PESSOAIS

Danielle Alves¹
Ronieli Victor da Silva²

RESUMO

As estratégias direcionadas a preservação documental, tem por objetivo nortear o conjunto de ações que devem ser aplicadas ao acervo de acordo com suas especificidades, no intuito de prolongar a durabilidade dos suportes e das informações que estes carregam. Nesse percurso, a adoção de medidas contra a deterioração acelerada e o combate a agentes danosos, são de extrema importância. Neste contexto, o presente artigo foi desenvolvido com o intuito de divulgar estratégias para a preservação e conservação de acervos pessoais, de modo a possibilitar a autonomia dos sujeitos no desenvolvimento de técnicas e na escolha de materiais que poderão auxiliar na salvaguarda dos seus documentos.

Palavras-chave: Preservação; Conservação; Acervo Pessoal.

STRATEGIES FOR THE PRESERVATION AND CONSERVATION OF PERSONAL COLLECTIONS

ABSTRACT

The strategies directed to document preservation aim to guide the set of actions that must be applied to the collection according to its specificities, in order to prolong the durability of the media and the information they carry. In this path, the adoption of measures against accelerated deterioration and the fight against damaging agents are of extreme importance. In this context, this article was developed with the aim of disclosing strategies for the preservation and conservation of personal collections, in order to enable the subjects' autonomy in the development of techniques and in the choice of materials that can help in the safeguarding of their documents.

Keywords: Preservation; Conservation; Personal Collection.

1 INTRODUÇÃO

Ao examinarmos a literatura arquivística no que tange a preservação e a conservação de acervos documentais, é possível vislumbrarmos o debate em torno das

¹ Doutoranda | UFPB | prof.danielle.alves@gmail.com

² Mestrando | UFPB | ronielivictor@gmail.com

políticas de preservação e as atividades de conservação que devem ser desenvolvidas para garantir a salvaguarda dos acervos. Na maioria das vezes, materiais e equipamentos de difícil acesso são apresentados, tornando inviável, para muitos sujeitos, a reprodução das atividades no seu acervo pessoal.

Entretanto, Casares (2000, p. 11) destaca que “o cuidado preventivo dos documentos não constitui um alvo tão impossível de se alcançar”, visto que são utilizados materiais simples e as técnicas podem ser desenvolvidas sem grandes dificuldades. Porém, esses processos precisam ser detalhados para que qualquer sujeito esteja apto a desenvolver as atividades de conservação.

Além disso, cabe ressaltar, que os acervos pessoais são formados por documentos dos mais variados gêneros, suportes e formatos, o que suscita muitas dúvidas até mesmo nos profissionais da informação (principalmente arquivistas e bibliotecários) no que tange o estabelecimento de políticas de preservação, visto que cada material, possui técnicas específicas para a salvaguarda e tratamento. Sabemos que a formação destes sujeitos acaba privilegiando os documentos textuais e/ou gráficos, contudo, os arquivos pessoais vêm demonstrando a necessidade de ampliação desse debate, visto a demanda que se apresenta na contemporaneidade.

Perpassando o contexto de acervos institucionais (públicos ou privados) e ainda, a formação de arquivistas e bibliotecários, o presente artigo foi desenvolvido na intenção de apresentar diretrizes aos sujeitos que precisam de orientações técnicas para cuidar dos seus documentos, livros, fotografias e etc. Portanto, o objetivo desse texto é divulgar estratégias para a preservação e conservação de acervos pessoais, de modo a possibilitar a autonomia dos sujeitos no desenvolvimento de técnicas e na escolha de materiais que poderão auxiliar na salvaguarda dos seus documentos.

Metodologicamente, faremos uso da pesquisa exploratória e descritiva. A utilização destes dois métodos ajudará o leitor a compreender as tessituras teóricas que abrangem a área preservação e conservação de acervos,

outrossim, possibilitará o desenvolvimento das atividades práticas ao trazer a descrição das técnicas. Neste sentido, faremos uso da pesquisa bibliográfica para a contextualização do assunto, e posteriormente, utilizaremos, prioritariamente, o acervo pessoal de imagens de Oliveira para demonstrar como as atividades deverão ser executadas.

2 ACERVOS PESSOAIS, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO: NUANCES CONCEITUAIS

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 27) explica que o arquivo corresponde ao “conjunto de documentos produzido e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. Deste modo, no decorrer de sua vida, cada cidadão produz, recebe, e conseqüentemente, acumula documentos, formando assim, o seu acervo pessoal.

Os arquivos pessoais são compostos por uma gama diversificada de tipologias e gêneros documentais, entretanto, o papel ainda é, na maioria dos casos, o suporte mais encontrado, uma vez que estão presentes nas cartas, fotografias, livros, manuscritos, certificados, certidões, diplomas entre outros. Além de sua predominância, é relevante ressaltar que o papel é um dos materiais mais sensíveis, visto a sua condição higroscópica³ e a fragilidade desse suporte mediante condições adversas.

Corroborando com essa discussão, Vaillant Callol (2013, p. 28) afirma:

As coleções tradicionais de arquivos e bibliotecas estão constituídas, majoritariamente, de um amplo espectro de materiais orgânicos, tais como papel, tela, peles animais e adesivos, entre outros, que, por sua natureza higroscópica, reagem diferentemente frente aos fatores do envelhecimento e da deterioração. Por isso, para tentar evitar estes processos, torná-los mais lentos e reduzir o risco de destruição definitiva dessas coleções, é fundamental tomar determinadas medidas preventivas, entre elas sua manipulação cuidadosa e sua estabilização em ambiente apropriado.

Nesse sentido, políticas de preservação devem ser desenvolvidas para aumentar a vida útil desse suporte e impedir que ações de restauração sejam necessárias. Contudo, muitos sujeitos usam os termos preservação, conservação e restauração como sinônimos, mas cada palavra se refere a um conjunto de atividades com funções específicas visando a salvaguarda do bem. Para uma melhor compreensão, apresentaremos algumas distinções importantes entre os termos supracitados.

Em suma, estratégias direcionadas a preservação documental, correspondem a um

³ Capacidade de absorver a umidade do ar.

conjunto de ações que devem ser aplicadas ao acervo, de acordo com suas especificidades, no intuito de prolongar a durabilidade dos suportes e garantir o acesso dos documentos para as gerações vindouras. Essas ações devem obedecer aos parâmetros determinados pelas instituições ou indivíduos detentores de acervos. Em consonância, Silva et al (2012, p.31) afirma:

A preservação [...] consiste em qualquer ação que se relacione à manutenção física desse bem cultural, mas também a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações.

Portanto, quando falamos em preservação, estamos pensando na criação de políticas e ações estruturadas destinadas a uma melhor empregabilidade dos instrumentos de conservação, e conseqüentemente, no uso de ferramentas que auxiliem a salvaguarda dos acervos.

A utilização de técnicas específicas voltadas ao tratamento documental é de extrema importância e a escolha das ferramentas corretas podem favorecer as práticas empenhadas no prolongamento da vida útil dos documentos, que em muitos casos, por não receberem o devido tratamento, podem sofrer com deterioração acelerada e outros agentes danosos. De acordo com Spinelli (1997, p.27),

Dentre os agentes de degradação de acervos documentais, os agentes biológicos, notadamente insetos, fungos e roedores, constituem certamente ameaças sérias devido aos danos que podem gerar, por vezes irreparáveis. Em razão disso, vigilância e controle de proliferação devem constituir um cuidado permanente dentro da política de preservação de acervos.

A conservação atua como o conjunto de ações que visam desacelerar o processo de degradação dos documentos, incluindo tanto o controle ambiental, como a utilização de técnicas específicas (CASARES, 2000). Entretanto, esse tratamento não deve interferir na estrutura física dos suportes, a ação deve ser no sentido antecipar e/ou amenizar os problemas (agentes) que possam vir a prejudicar o acervo.

É nesse contexto, que a conservação é compreendida como o desenvolvimento de ações preventiva, tendo a higienização, pequenos reparos e o acondicionamento como as principais técnicas. Corroborando com essa assertiva e trazendo novos apontamentos, Silva (2018) explica:

A conservação preventiva implica melhorias e controle do meio ambiente na área de guarda dos acervos, no acondicionamento, na armazenagem e no uso dos documentos com o objetivo de retardar o início do processo de degradação dos suportes. É uma intervenção indireta, preventiva, que considera a totalidade do acervo e dos agentes humanos (técnicos e usuários), sendo, pois, um tratamento realizado no e em função do conjunto do acervo. (SILVA, 2018, p.180)

Mesmo com todas as possibilidades de minimizar os danos que os acervos estão suscetíveis através das ações de preservação e conservação, é muito comum presenciar acervos que necessitem de restauração, devido a negligência com as atividades preventivas, manuseio irregular e tratamento inadequado. Essas práticas causam consequências a integridade e estrutura do documento, necessitando, portanto, de estabilização e/ou reversão das deteriorações adquiridas.

Neste sentido, as ações de restauração estão voltadas para a reconstituição do suporte, na tentativa de minimizar a perda de informação e devolver ao item, as características mais próximas de sua forma original. Segundo Silva et al (2012), a indiferença e o descuido no que tange o tratamento documental, pode causar danos irreversíveis e gerar perda do suporte e das informações que nele estão contidas.

Outrossim, vale salientar que a restauração é uma ação extrema, e tal procedimento só deve ser considerado em detrimento do grau de importância do documento, uma vez que sua aplicabilidade geralmente demanda um alto custo, em decorrência de contratação de profissionais especializados e materiais, muitas vezes, importados.

Neste ínterim, é preciso estar atento aos fatores nocivos aos quais os documentos podem estar submetidos, sobretudo nos de suporte papel, devido a sua fragilidade e volume. As principais ações de conservação podem ser desenvolvidas por qualquer pessoa e com custos relativamente baixos. Por isso, é fundamental que essas técnicas sejam difundidas para que qualquer pessoa esteja apta a tratar seus documentos, prolongando assim, a vida útil do seu acervo pessoal.

3 ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO EM ACERVOS PESSOAIS

Conforme foi visto em seções anteriores, a prevenção é sempre a melhor estratégia para a salvaguarda de acervos. Neste sentido, iniciaremos a nossa discussão em torno da

atividade que Cassares (2000) destaca como conservação preventiva por excelência: a higienização.

A higienização consiste na remoção de toda e qualquer sujidade, ou corpo estranho, que esteja em contato direto com o documento. É durante esse processo que retiramos poeira, excremento de animais, fita adesiva, grampos, clips, entre outros. Em contato com o documento, esses agentes de deterioração, quando julgadas as condições ambientais inadequadas, podem acarretar na destruição parcial ou total de um acervo.

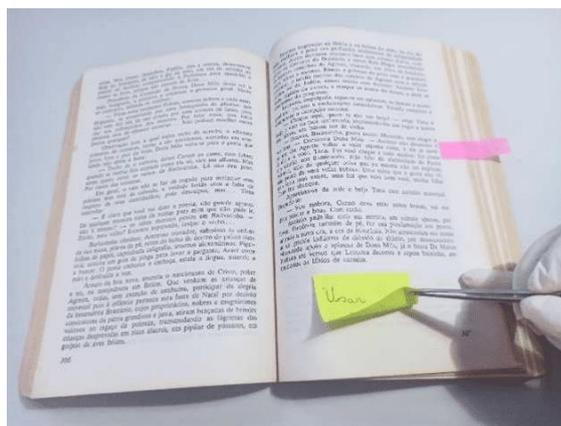
Na obra *Biodeterioração do patrimônio histórico documental*, Milagros Vaillant Callol enfatiza o quão as partículas suspensas do ar, podem ser prejudiciais em contato com o documento.

O pó tem uma composição heterogênea e variável, que está diretamente relacionada com a zona geográfica, a localização, a altura e a situação específica de cada instituição. Normalmente, contém partículas de diversos tipos e origens, assim como matérias sólidas em suspensão, ácaros, ovos de insetos e esporos de microrganismos, que ocasionam danos específicos aos objetos e às pessoas. Por isto, do ponto de vista preventivo, é importante sua eliminação. (VAILLANT, 2013, p. 83)

Diante desta assertiva, é possível inferir a importância da atividade de higienização, por isso, vejamos a seguir como executá-la de forma adequada:

Primeiro passo: remover grampos, clips, marcador de páginas ou blocos autoadesivos.

Imagem 1: Remoção de marcador de páginas ou blocos autoadesivos



Fonte: Acervo pessoal de Oliveira (2021)

Os marcadores de página ou blocos autoadesivos são compostos por um tipo de cola que promove a fixação desses elementos no documento. Apesar de aparentar serem

inofensivos, “o uso de adesivos nos documentos pode provocar manchas na fibra de celulose”. (Brasil, 2012, p.3). Esse processo pode promover ainda, reações químicas ocasionando o rompimento das cadeias celulósicas do papel. Neste sentido, todos esses blocos adesivos devem ser retirados, bem como qualquer vestígio da cola.

Os grampos devem começar a ser removidos pelas presas, conforme demonstrado na imagem 2. Levanta-se com calma os dois lados, depois vira a folha e puxa com cuidado a parte reta para não danificar o documento.

Imagem 2: Remoção de grampos



Fonte: Acervo pessoal de Oliveira (2021)

Os grampos metálicos costumam ser fabricados em aço, entretanto, há diversos modelos e tratamentos que podem ser utilizados nesta matéria prima. O contato do aço com a umidade do ambiente pode acarretar na oxidação do grampo, e conseqüentemente, na corrosão do papel (imagem 3).

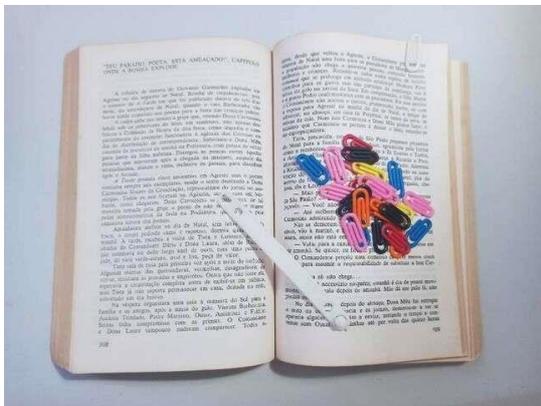
Imagem 3: Grampos oxidados



Fonte: Rede de Educação Claretiano, 2021.

O mesmo processo ocorre no uso de qualquer material metálico, por isso, indique-se a substituição por produtos de plástico, conforme a imagem a seguir:

Imagem 4: Grampo trilha e clipes de plástico



Fonte: Acervo pessoal de Oliveira (2021)

Segundo passo: remover fitas adesivas e retirar excrementos de animais

De modo simples, a remoção de fita adesiva pode ser feita com o uso de calor ou com o acetato de etila⁴. A escolha desse método vai depender do suporte documental em que o processo será executado, visto que tanto o calor quanto o acetato de etila pode provocar danos, se não forem utilizados de modo correto. Por isso, antes de executar qualquer processo, observe se há tintas solúveis, douramento, material plástico, entre outros.

Para a remoção de fita adesiva por meio de acetato de etila, são necessários os seguintes materiais: 1) palito de bambu ou churrasco; 2) algodão; 3) acetato de etila. Após a separação do material, você deve envolver um pouco de algodão na ponta do palito, molhar no acetato de etila e colocar em uma das pontas da fita adesiva para começar a amolecer a cola. Aos poucos, vá levantando a fita adesiva, porém, não puxe, o mais importante nessa atividade é a paciência⁵.

⁴ Para os nossos documentos pessoais, também podemos utilizar a acetona.

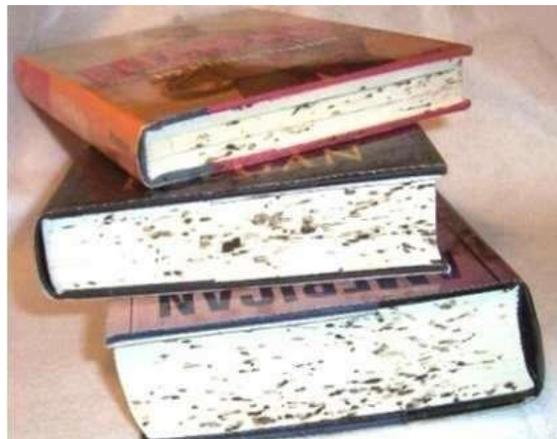
⁵ O processo completo pode ser acompanhado no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=6jq-0eLkXWI>. Acesso em 13 jul. 2021.

Imagem 5: Remoção de fita adesiva

Fonte: Acervo pessoal de Oliveira (2019)

Vale destacar que não devemos encharcar o algodão, pois o excesso de líquido pode danificar o documento. Por isso, não recomendamos o uso de cotonete, visto que é mais difícil de dosar, para quem não tem experiência. Para facilitar a atividade, você pode usar bisturi ou uma pinça, conforme a imagem 5, porém, não é obrigatório.

Finalizada essa atividade, é importante verificar se há algum excremento de animais, visto que esse material é bastante danoso, principalmente ao suporte papel que impregna e aumenta os riscos de degradação ao longo do tempo. Os excrementos aparecem, normalmente, no documento que está exposto, ou seja, sem nenhum tipo de acondicionamento. A remoção deve ser cuidadosa e pode ser executada de diferentes formas, de acordo com o tipo de excremento.

Imagem 6 – Manchas resultantes de excrementos de insetos

Fonte: Gail Altman (2006)

Para a imagem 6, a técnica mais recomendada é raspagem, podendo inclusive, utilizar uma lixa fina de madeira (nº 150 a 220). Entretanto, essa atividade não deve ser realizada em materiais que apresentem douração, marmorização ou qualquer tipo de pigmentação como detalhe do corte da folha. Além disso, nunca devemos realizar esse procedimento em obras raras ou em acervos institucionais, nesses casos, procure um profissional para indicar a técnica mais adequada.

Terceiro passo: higienização por varredura

Neste momento, serão removidas todas as sujidades que ainda estão na obra, principalmente, a poeira que vai se acumulando ao longo do tempo. Essas partículas muitas vezes não são visíveis, porém, são responsáveis por acelerar o processo de acidificação dos documentos em papel. Na cartilha de Recomendações para a higienização de acervos bibliográficos e documentais, Jayme Spinelli (2010) enfatiza que essa atividade além de preservar a permanência estética e estrutural dos documentos, também funciona como elemento de prevenção à saúde, pois o acúmulo de poeira pode ser danoso ao ser humano, logo, deve ser executada com frequência.

Em uma superfície plana e seca, com o auxílio de uma trincha de cerdas macias, devemos executar o processo de varredura de todas as folhas e a capa de um livro. Além disso, é preciso dar uma atenção especial a lombada, local que normalmente acumula muitas sujidades.

Imagem 7: Higienização por varredura



Fonte: Acervo pessoal de Oliveira (2021)

O movimento da varredura deve ser executado sempre para a frente, nunca devemos jogar as sujidades para o nosso corpo. É importante o uso de equipamentos de proteção individual, pois não sabemos quais as substâncias estão presentes na obra.

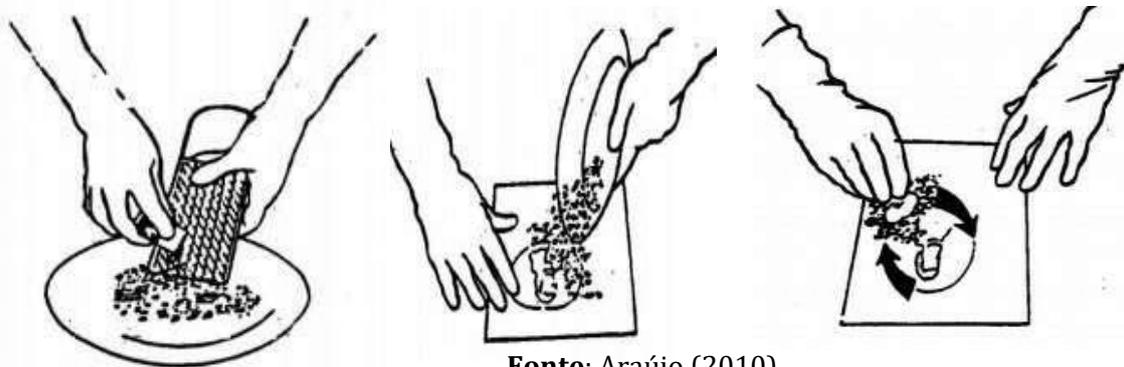
Quarto passo: higienização com pó de borracha

A higienização com pó de borracha, apesar de receber algumas críticas dos restauradores mais modernos, é uma estratégia muito importante na conservação de acervos pessoais, visto a possibilidade de remover as sujidades mais profundas que estão entranhadas nas fibras do papel.

Antes de efetuar a atividade, devemos observar o estado físico da obra para que a ação não comprometa a integridade do papel e das tintas utilizadas no registro da informação. Cassares (2000) destaca ainda, a importância de remover todo o pó de borracha após a atividade, visto que o resíduo de borracha é abrasivo, e em contato permanente com os documentos, pode acarretar danos significativos. Por isso, esse tipo de limpeza é indicado, prioritariamente, para folhas soltas, pois o pó de borracha pode entrar na encadernação e forçar o dorso do livro.

Para o desenvolvimento dessa atividade, serão necessários o pó de borracha branca⁶ e uma boneca (espécie de chumaço onde o algodão é envolvido por gaze⁷). Espalha-se um pouco da borracha em cima do documento a ser higienizado, e com movimentos circulares, fricciona-se suavemente a boneca conforme demonstrada na imagem a seguir.

Imagem 8 – Higienização com pó de borracha



Fonte: Araújo (2010)

⁶ O pó de borracha pode ser obtido com a ajuda de um ralador.

⁷ Também pode ser utilizado o tecido tipo voil branco.

A partir de exportação, é possível encontrar no mercado nacional produtos prontos para a realização dessa atividade, como por exemplo, a almofada com o pó de borracha. A aquisição desse produto facilita o processo, além de possuir material neutro em sua composição. Outrossim, o tecido utilizado é não abrasivo, e o pó, fino o suficiente para não danificar a obra.

Apesar das vantagens da almofada supracitada, a técnica funciona bem mesmo com a utilização da boneca e o pó de borracha ralado artesanalmente, conforme pode ser inferida na imagem 9. Com a devida observação, é possível perceber a diferença da tonalidade do papel onde o pó de borracha foi utilizado:

Imagem 9 – Higienização com pó de borracha



Fonte: Acervo pessoal de Oliveira (2018)

Enfatizamos novamente, que ao realizar as atividades de higienização, o profissional deve sempre utilizar os equipamentos de proteção individual, uma vez que o contato com as sujidades removidas pode acarretar em doenças respiratórias ou cutâneas.

Finalizado o processo de higienização, é importante que o documento seja acondicionado em invólucro ou mobiliário apropriado, para evitar que novas sujidades se acumulem em sua superfície. Portanto, o objetivo do acondicionamento é a proteção dos documentos, contra os agentes de degradação do suporte. Aquiescendo desta perspectiva, o Arquivo Nacional (2005, p. 13) explica que o acondicionamento, “promove a proteção contra danos físicos, químicos e mecânicos”, contudo, a escolha pelo tipo de

acondicionamento, deve ser realizado observando as características físicas e a natureza de cada suporte.

Norma Cassares (2000, p. 35), enfatiza ainda que

Para cumprir sua função, que é a de proteger contra danos, o acondicionamento deve ser confeccionado com material de qualidade arquivística e necessita ser projetado apropriadamente para o fim a que se destina. A qualidade arquivística é uma exigência necessária para o acondicionamento, pois esse material está em contato direto com os documentos.

A qualidade arquivística citada por Cassares, está ligada a composição do material utilizado, visto que o documento não pode ser acondicionado em material ácido, pois esse contato acelera o processo de degradação do item. Nesse sentido, nunca devemos escolher as caixas arquivo de papel kraft, a preferência deve ser pelas caixas de polipropileno, mesmo em acervos pessoais.

Imagem 10: Caixas de polipropileno



Foto: Acervo FDR (2018)

Visando a praticidade e o pequeno volume⁸ dos acervos pessoais, os acondicionamentos mais recomendados são: caixas ou pastas de polipropileno, jaquetas de poliéster, capilhas e envelopes.

As capilhas podem ser facilmente confeccionadas e servem para acondicionar

⁸ Em comparação a acervos institucionais.

documento avulso, inclusive fotografias. É importante que o papel utilizado seja o neutro e ajustada ao tamanho do documento. O processo consiste em apenas uma dobra, conforme pode ser constatado na imagem a seguir:

Imagem 11: Capilha para fotografias



Fonte: Acervo pessoal de Oliveira (2021)

Após a proteção da capilha, as fotografias podem ser guardas em caixas ou envelopes especialmente confeccionados para essa finalidade. Esse tipo de acondicionamento é interessante para sujeitos que não costumam manusear as imagens com frequência e necessitam de uma estratégia fácil, econômica e eficaz.

Todavia, se a necessidade for deixar as imagens disponíveis para o manuseio frequente, uma opção interessante é o álbum confeccionado artesanalmente com materiais adequados para a preservação das fotografias.

Imagem 12 – Álbum para fotografias



Fonte: Figueiredo; Mosciaro; Silva (2007)

O acondicionamento da imagem 12, é um álbum do tipo porta-fólio com bolsas de poliéster cristal. Para a confecção desse tipo de acondicionamento é importante noções básicas de encadernação, porém, também é possível ser feito com folhas avulsas. O poliéster cristal é um material frequentemente recomendado para acondicionamento de fotografias e imagens diversas, pois como ele é transparente, facilita a visualização do documento. Além disso, ele é livre de ácidos, Ph neutro e possui alta durabilidade e proteção.

O acondicionamento da imagem 12, é um álbum do tipo porta-fólio com bolsas de poliéster cristal. Para a confecção desse tipo de acondicionamento é importante noções básicas de encadernação, porém, também é possível ser feito com folhas avulsas. O poliéster cristal é um material frequentemente recomendado para acondicionamento de fotografias e imagens diversas, pois como ele é transparente, facilita a visualização do documento. Além disso, ele é livre de ácidos, Ph neutro e possui alta durabilidade e proteção.

Entretanto, Cassares (2000, p. 36) pondera:

Os poliésteres servem para a guarda de documentos planos (cartazes), porém em certas condições especiais seu uso deve ser restrito. O poliéster é um material muito útil pela transparência, estabilidade e resistência, porém tem uma propriedade física (a força eletrostática) que impede o seu contato direto com documentos que possuam suporte ou agregados (pigmentos, tintas, etc.) em estado precário de conservação.

Portanto, a partir das discussões apresentadas, podemos inferir que quando se trata de acondicionamento, não existem modelos específicos para cada tipo de documento, tudo depende do estado de conservação do suporte, dos materiais disponíveis para a confecção do acondicionamento, e ainda, a necessidade do sujeito ao realizar tal atividade. Nesse sentido, o planejamento é parte fundamental desse processo.

Por fim, enfatizamos ainda que o acondicionamento é uma atividade fundamental no processo de conservação de acervos pessoais, visto que muitas vezes, não possuímos controle ambiental adequado em nossas residências e o invólucro serve como uma barreira contra os agentes de degradação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos estão expostos a uma série de fatores de risco que podem comprometer a integridade física e gerar perdas de informações. Algumas alternativas pautadas na preservação e medidas de conservação podem ser adotadas para prevenir, amenizar e reduzir possíveis danos que venham a ser causados aos documentos.

No presente trabalho, foram apresentadas algumas técnicas destinadas a conservação, a exemplo da remoção de elementos espúrios ou estranhos, como clips, grampos e prendedores metálicos que devem ser evitados em decorrência da oxidação e da corrosão, gerando ferrugem e danos ao suporte.

Em um outro momento, explicou-se como devemos proceder na remoção de adesivos, muitas vezes utilizados equivocadamente como medida “corretiva” para rasgos e cortes. Tais procedimentos, podem gerar desgaste e oxidação e ferir ainda mais a fibra do papel, por isso, dê preferência a fitas especializadas em reparos de documentos, a exemplo da Filmoplast P, que é revestida com papel adesivo neutro, é solúvel em água, resistente e não fica amarelada com o tempo.

Os métodos de acondicionamento para os itens documentais, podem ser considerados como algumas das ações mais importantes no que tange conservação preventiva, uma vez que, as formas de guarda dos documentos ajudam a proteger os suportes de sujidades e agentes danosos, sejam eles físicos, químicos e/ou biológicos. Assim, é preciso estarmos atentos, pois os procedimentos inadequados de higienização e acondicionamento, podem favorecer o desgaste do item.

Por fim, cabe salientar que as técnicas vão sendo atualizadas ao longo do tempo, podendo inclusive, serem substituídas por práticas mais simples e efetivas, porém, a nossa pretensão neste artigo, foi colaborar com os sujeitos que necessitam de orientações acerca da conservação preventiva, garantindo assim, maior vida útil dos seus acervos pessoais.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2005.

Brasil. Tribunal Superior do Trabalho. Coordenação de Gestão Documental. **Apostila de processo de restauração e materiais utilizados**. Brasília: TST, 2012. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/documents/10157/3328940/Apostila+-+Processo+de+Restaura%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CASSARES, Norma. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

SPINELLI, Jayme. **Recomendações para a higienização de acervos bibliográficos e documentais**. 2010. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/recomendacao/recomendacoes-higienizacao-acervos-bibliograficos/recomendacoes_higienizacao_jaime.pdf. Acesso em 10 jul. 2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SILVA, RRG., org. **Preservação documental: uma mensagem para o futuro** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, 130 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5613>. Acesso em 20 jul.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação Arquivo: pesquisa, acervo e comunicação**. Cadernos do CEOM, n. 22. 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2250/133> 2. Acesso em 23 jul.

VAILLANT CALLOL, Milagros. **Biodeterioração do Patrimônio Histórico Documental: alternativas para sua erradicação e controle**. MAST/FCRB. Rio de Janeiro. 2013.

SPINELLI, Jayme. **A conservação de acervos bibliográficos & documentais Rio de Janeiro**: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 1997. Configuração do texto: cambria 12, alinhamento à esquerda, espaçamento simples, inserir 1 espaço simples entre cada referência.

EQUIPE EDITORIAL

Editora
Patrícia Silva, UFPB

Editor de Publicação
Marcílio Herculano da Costa, UFPB

Consultores/Avaliadores deste número

Deise Santos do Nascimento, UFCA, Brasil

Dirlene Santos Barros, UFMA, Brasil

Dulce Elizabeth Lima de Sousa, IFSE, Brasil

Edilene Toscano Galdino de Carvalho, UFPB, Brasil

Juliane Teixeira da Silva, UFPB, Brasil

Maria Meriane Vieira da Rocha, UFPB, Brasil

Mariana Cantisani Pádua, UNESP, Brasil

Mônica Tenaglia, UFPA, Brasil

Patrícia Silva, UFPB, Brasil

Rayan Aramís de Brito Feitoza, UFBA, Brasil

Archeion Online. Universidade Federal da Paraíba. – Vol. 9, n.2 (jul./dez. 2021)- . – João Pessoa : Coordenação do Curso de Arquivologia/UFPB, 2013-

Revista eletrônica de Arquivologia/UFPB - Semestral - V.9., n.2
Editores: Patrícia Silva ; Marcílio Herculano da Costa

ISSN 2318-6186

1. Arquivologia. I. Universidade Federal da Paraíba. II. Coordenação do Curso de Arquivologia. III. Título.

CDU 930.25

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion>
archeionline@gmail.com